



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 10

PORTO VELHO-RO, QUINTA-FEIRA, 21 DE JANEIRO DE 2016

ANO V

SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA	Capa
ADVOCACIA GERAL	0304
SUP. DE RECURSOS HUMANOS	0305

TAQUIGRAFIA

ATA DA 56ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE A CONSCIÊNCIA NEGRA

Em 19.de novembro de 2015

(Às 09 horas e 30 minutos é aberta a audiência)

**Presidência do Sr.
LÉO MORAES - Deputado**

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Senhoras e Senhores bom dia. A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia após aprovação em plenário de requerimento coletivo, vários Deputados Estaduais assinaram, realiza nesta data Audiência pública, com o objetivo de debater a Consciência Negra. Convidamos para compor à Mesa o Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Léo Moraes, um dos proponentes desta Audiência Pública. O Excelentíssimo Senhor Deputado Lazinho da Fetagro, também um dos proponentes desta Audiência Pública. Senhor João Herbert, representante da Secretaria de Educação – SEDUC; Senhora Jamyle Brasil, representante da SEAS; Dr. Valmir Júnior Fornazari, Defensor Público, representando a Defensoria Pública do Estado de Rondônia; Dr. Walter Gustavo Lemos, representante da OAB/RO; Senhor Orlando Francisco de Souza, Coordenador Integrante da Semana da Consciência Negra no Estado; Senhor

Robinson Percy Holder, Gerente Regional da Eletrobras Eletronorte; Sr. Gilson Queiroz, Diretor Sindical, Sindicato dos Urbanitários.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Invocando a proteção de Deus, declaro aberta esta Sessão para debater a Semana da Consciência Negra em nossa Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Convidamos a todos para cantarmos o Hino Céus de Rondônia, letra de Joaquim de Araújo Lima e José de Melo e Silva.

(Execução do Hino Céus de Rondônia)

Podem sentar, muito obrigado. Antes das palavras iniciais de Sua Excelência o Senhor Deputado Léo Moraes, que preside esta Audiência Pública, juntamente como Excelentíssimo Senhor Deputado Lazinho da Fetagro, permita Excelência, cumprimentar o Excelentíssimo Senhor Vereador Manoel Oliveira, da Câmara Municipal de Ministro Andreazza; Senhor Juscelino Amaral, Grande Loja Maçônica GLOMARON; Senhor Antônio Acácio Moraes do Amaral, Presidente da FITRAC; Senhor Carlinhos Maracanã, da Casa de Cultura Ivan Marrocos; Senhoras, Senhores, Alunos do SEST/SENAT; Senhor Paulo Afonso Ribeiro, Diretor Executivo, representando a SEAE, Secretaria de Estado de Assuntos Estratégicos; Senhor Samuel Costa, representando a Secretaria Municipal de Assistência Social; Senhor Márcio Ferreira, representante da Gerência de Sustentabilidade da Eletrobras Distribuidora Rondônia; Senhoras, Senhores, Acadêmicos da Universidade Federal de Rondônia; Senhor Gilvandro Augusto, de Ministro Andreazza; Senhor Luciano de Souza Alves, Professor de Alto Alegre dos Parecis; Excelentíssimo Senhor Reinaldo Silvério Pereira, Vereador de Alto Alegre dos Parecis; Senhor Márcio Ferreira, citamos agora a pouco, Gerente de Sustentabilidade. E já estão inscritos para fazer uso da palavra: Senhor jornalista Valdir Alves Neto e Professor Everaldo Lins de Santana, ele é de

MESA DIRETORA

Presidente: **MAURÃO DE CARVALHO**
1º Vice-Presidente: **EDSON MARTINS**
2º Vice-Presidente: **HERMÍNIO COELHO**

1º Secretário: **EURÍPEDES LEBRÃO**
2º Secretária: **GLAUCIONE RODRIGUES**
3º Secretário: **ALEX REDANO**
4º Secretária: **ROSÂNGELA DONADON**

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretário Legislativo - **Carlos Alberto Martins Manvailer**
Divisão de Publicações e Anais - **Róbison Luz da Silva**

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Rua Major Amarante, 390 - Arigolândia
CEP 76.801-911 - Porto Velho-RO

Rolim de Moura, Diretor de Cultura da GRESAL, Grêmio Recreativo Escola de Samba Acadêmicos da Liberdade.

A metodologia das falas, da sequência da Audiência Pública, Sua Excelência o Senhor Deputado Léo Moraes, vai expor para Senhoras e os Senhores. Mas, caso queiram fazer uso da palavra, por favor, ergam o braço que nos os chamaremos para fazer uso da palavra. Com a palavra o Excelentíssimo Senhor Deputado Léo Moraes.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Bom dia a todos.

Agradecer a Deus primeiramente por estar aqui presente na Assembleia, ter a oportunidade de representar o povo rondoniense nas diversas áreas, segmentos e nas demandas que nos chegam, isso é muito importante, talvez nem nos meus melhores sonhos imaginaria essa possibilidade. Agradecer a presença de todos, de forma muito carinhosa e fraternal, afinal nós vamos iniciar agora um debate preponderante para sociedade rondoniense, para o Brasil e quiçá porque não dizer de todo o nosso mundo. Agradecer as nossas autoridades já nominadas e também a toda sociedade civil, organizada, todos os cidadãos que aqui estão para participar desse evento tão bonito. Registrar a presença do Deputado Lazinho da Fetagro, que junto conosco assinou o pedido de Audiência Pública um Deputado que sempre está altamente interessado nas demandas sociais, debate das minorias, debate dos homens e das mulheres do campo, da agricultura familiar e eu só posso fazer a devida reverência ao Deputado Lazinho da Fetagro. Cumprimentar o Senhor João Herbert, representante da Secretaria de Estado da Educação, é muito bom ter você aqui conosco; Jamyle Brasil, representante da SEAS, nosso colega; Valmir Júnior Fornazari, Defensor Público, que representa a Defensoria Pública do Estado, é importante que esteja participando deste debate, já antecipo que tomei a liberdade, agora a pouco que o Senhor Orlando também já comuniquei, tomei a liberdade para nós discutirmos juntamente com o Dr. Marcos, é o Defensor Público Geral, a questão dos concursos da Defensoria Pública e também do Estado de Rondônia para que a gente preveja as cotas para os negros nos concursos e a deliberação já está bem encaminhada nesse sentido, senhor Orlando. Cumprimentar o Dr. Valter Gustavo Lemos, que neste ato representa a Ordem dos Advogados do Brasil, que é um grande ator social de freio e contrapeso e principalmente de interesse e clamor popular, que é a Ordem dos Advogados do Brasil que é um grande ator social de freio e contra peso e principalmente de interesse e clamor popular que é a Ordem dos Advogados do Brasil e que não pode se furtar de qualquer debate que seja, principalmente na Casa do povo que é a Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia. Sr. Orlando Francisco de Souza, Coordenador integrante da Semana da Consciência Negra do Estado, faz um trabalho brilhante, tem um engajamento ímpar, e o conheci mais a fundo numa Audiência que tivemos aqui do Congresso Nacional que tratava sobre violência de negros, violência de jovens, negros, pobres e ele fez um alerta muito importante, e naquele momento aqui no nosso dispositivo na Mesa Diretora onde compunham naquele momento deputados federais de diversos Estados, outras autoridades nós não tínhamos um negro para debater essa questão. Então é no mínimo um contrassenso discutir violência de negro pobre se não tem um negro aqui.

Quero dizer que o respeito muito e que Rondônia ganha

a massificação desse debate no nível de Estado. Cumprimentar o Sr. Robson Percy Holder, Gerente Regional da Eletrobras/Eletronorte, acho que não preciso comentar muito com esse sobrenome certamente as pessoas já o identificam como militante dessa área. Sr. Gilson Queiroz, Diretor Sindical, que está aqui conosco também, Sindicato dos Urbanitários e a todos vocês. É lógico que dizer que isso é uma Audiência Pública, a Audiência Pública visa colher as informações, nós temos que ter essa interação com a população presente, isso é com vocês que se desprenderam dos seus afazeres, das suas atribuições, do trabalho muitas vezes para discutir conosco. Então já deixo aqui muito claro que o Cerimonial está à disposição para ouvir todas as pessoas que queiram se manifestar, se pronunciar, fazer uso da palavra aqui na nossa tribuna e possa de certa forma contribuir com esse debate, isso talvez seja o grande ganho e talvez a grande finalidade de uma Audiência Pública.

E desde já avisar a todos que Audiência Pública, que faço parte, sou proponente ou que participo, ainda como observador, nós sempre temos um encaminhamento, uma deliberação. Então dizer que isso não é conversa de comadre, isso não é conversa de sofá da Casa, nós temos um cunho propositivo e temos mecanismos legais para tal, sejam eles a própria ata, recomendação legislativa, e também um ato de deliberação de todos. Então já passar aqui a palavra de imediato para o nosso colega, amigo Lazinho da Fetagro, que faça a sua manifestação inicial. Muito obrigado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Bom dia a todos, quero em primeiro lugar cumprimentar o deputado Léo, dizer que para mim é uma satisfação ter o Léo como companheiro dessa casa, pelo dinamismo, pela juventude que ele traz, pela alegria que ele traz a essa Casa, e a responsabilidade que toca a vida política. Para nós, Léo, para mim é uma satisfação muito grande tê-lo conosco, tê-lo comigo e todas as demandas que nós levantamos nessa Casa; o Léo sempre foi parceiro nosso.

Cumprimentar o Sr. João, representante da SEDUC; a Jamyle que já muito tempo a gente conhece, não que a gente é velho né, idoso. Não, não é isso, é que a gente se conhece há muitos anos. O Dr. Valmir, representante público, dizer que o Ministério Público para nós e para a sociedade é o primeiro espaço que nós entendemos e procuramos para poder tocar as nossas demandas dada a deficiência que nós temos quando se trata de defensor e a defesa do povo está na mão do Ministério Público, parabéns e obrigado pelo senhor está aqui conosco. O Dr. Valter, representante da OAB, entidade representativa de classe mais que se supera na responsabilidade, se supera nas ações junto a toda a sociedade. Sr. Orlando, Coordenador da Semana da Consciência Negra. Em fevereiro deste ano nós fizemos a primeira reunião do mandato desse deputado a pedido, e o primeiro grupo que nós recebemos, a primeira organização que nós recebemos no nosso gabinete foi vocês Orlando, você lembra disso? A pedido de nós contarmos a SEAS e juntos poderemos traçar um calendário, e a pedida era simples naquela época desde que se quisesse resolver, era o criar o Conselho Estadual da Consciência Negra do nosso Estado. E a partir daquela data foi-se trabalhando e amanhã nós vamos estar juntos com a SEAS e aqui de claro parabenizo Jamile, todo o trabalho da Secretaria junto com o grupo, amanhã damos posse ao

Conselho Estadual. É um ato simbólico importante porque a sociedade se organiza nos seus setores e as conquistas das políticas públicas e o respeito da outra parte da sociedade só virá quando esse setor estiver organizado e o Conselho é para isso também. Cumprimentar o senhor Robinson da Eletrobras, Eletronorte; senhor Gilson. Eu sem pré militei contra a Fetagro e os urbanitários sempre foram parceiros nas nossas lutas.

Não se separa campo e cidade quando se busca as políticas públicas.

Eu quero de pronto parabenizar esta Casa e o Deputado Léo por ter buscado todos os deputados na realização desta Audiência Pública, hoje, pediu o apoio a assinatura. Quando nós entendemos que é você discutir políticas públicas para esse setor que no Brasil é a grande maioria. Porém o reconhecimento nosso da sociedade de uma forma geral ainda está aquém da importância que é toda a nossa população negra do nosso país e aqui no Estado de Rondônia não é diferente. Fico muito feliz de estar com vocês nesta Audiência. Obrigado.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) - Deputado Léo com a permissão de Vossa Excelência registrar aqui a presença também da senhora Rosenilda Ferreira de Souza, representante do Sindicato dos Trabalhadores em Educação, ela também é Coordenadora da Secretaria de Gênero e Etnia; e também ler a justificativa do Excelentíssimo senhor Deputado Neidson de Barros Soares, Doutor Neidson.

'Ao tempo em que cumprimentamos Vossa Senhoria, vimos informar junto a esse Departamento de Cerimonial que Excelentíssimo Senhor Deputado Doutor Neidson, do PCdoB, não poderá participar da Audiência Pública a ser realizada no dia 19/11 no Plenário de liberações da Assembleia Legislativa de propositura da Mesa deste Poder Legislativo, pois estar retornando de viagem e não conseguirá chegar a tempo para participar da referida Audiência.

Desde já agradecemos a compreensão. Assinado pela senhora Luciana dos Santos Ocampo Silva, Chefe de Gabinete do Deputado Doutor Neidson'.

E também ao Cerimonial da Assembleia Legislativa.

'Agradecemos o convite para participarmos das Audiências Públicas a serem realizadas no dia 19. E informamos a impossibilidade de comparecimento em razão de compromissos anteriormente agendados e de natureza inadiável, desejando sucesso aos eventos.

Atenciosamente, Gislaine Sampaio, Secretária Parlamentar do Excelentíssimo senhor Deputado Federal Expedito Neto'.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Bem, até para fazer um dar uma justificativa coletiva dos deputados. Nós estávamos participando, na grande maioria, de um evento binacional que ocorreu em Trinidad na Bolívia no departamento de Beni, que seria o Estado do Beni. E por conta disso a maioria dos Deputados ainda estão em trânsito para chegar a suas bases eleitorais e também Porto Velho e eles pediram para fazer essa justificativa, haja vista que eu também estava lá e utilizei o carro durante a madrugada para conseguir fazer esse traslado e chegar aqui a tempo. Então fica aqui registrada publicamente a justificativa dos demais colegas que gostariam muito de estar presente nesse evento.

Já de imediato também gostaria de passar a palavra, passar primeiramente a palavra viu senhor Orlando, para as pessoas que representam o Estado, que representam instituições, órgãos, para depois nós entrarmos propriamente no mérito da discussão.

Passar a palavra para o senhor João Herbert representante da Secretaria de Estado da Educação. A palavra está com Vossa excelência, se quiser usar a tribuna melhor ainda.

O SR. JOÃO HERBERT – Bom dia a todos e a todas aqui presentes. Queria em nome do Deputado Lazinho da Fetagro e do Deputado Léo Moraes cumprimentar a Mesa aqui presente.

E agradecer por esta oportunidade. Discutir esta data da Consciência Negra é algo, ainda agora eu estava em um grupo da rede social e alguém disse: mas Beto porque não foi da SEDUC um negro para discutir a consciência negra? Por que tinha que ir um índio? Eu como Amazônida eu disse: no momento que índios tiverem discutindo a questão negra e negra e os negros estiverem discutindo a questão indígena assim como brancos, mulatos árabes, todos estiverem discutindo a questão da humanidade nós estaremos construindo uma única raça: a raça humana, uma raça divina. Mas essa luta que começa, a gente tem o marco dela em 1.695, naquela luta do Quilombo de Palmares aonde Zumbi que é essa figura que marca essa data de hoje de 20 de novembro, naquela luta em que ele estava lá com seu grupo, cerca de 30.000 pessoas resistindo, ele resistia contra uma opressão. Uma opressão começa no processo de escravidão no Brasil e um processo de escravidão que ele tinha até discursos bíblicos na época. Pessoas utilizavam palavras divinas, palavra de Deus pra dar um discurso bíblico para a escravidão pegando a passagem de Noé quando Noé amaldiçoa Cam, que era filho que disse: "maldito seja Cam que será amaldiçoado a ser escravo de seus irmãos". E pessoas pegam essa palavra bíblica e dizem que os negros africanos eram descendentes de Cam, por isso passivo de escravidão.

Percebo que a luta ela é antiga, ela começa esse processo de pessoas que foram tiradas de um continente e trazidos como mercadoria para a construção de um País. Ontem eu li uma frase que dizia o seguinte: "que os brancos de hoje não tem culpa da barbaridade que foram feitas com os negros no passado", só que eles colhem os frutos dessa escravidão, os frutos da riqueza deixada por esse povo que aqui veio construir uma nação, porque se nós observamos o Brasil ele foi construído primeiramente pela mão indígena e pela mão do Africano que foi tirado de sua pátria e trazido para o Brasil para esse processo de escravidão.

Então, nós temos a formação dos Quilombos que eram a forma de resistência que há pouco eu citava aqui o Quilombo de Palmares, mas a gente não pode esquecer dos Quilombos aqui do Vale do Guaporé principalmente o Quilombo de Pedra Negra, o Quilombo ali da região do São Francisco do Guaporé, Quilombos que também foram de resistência, eu recentemente estava no Forte Príncipe da Beira e eu olhava o Forte Príncipe da Beira e eu ficava imaginando quantas mãos de índios e negros carregaram aquelas pedras para formar aquele forte? Isso se nós olharmos as escritas nas paredes do Forte Príncipe da Beira nós vamos sentir isso.

Então, nós temos ao longo do Século XIX, XVIII, XIX, nós vamos ter algumas conquistas, nós vamos ter a Lei do Ventre Livre, a Lei do Sexagenário, nós vamos ter a própria Lei Áurea, só que foram leis que elas foram escritas pelo opressor, que ela não simbolizava que aquilo estaria trazendo benefício, à Lei do Ventre Livre colocava crianças livres só que não deixava seus pais livres. A lei do Sexagenário significava que aquela pessoa que não servia mais como mão de obra seria jogada para sociedade, e a Lei Áurea foi uma pressão que não trouxe uma discussão social o que fazer com aquela população, aquela população ela é marginalizada, ela passa por um processo de marginalização, ela é colocada à margem da sociedade, se nós observarmos a formação das favelas, das comunidades nas cidades nós vamos perceber isso. E nós entramos no Século 20 com o fortalecimento dessa marginalização, mas a década de 70 alguns grupos começaram a se organizar e viram que Zumbi dos Palmares poderia ser sua bandeira, quando eles se organizam na década de 70 para trazer Zumbi dos Palmares como sua bandeira eles disseram: "agora nós temos uma bandeira de luta representada por um negro e não por uma Lei Áurea". Então, nós temos a data de hoje, 20 de novembro que foi criada em 2003, por uma Lei Federal em 2003 é criada essa data como o Dia da Consciência Negra e todo dia é dia para que nós possamos não separar raças para defendê-las ou estudá-la, mas dizer, que nós não podemos discriminar índios, nós não podemos discriminar negros, nenhuma outra raça porque todos nós fazemos parte de uma única raça que é a raça humana. Muito obrigado.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Parabenizar o João Herbert, o Beto, pelas belas palavras, pelas contextualizações históricas dessa data e principalmente inserindo o Estado de Rondônia e a localidade de Pedras Negras que fica próxima ao Forte príncipe da Beira nessa discussão.

Passar a palavra de imediato a senhora Jamyle Brasil, que representa a SEAS nessa discussão. Senhora Jamyle, se quiser utilizar à Tribuna, a senhora fique a vontade, aí também, como a senhora quiser.

A SRA. JAMYLE BRASIL – Bom dia! Depois dessa aula, do meu colega Beto, que a gente é contemporâneo de Faculdade a gente fica até feliz.

Eu quero parabenizar o Deputado Léo Moraes, Deputado Lázinho da Fetagro, Deputado Cleiton Roque, acredito que deve está na missão do Beni também, então foram Deputados que foram corajosos porque não é a primeira vez que o Movimento Negro propõe uma Audiência Pública nesta Casa e para nossa felicidade hoje nós não só temos uma plenária cheia, mas como temos representantes que se destacam. Eu estou vendo o Juscelino, o Valdir Alves, Professor Everaldo, o Carlinhos Maracanã entre outros e quero cumprimentar o Orlando Souza pela sua luta e eu gostaria de pautar algumas situações que a gente vem no Movimento numa luta que ela é histórica, ela se confunde com a história do Brasil, ela é a história do Brasil e nós deveremos discutir essa questão do trabalho, está com os Sindicatos, está com o Defensor Público, entender que agora os Deputados querem propor uma ponte com o Judiciário, com os governos, com os departamentos dos governos que fazem concurso público, isso é um avanço. Mas aí vamos nos reportar

também, Beto, a 2003, quando o primeiro ato do Presidente Lula, no dia 10 de janeiro de 2003, foi assinar a Lei 10.639, que é momento onde o Movimento Negro ficou feliz, a sociedade brasileira pôde ter na escola o estudo do Brasil, dos negros brasileiros, da África, das religiões de matriz africana, que a gente pudesse dar uma educação para os nossos filhos, onde a gente não teria só o ensino de uma história oficial, mas reescreveria a história de um povo que veio para este país e que veio de um grande Continente. E a gente pode também colocar a questão das mulheres negras, a questão da saúde que é amplamente discutida hoje, a saúde da população negra.

E as mulheres negras, eu quero lembrar aqui a luta da dona Maria Ramos aqui em Rondônia, e no Brasil inteiro as mulheres negras foram precursoras de exigir uma atenção melhor, uma atenção específica para a população negra.

E a gente também pode estar colocando aqui a caminhada dos Sindicatos, a caminhada da CUT, a gente tem o Amaral para poder falar, é um testemunho, os Sindicatos junto com a Fetagro e outros que foram nessa caminhada exigir a melhoria de trabalho, de exigir não só a questão do assédio moral no ambiente de trabalho, mas também de propor que os gestores pudessem ser capacitados. Foi quando criou a CPI que se criou os Comitês Intergovernamentais, que seria instituído o racismo institucional dentro das políticas de governo, as políticas de Estado. Então nós podemos ver que avançamos em muitos campos, como a educação, como a saúde, mas que a gente ainda tem uma luta muito grande e eu acho que essa é a proposta do Movimento Negro. Eu estou falando aqui enquanto, até mesmo como militante, mas acredito que sempre tive a visão do Estado, sempre estive dentro da SEDUC, no Conselho Estadual de Educação, e agora dentro da SEAS, eu acredito que as políticas são transversais, elas vão estar dialogar com as pastas, com certeza o Governador e o Chefe da Casa Civil se colocarão à disposição desta semana e também a Secretária Val Ferreira.

Então eu quero falar em nome do Governo do Estado de Rondônia e da SEAS e que as políticas estão se implementando. Muito obrigada.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Agradecer à Jamyle Brasil, que reconheço nela uma pessoa muito engajada.

Realmente uma militante ativa e voraz em diversos segmentos da nossa sociedade.

Passar a palavra para o Dr. Walter Gustavo Lemos, que representa a Ordem dos Advogados do Brasil, neste ato. Por gentileza, Dr. Walter, a palavra está com Vossa Excelência.

O SR. WALTER GUSTAVO LEMOS – Primeiramente bom dia.

Quero cumprimentar a Mesa e peço licença ao Presidente para cumprimentar a Mesa em nome da senhora Jamyle Brasil e do senhor Orlando Francisco de Souza, pessoas então que merecem ser lembradas neste momento, em razão desta Audiência Pública. Portanto, algumas palavras devem ser ditas sobre esse fato. Começar assim, 60% dos jovens na periferia de São Paulo, sem antecedentes criminais, já sofreu algum tipo de violência policial. A cada quatro homicídios, três são negros; 2% dos jovens em instituições superiores são negros. "Aqui quem fala é Primo Preto, mais um sobrevivente", isso é uma música do Racional, Racionais'Mcs, de 1996, que

descreve, então, o problema da negritude que eles vivenciavam naquele momento, ou seja, há quase 20 anos. E descreviam aí, muitos dados, dados importantíssimos. Primeiro, da quantidade de violência que se promove ao negro no Brasil.

Depois, também, a baixa taxa de acesso do negro à escolaridade e a todos os benefícios sociais descritos pelo Estado. Portanto, temos que imaginar e perceber que há que se ter um dia de consciência negra Por quê? Porque existe uma institucionalização do racismo e da marginalização de uma parte da sociedade, e uma parte da sociedade e no caso dos nossos negros. Pegaram alguns dados para comprovar isso, na última eleição, ou seja, no ano passado 1/3 dos candidatos eram negros numa população de quase metade do Brasil, 1/3 eram de negros. Foram e alcançaram seu desidério, somente 15% dos políticos, ou seja, quase metade da população brasileira é formada por negros e eles são representados esses negros por somente 12% dos cargos eletivos, ou seja, um oitavo dos cargos eletivos somente é dado aos negros. Temos que perceber que até hoje em nossa história, tivemos um Presidente negro, temos que lembrar de Nilo Peçanha, que era filho de negros e portanto negro, mas não era visto como tal, e não é lembrado muitas vezes. Temos na história das nossas Forças Armadas um General, um General negro, um Comandante da Marinha, negra, um Ministro do STF, e, portanto, eu pergunto: existe igualdade nessa nossa história? Acho que não, e continuo a falar com alguns dados a serem lembrados. Em 2011, o dobro do registro de homicídios realizados contra os nossos cidadãos, foi promovido contra os negros, ou seja, 63% da população que sofreu homicídio eram negras, enquanto outro um terço era branco. Destes, desse grande número de mortos 53% eram jovens, e desses 53% jovens, 73% eram jovens negros, e 93% deles jovens negros homens, ou seja, existem quatro vezes mais chances de um jovem negro no Brasil vir a morrer do que um jovem branco. Outro dado, as famílias brasileiras brancas possuem 75,2% de renda a mais que as famílias negras, portanto, a que se perceber aqui uma grande distância social entre essas mesmas famílias de brasileiros, existe uma longa distância e a norma tem que estabelecer formas disso ser resolvido. A que se lembrar que um negro exercendo um mesmo cargo de um branco, o mesmo emprego de um branco, recebe 72% somente de um salário de um branco, ou seja, recebe menos do que aquilo que é destinado a mulher que é em torno 78% do salário de um homem branco, e se essa pessoa for uma mulher negra é de 58%, ou seja, muito menos que os homens brancos. Portanto, temos que perceber que existe um abismo social, e esse abismo social se agrega uma parte da população que é a população dos negros, não vou descrever muito a composição da sociedade brasileira, mas só um dado 1% da sociedade brasileira que é rica tem seu, em sua porcentagem da presença de negros, somente 1%, desse 1% é negro, por quê? A que se lembrar disso. Muito bem, temos que perceber que há então um histórico de discriminação promovido pelo Estado Brasileiro desde o período imperial com a escravidão e posteriormente com as normas de retirada desse processo de escravidão. Mas mesmo posto esses negros em liberdade, o Estado Brasileiro não o fez, nada fez para garantir a esses negros que eles tivessem a plenitude do acesso aos bens mais coesinhos dados, temos que perceber então que existe desde a Lei Áurea, uma diferença descrita pelas normas,

pela cultura, pelo provo brasileiro ao negro. Para ter uma ideia, o negro ao ser liberto pode receber pleno acesso a terra, pleno acesso a educação? Não, ele foi colocado de lado, foi colocado de lado e assim se criaram as favelas e criaram-se os bolsões de pobreza nesse país. Só vamos ter essa plenitude de acesso a terra e de forma igualitária somente com o Estatuto da Terra em 1964, mas que não foi implementando devidamente, nós vamos essa plenitude do aceso a terra entre brancos e negros de forma igualitária, somente nas colonizações realizadas em novos Estados como em Rondônia, mesmo assim ainda com muita, com muita, como posso dizer, com muita discriminação aqueles que eram negros. Mas, vamos lá. A Constituição descreve no seu artigo 1º como fundamentos da República, a dignidade da pessoa humana, ou seja, a República Brasileira não pode promover de forma alguma nem um tipo de ato ou realização que vá contra a dignidade da pessoa humana e percebemos muitas vezes esta, este tipo de ação muitas vezes não só vindo da sociedade, mas vinda do Estado. O artigo 3º da Constituição, vou descrever quais são os objetivos da República Brasileira e descreve nesse mesmo artigo que: é um objetivo da República Brasileira o combate a discriminação e discriminação de cor. Não podemos permitir mais que em pleno século XX quando da Constituição e hoje no século XXI que se estabeleçam mecanismos e meios sociais ou legais para esta prática. E o artigo 5º da Constituição fala abertamente numa chaga brasileira que é o racismo e descreve a necessidade da firma de um crime de racismo e descreve o quanto ele é nefasto ao estabelecer que ele é inafiançável e imprescritível. Outras normas falam também sobre essas situações. O artigo 1º da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão em 1789 descreve: todos os homens nascem iguais e livres em direitos. Os franceses descreveram isso em 1789 e até hoje nós no Brasil não conseguimos implementar. A ONU, Organização das Nações Unidas descreveu nas suas Declarações Universais de Direitos Humanos no seu artigo 1º que: todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos.

Portanto, precisamos implementar isso. Isso que é descrito por nossa Constituição, são descritos por essas Declarações e por todas as convenções, tratados existentes que chamam atenção deste problema. Portanto, há que se estabelecerem ações, afirmativas para resolução deste abismo, estabelecidos entre brancos e negros no Brasil. Dia 15 agora, foi dia da nossa República e o hino da República diz o seguinte: Liberdade, Liberdade, abre as asas sobre nós, que a voz da igualdade seja sempre a nossa voz, ou seja, há que se estabelecer esta igualdade de fato e a nossa sociedade, já estou indo para o final, há que se estabelecer então essa igualdade plena, porque ainda hoje a carne mais barata no mercado é a carne negra, como dizia o Seu Jorge, isso não pode mais ocorrer. Portanto, são ações dessas. Muito obrigado Deputado, são ações dessas de chamativa da consciência de toda a sociedade para questão negra que vão permitir que nós possamos avançar nesta questão e criar normas e mecanismos para resolver esse abalo e essas diferenças. Muito obrigado.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Registrar aqui a presença do Dr. Marcos Teixeira, Professor da Universidade Federal de Rondônia; também registrar a presença do Senhor João Anselmo, Secretário Geral do Sindicato

dos Trabalhadores em Telecomunicações – SINTEL; Senhor Evaniel Brito, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações – SINTEL; Senhora Elsie Shocknes, Movimento Negro.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – É com grande honra e um prazer muito grande que recebemos o Professor Marcos Teixeira aqui conosco na Assembleia Legislativa, seja bem-vindo.

Passar a palavra neste momento, já parabenizando a brilhante palestra no caso, o Dr. Walter Gustavo Lemos e que nós temos que também deixar isso muito bem fundamentado, de trabalhar os iguais de forma desigual, porque isso é muito claro, isso serve também de discussão como pano de fundo aqui na Assembleia Legislativa, nós não podemos legislar com a venda nos olhos e também deixar de discutir cotas aqui no nosso país pela nossa essência, pela nossa colonização e pela nossa realidade. Então vem a calhar o discurso do senhor Walter Gustavo Lemos, que é isso que também nós pensamos.

Passar a palavra a o senhor Robinson Percy Holder, que é Gerente Regional da Eletrobrás/Eletronorte, com o tempo de cinco minutos.

O SR. ROBINSON PERCY HOLDER – Bom dia deputado Léo Moraes; Exm^o. Sr. Lázinho da Fetagro; Sr. João Herbert, representante da Secretaria de Estado da Educação; Jamyle que eu conheci agora nesse grande evento, Jamyle Brasil, representando a SEAS; Valmir Junior, defensor público, representando a Defensoria Pública do Estado; Dr. Walter Gustavo, representando a OAB; Orlando, amigo, parceiro, trabalha com a gente na Eletronorte, aí o Coordenador Geral do Evento, da Semana da Consciência Negra por parte da Eletronorte e líder maior de toda essa coordenação; Gilson Queiroz nosso parceiro também, lá do SINDUR, um Sindicato atuante, está sempre aí junto com a Eletronorte em busca de melhores condições de trabalho para os empregados. Na plenária eu gostaria de saudar meu irmão, primo, padrinho da minha esposa, Juscelino Amaral, representando a GLOMARON, ele é um ícone da história negra eu acho que poucos sabem, mas ele sempre enfatiza isso, a origem negra dele vem dos negros do Vale do Guaporé, da Família Moraes, a Dona Natividade nasceu na região do Vale do Guaporé, aí junto com ele tem o irmão dele o Antônio Acácio, também um grande parceiro. Saudar o Marcio da distribuidora e a Terezinha, nossa assessora de comunicação eles estão aí, eu falo que eu estou cansado eles estão em ponto de pedir um caixão, por que eles estão nessa loucura essa semana toda, trabalhando de madrugada, organizando o evento. Para gente é uma satisfação está participando desse evento nesse momento, é um momento ímpar, diferente do que o senhor mencionou, deputado eu até falei para o pessoal; olha diante de tantas pessoas que conhecem o movimento negro, que conhece da minha história, então eu tenho o Orlando, eu tenho o professor Marcos, tenho a Cleide que está lá na galeria, eu me sinto um completo leigo, mediante a tanto conhecimento. Então para mim está sendo um momento ímpar, um momento de muito aprendizado. Nessa caminhada e aí eu gostaria de complementar as palavras do Herbert e do Valter, a gente tem aqui em Rondônia um Estado diferente da população negra, porque nós temos negros que são originários diretos da África, de negros que vieram de forma

escravizada e aí o negro que veio na primeira condição de trabalhador, aí um pouco mais de vinte anos após a abolição da escravidão que são os negros barbadianos. Então aqui eu aproveito para saudar os barbadianos presentes, a gente tem aqui a dona Eunice Johnson, que eu conheci essa semana, uma pessoa muito simpática, Cleide Blackmam, a Elsie que eu ainda não vi, mas eu ouvi citarem o nome dela ainda a pouco, que ela está presente da família Shocknes, essa semana a gente teve a Embaixadora de Barbados aqui e ela esteve visitando as famílias, foi ter um momento mais íntimo, mas interno visitando as famílias, a família Shocknes, família Maloney, esteve lá casa da professora Úrsula, e na família Johnson. Então foi um momento de grande valia, para mim foi um momento muito especial e na família Johnson e vê que lá, isso só tinha visto em livros, eles ainda tem o hábito de falar em inglês que é a língua mãe de Barbados. Com relação à Eletronorte, a Eletronorte ela é a favor desse tipo de movimento porque a Eletronorte ela possui e patrocina um comete de equidade, gênero e raça, então é muito importante para a gente promover. E aí eu vendo os nossos colegas falaram das desigualdades por ser uma empresa pública então a gente não vê essa desigualdade em relação a salário e discriminações maiores. Mas aí nessa caminhada de aprendizado a gente vê que algumas coisas existiram no passado, eu acho que é por isso que a Eletronorte adotou essa postura e por também ser uma empresa de Governo. Queria também parabenizar, aproveitar e parabenizar o deputado Neri Firigolo, que foi ele que propôs essa Audiência Pública, é muito importante a gente discutir essas questões. Como já foi falado o negro ocupa um espaço muito pequeno em postos de alto escalão, a gente ontem estava vendo aí nas palestras mais de 50% da população brasileira é negra declarada, negro declarado, diga-se de passagem. Por que se a gente for puxar as origens então a gente tem aí um monte de brancos que nas veias tem um DNA negro. Então parabenizar, é importante esse momento, friso mais uma vez, para que a gente possa reverter um quadro que foi gerado aí há muitos anos atrás e a gente vê aí, você não precisa andar muito para você perceber as discriminações que ainda existem aí até em redes sociais e uma série de locais. Então, isso é muito complicado e preocupante em um país tão miscigenado como o nosso. Mais uma vez obrigado ao convite e reitero que a Eletronorte está aí sempre de portas abertas para firmar parcerias com essa Casa e com o Governo do Estado. Obrigado.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) - Agradecemos a participação do Robinson Percy Holder, representando a Eletrobras, na verdade Eletronorte. Muito obrigado por sua participação. E nós já vamos passar a palavra para o senhor Gilson Queiroz que é Diretor Sindical do Sindicato dos Urbanitários. Por gentileza, senhor Gilson, por cinco minutos.

Passar a palavra aqui rapidamente para falar aqui do meu lado, para o senhor Beto, representante da SEDUC quero deixar aqui registrado uma menção aqui.

O SR. BETO – Como há pouco nós citamos os barbadianos que vieram lutar aqui, eu queria só fazer uma homenagem rápida à minha amiga Rosilda Shocknes que esses dias perdeu a vida nessa estrada aqui do nosso Estado, uma grande

defensora da Educação, e que foi premiada nacionalmente como Coordenadora do Prêmio Gestão, em todos os Estados brasileiros ela foi quem ficou em primeiro lugar. Uma homenagem a essa amiga que perdeu a vida esses dias.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Muito obrigado, a palavra, senhor Gilson Queiroz.

O SR. GILSON QUEIROZ – Primeiramente, bom dia a todos.

Eu quero aqui dar boas-vindas, ou seja, parabenizar primeiramente ao Deputado Léo Moraes, aqui agradecendo pela Casa da Assembleia Legislativa, pela Mesa a senhora Jamile que foi minha colega de faculdade e na plenária agradecer a minha querida professora que eu tive na UNIR a professora Eunice Johnson. Ok. Então, a gente, nós em pleno Século XXI nós estamos aqui nesta Casa de Leis debatendo um assunto que não deveríamos estar debatendo, mas pela história do Brasil torna-se necessário a gente está usando este espaço para que possamos resgatar um pouco da cultura do negro. Então a gente preparou um pouco, um pequeno texto, um discurso para resgatar um pouco, falar um pouco sobre o negro. Então, a história do Brasil é contada por muitos e de diversas formas. No entanto a história do nosso, a história do negro do nosso país sempre foi de sofrimento e luta. Após a sua chegada ao Brasil à situação que os negros encontraram foi de repressão, opressão e trabalho escravo. Cenário próprio para desenvolver no povo um ar de inferioridade. Assim desvalorizar a cultura, a religião, a vida em geral dos negros, daí o porquê da luta para resgatar os valores da raça, visto que a cultura negra tem muito a oferecer não só aos negros, mas a todo o mundo. A população é consciente de que o processo de escravidão foi muito prejudicial ao negro. Deve-se, portanto buscar a devolução e a valorização de direitos que por muitos tempos foram e têm sido violados, diminuídos, limitados. Não se trata de retribuir ou vingar a discriminação em relação a outros grupos étnicos ou de qualquer natureza, pois estes direitos não interferem nem anulam os dos outros. Por isso se faz necessário, conhecer bem o processo histórico, bem como os direitos individuais, que inclusive são garantias pela Carta Magna a nossa Constituição. É preciso que não haja limites em buscar informações sobre a luta pela conquista dos direitos iguais, uma vez que pouco se falam que os negros, além de sofrer com o trabalho escravo lutaram para sair deste e elaboravam táticas como, a capoeira, o sincretismo religioso e outras maneiras que faziam com que sua cultura não se perdesse. Desta forma a luta por direitos iguais é de todos, se é direito é para todos. Contudo, alguns são mais carentes no que tange a acessibilidade e efetividade de tais direitos do que outros. Por tudo isso é de fundamental importância que se faça campanhas de conscientização, e até mesmo leis para que todas sejam respeitadas e que haja eficácia no desenvolvimento do conhecimento das culturas discriminadas e inferiorizadas. O Brasil é o País das diferenças sim, mas que seja tão somente definido tão somente, pela miscigenação de seus povos e poderá se tornar uma nação mais unida e forte quando todos descobrirem que o valor da pessoa humana está no bem que ela pratica, ou melhor, está no coração daqueles que amam a vida e sabem viver, as diferenças não tornam o homem inferior nem superior, mas o torna belo e genuíno,

porque a beleza do homem está em sua diferença, se fossemos iguais o mundo seria chato, não seríamos semelhantes seríamos em troca sinistramente idênticos e, portanto perfeitamente substituíveis uns pelos outros e não é isso que queremos. Ser tolerante, paciente e promover o que deseja para si em relação aos outros é a essência do respeito e o caminho para a dignidade de todos.

Então gente, isso aqui é um pouco do que a gente verifica o que acontece que aqui a gente pode observar com a história do negro.

Então, é isso que eu queria deixar aqui para nós e que consigamos êxito na nossa Audiência Pública. Meu muito obrigado a todos e a todas.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Parabenizar o Sr. Gilson Queiroz e gostaria de registrar a presença também de forma muito especial, a minha mãe, Sandra Moraes, que está aqui comigo; também está aqui conosco a minha prima que veio do Tocantins, que também se faz presente junto com a sua filha Sófia e a minha prima é a Aline, que veio nos abraçar nesse momento muito difícil da minha família. Então, muito obrigado pela participação de vocês.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Deputado permissão. Quero registrar aqui a presença da Ex-Vereadora do Município de Porto Velho Sandra Moraes, que foi também Presidente da Câmara Municipal, mãe do Deputado Léo Moraes.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Já fiz. Gostaria de passar a palavra agora para o Sr. Orlando Francisco de Souza, Coordenador Integrante da Semana da Consciência Negra do Estado e que é um dos grandes atores e protagonista dessa belíssima Audiência Pública.

Por gentileza, Sr. Orlando a palavra está com o senhor.

O SR. ORLANDO FRANCISCO DE SOUZA – Muito agradecido.

Primeiramente bom dia ao Deputado Léo Moraes, Presidente da Comissão de Direitos Humanos desta Casa a qual eu quero agradecer a generosidade de vossas palavras e quero pedir permissão para cumprimentar os demais membros da Mesa através de vossa pessoa.

Eu queria também cumprimentar minha querida amiga, representando a SEAS, a Jamyle Brasil, dizendo também que a gente precisa aperfeiçoar Deputado naquela diversidade que a gente fala que é na questão de gênero não é? Nós temos uma Mesa hoje patriarcal e precisamos ir aperfeiçoando, obviamente, está melhor do que aquela Mesa; está bem melhor.

Registrar e pedir para que registre nos anais desta Casa Deputado, o nosso repúdio do Movimento Negro, do Movimento Popular a violência praticada ontem em relação à marcha das Mulheres Negras e que a gente acentua, infelizmente, nesse País e lamenta que um País em que estamos vivendo um Estado Democrático de Direito, nós percebemos alguns grupos que querem destruir essa capacidade da sociedade se organizar.

Então, gostaria de fazer esse registro e que fique registrado nos anais desta Casa o nosso repúdio veemente a essa situação.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Devidamente registrada, já está anotada nos anais. Obrigada.

O SR. ORLANDO FRANCISCO DE SOUZA – Muito agradecido Deputado.

Eu queria iniciar falando o Canto aos Palmares, de um dos maiores poetas negro brasileiro Solano Trindade do qual diz que: “eu canto palmares sem inveja de Virgílio, de Homero ou de Camões, porque o meu canto é o grito de uma raça em plena luta pela liberdade”.

Embora, aparentemente nós, negros e negras estejamos livres, muitos de nós ainda temos a alma aprisionada por mais de 300 anos de escravidão. Essa repetição de uma cultura escravagista ela é permanente ao ponto de precisarmos estarmos discutindo Leis que tratem de diminuir essa desigualdade, se tivéssemos numa sociedade justa nós não estaríamos nesse momento conforme antecederam alguns participantes.

Dizer ao nosso colega da OAB que não é só a violência contra a adolescência. Recentemente foi feito e apresentado dados importantíssimos de que violência contra a mulher, os homicídios contra as mulheres negras aumentaram em 35% e os homicídios contra as mulheres brancas diminuíram 10% nos últimos 10 anos e nós sabemos onde está o criminoso, está dentro da residência e nós sabemos que a Lei Maria da Penha é importante, mas o Sistema Judicial do Brasileiro não consegue dar a resposta, porque passou a dizer para a mulher “vá denunciar”. Ela faz 10 denúncias e não tem resposta do Estado e acaba sendo assassinada. Então, acentuou-se a violência e nós precisamos da resposta do Estado. Esta Casa é fundamental, o Poder Executivo é fundamental, assim como o Judiciário, através da necessidade de processar com mais celeridade essas ações e o vigilante permanente da lei, o Ministério Público. Então, essas ações é que nos trazem a fazer esse debate, porque nós estamos vendo cada um aqui ter a possibilidade diminuída de ser aposentado, de ter legislação previdenciária que garanta um futuro previdenciário porque nós estamos assassinando a juventude produtiva negra deste país.

Nós estamos matando economicamente a nação, não é porque está matando por questão policial. É porque o senhor, eu e os demais aqui, nós podemos não ter um futuro previdenciário porque os assassinatos de jovens, que foi muito bem falado pelo colega da OAB, ele não mata só a pessoa física, ele mata economicamente o país. E nós queremos discutir isso de forma econômica, quanto custa um assassinato de um jovem, no Brasil? Porque a gente já tentou sensibilizar dizendo só da pessoa física, nós temos que partir para outras ações.

Isso acaba com a economia deste país. Como a gente tem caminhado, as matanças no Brasil, daqui 30 anos a grande maioria não vai conseguir se aposentar porque nós vamos quebrar a Previdência Social. Esse é o discurso, econômico. Porque a escravidão foi econômica, a discriminação de hoje é econômica, ela não é só discriminação por questão de pele, é pelo subjugar de um povo para que o outro explore. Sempre foi assim nas escravidões, no mundo, a escravidão negra, de que os brancos de hoje não têm responsabilidade nenhuma, mas que se apropriam dos bens que foram construídos pela escravidão e não tem repartição, esses mesmos bens produzidos por mais de 300 anos pelos negros, eles são

excluídos. A título de curiosidade, eu quero me lembrar de um amigo meu chamado Deputado Federal Eduardo Valverde.

Eduardo Valverde foi fundamental na articulação dos quilombolas. Foi fundamental, porque esse é o desafio, discutir esses temas porque não fazem parte da agenda do dia a dia.

A gente tem que sair dessa agenda do dia a dia. Nós temos que aprofundar, porque a sociedade é diversa. A sociedade é diversa, e a Constituição nos garante os mesmos direitos, mas infelizmente nós precisamos fazer leis desiguais para que a gente atinja um direito. Pedimos, Deputado, para não me estender muito, já que vamos abrir ao plenário, que esta Casa e que aqui o Poder Executivo, representado pela Secretaria de Educação, a Secretaria de Estado de Ação Social e demais membros aqui presentes que essas duas importantes organizações estatais discutam em relação ao representante da Secretaria de Educação, meu amigo pessoal Beto, a implementação fundamental de uma lei de 2013, que o Estado de Rondônia se dá o direito de não implementar. Mas será que precisamos recorrer ao Ministério Público para cumprir uma lei, Beto? Então eu quero que Vossa Excelência seja facilitador.

Nós não vamos criar mais lei. Já tem uma lei, que é o estudo do ensino e da cultura das populações afrodescendentes deste país. Porque nós temos a cultura europeia toda, sendo ensinada. O negro só entrou na educação formal em 1942, ele não podia sequer estudar. E nós precisamos dizer que tem que falar. Professor Marcos Teixeira, grande amigo, um grande batalhador para dar visibilidade a essa magnífica história, com suas orientações, com seus trabalhos, com seus doutorados, suas apresentações, uma fonte de conhecimento inesgotável.

Então, nós precisamos implementar. Essa lei, nós não temos que discutir, Beto e o governo do Estado, a Lei 10.639.

Eu queria homenagear a minha amiga Rosa Negra, do Sindicato dos Trabalhadores em Educação que tem feito um trabalho em todos os locais para tentar fazer com que a gente sensibilize o governo a fazer essa implementação. Eu acho que aqui é o momento de a gente fazer um acordo de amigos.

Porque se a gente não fizer um acordo de amigos, nós precisamos recorrer às Instituições. Eu acho que a gente ter que recorrer ao Ministério Público para o cumprimento de uma lei, não é necessário neste momento. Acho que o melhor momento é o diálogo. Outra coisa, Deputado e representante do Poder Executivo, nós precisamos replicar no Estado uma Lei Federal que a é 12.990, que já trata no Executivo Federal, nas empresas de ação direta e indireta, de cotas raciais em concursos públicos, se Rondônia não fizer o Congresso Nacional vai nos atropelar porque está sendo bastante debatido isso.

Então, acho que a gente pode ser vanguarda como outros Estados não precisamos aguardar que venha uma Lei de cima para baixo nos empurrando. Nós temos que está preparando agora já os concursos, a exemplo do Conselho Nacional de Justiça que fez uma resolução que coloca para os Tribunais a necessidade do regime de cotas raciais em seus concursos e já estão sendo cumprindo no Brasil inteiro, embora haja várias contestações, mas tem um cumprimento já dessa, pelo Conselho Nacional de Justiça e pelos Tribunais de Justiça, então, nós podemos ser vanguarda. Eu queria lembrar aqui o Deputado Cleiton Roque, que foi muito importante também Deputado Lazinho, assim como os demais membros da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, que

nos deram a oportunidade, o Oscar está aqui, a Elsie está aqui, e outros que estivemos aqui algumas vezes fazendo.

Agradecer a generosidade dessa Casa, e quando meu amigo Percy fala do Neri Firigolo, é porque no histórico desta Casa, em outras legislaturas o Neri Firigolo, que eu tenho uma boa lembrança, tentou fazer essas Audiências Públicas, algumas ocasiões, e não havia sensibilidade que há hoje desta legislatura. Mas agradecemos a sensibilidade desta legislatura em função de que essa não é uma demanda agora do Movimento Negro, mas ela agora está sendo repercutida por esta legislatura, muito obrigado, senhores Deputados ausentes e presentes, porque Vossas Excelências vêm repercutir nesta Casa, aquilo que se diz: essa é a Casa do povo, e esse povo é diverso. Agradecer mais uma vez a generosidade de todos os meus amigos e amigas. Deixar um grande abraço aqui aqueles que estão no plenário, a senhoras e senhores presentes e os demais colegas que estão aqui na galeria. Muito obrigado a todos, e vamos a um bom debate, um bom debate é aquele que a gente trata inicialmente com um bom diálogo.

Muito obrigado.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Registrar também Deputado Léo e Deputado Lazinho, a presença da Professora Luzia Maloney, também está conosco desde o início, seja bem-vinda.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Agradecer e parabenizar as palavras do Orlando, como sempre magníficas, altamente esclarecedoras que certamente ajudará e muito para nós fazermos esse lobby, essa pressão positiva em relação ao Projeto de Lei, conforme nós já estamos discutindo. E mais uma vez registrar o motivo da ausência do Deputado Cleiton Roque, que é o entusiasta desse debate aqui dentro da Assembleia Legislativa, por conta do traslado que está sendo feita em voltar para o Brasil, já que estava na Bolívia.

Passar a palavra agora para nosso amigo Dr. Valmir Júnior Fornazari, Defensor Público, representa a Defensoria Pública do Estado de Rondônia, por gentileza a palavra é sua.

O SR. VALMIR JÚNIOR FORNAZARI – Bom dia a todos. Quero cumprimentar as autoridades presentes, na pessoa do Deputado Léo Moraes, e do Deputado Lazinho da Fetagro, cumprimentar a sociedade civil, os movimentos sociais, a plateia, o público em geral aqui presente. Quero dizer Deputado Léo, Deputado Lazinho, que é uma honra para a Defensoria Pública participar de um debate, de uma análise, de um tema tão importante para consolidação do Estado Democrático de Direito, na busca da eliminação do preconceito e das desigualdades raciais e sociais. Quero lembrar aqui senhores como bem colocado aqui à violência assustadora que a população afrodescendente sofre no país, como bem lembrado pelo nosso colega Walter Gustavo, e pelo senhor Orlando Francisco. Mas por outro lado, reverberar que o Sistema Penal por si só já comprovou, ou seja, a criminalização das condutas de racismo é importante? É muito importante, mas comprovou que não sana a violência contra o negro, não resolve o problema social de exclusão dos afrodescendentes. A gente vê que apesar da Lei Maria da Penha, apesar da criminalização do racismo, apesar de diversas Leis de combate, o recente feminicídio, os dados do país tanto

do Ministério de Igualdade Social quanto do próprio DEPEN nos comprovam que a violência contra o negro, contra a mulher não diminuiu, é necessário do Estado, e aqui eu parabenizo mais uma vez Vossas Excelências pela iniciativa de buscar políticas públicas efetivas e reais para minimizar, ou melhor, eliminar essa desigualdade presente no país ainda. Nós temos uma dívida monstruosa e histórica, como foi colocado aqui com a população negra, sendo imprescindível comprovadamente imprescindível a necessidade de estabelecer políticas afirmativas para se buscar uma verdadeira igualdade, uma igualdade que chamamos de material e não meramente formal. Que a Constituição, consagrou a igualdade desde 1988, e até hoje, nós não temos no país uma igualdade real e formal. Se não buscarmos e cobrarmos do Estado à execução de políticas públicas efetivas, ações afirmativas efetivas continuaremos com meramente essa igualdade formal. E dentro desse contexto como adiantado pelo Deputado Léo Moraes, eu quero colocar que essa semana, o Defensor Público Geral, estará encaminhando para esta Casa de Leis um Projeto de Lei para que no próximo concurso para Defensor Público do Estado de Rondônia, que será realizado já no ano de 2016, seja exigida a colocação de cotas raciais de 20% para negros. Pedimos, portanto, a Vossa Excelências, o apoio desta Casa que sempre tem se mostrado sensível aos pleitos da Defensoria Pública e da comunidade vulnerável do Estado de Rondônia para que votem e discutam se for o caso, aprovelem esse projeto, se entenderem como o nosso pleito, para que no próximo concurso que será deflagrado no início do ano de 2016, o 4º concurso para Defensor Público do Estado de Rondônia, já tenhamos as cotas raciais. Quero colocar também a necessidade de se lembrar dessa Semana de Consciência Negra para refletirmos sobre a necessidade de se fomentar e se investir na educação de direitos, sobretudo, o ensino da cultura negra nas escolas. A educação em direitos tem se mostrado como um dos principais pontos de mudanças efetiva na sociedade, além das ações afirmativas e também Deputado Léo Moraes, um pleito que a Defensoria encampa dos Movimentos Sociais é a consagração de um feriado estadual da Consciência Negra também no Estado de Rondônia, como acontece em outros Estados, afim de que essa semana sirva para refletir e buscar medidas efetivas, concretas para consolidação real do estado democrático de direito. A Defensoria Pública se coloca a disposição de todos os presentes, especialmente os movimentos sociais na busca da efetivação dessas políticas públicas. Muito obrigado.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Agradecer o Dr. Valmir por sua participação exitosa, produtiva, frutífera e conforme nós havíamos comentado já houve essa conversa na Defensoria Pública e será o primeiro certame, se tiver a mobilização necessária. Estava falando a pouco como Orlando, para votar e aprovar aqui nessa Assembleia Legislativa, o sistema de cota já para o próximo concurso da Defensoria Pública que será em 2016, como conversei com o senhor, é uma manifestação afirmativa e que demonstra o interesse do Estado em dialogar e avançar nessa temática e transformar em uma política pública.

Então, é muito importante. A questão do feriado, já havia conversado com o Deputado Lazinho, logicamente que ao final dessa Audiência, por deliberação, encampar o projeto do

feriado também no Estado de Rondônia como já acontece em tantos outros Estados e assim nós faremos.

Passar a palavra para o Jornalista Valdir Alves, que é Diretor de Cultura da AIRON, Associação de Imprensa de Rondônia. Senhor Valdir, por gentileza, a palavra ao senhor por cinco minutos.

O SR. VALDIR ALVES – Primeiramente bom dia. Bom dia Deputado Léo Moraes, Deputado Lzinho da Fetagro, Jamyle, em nome dos quais eu cumprimento à Mesa para acelerar o processo aqui de comunicação. Eu vivi, gostaria de fazer alguns relatos bem breves, quando eu estava na 3ª ou 4ª série primária em Belo Horizonte, naquela época as escolas boas, eram as escolas públicas, naquela época, hoje é o contrário. Naquela época, 3ª e 4ª série, 02 alunos negros na escola pública em uma sala de 40 alunos, portanto, 38 alunos brancos, 02 negros numa escola pública. Passado alguns anos, mudou o quadro, hoje a escola pública é ruim no Brasil inteiro, com exceção de alguns locais e as escolas particulares são as melhores. Em relação às faculdades, eu não tenho esses dados, mais digo para vocês que me formei no bacharelado de comunicação social numa faculdade privada e aí repetiu aquilo de outrora, 02 alunos negros e o restante branco. Um belo dia nós estávamos conversando sobre as cotas para diminuir o abismo que existe, o abismo social que existe entre o que se chama convencional no Brasil, o povo e as minorias. Obviamente que em 40 alunos numa sala de aula, tínhamos 02 negros, os 02 negros foram a favor das cotas, ainda que as cotas para universidades, elas são para, não são só para os negros, são para os pobres. O problema é que no meio dos pobres, existe uma maioria negra. Então, uma aluna muito amiga minha, loirinha, disse o seguinte: muito interessante não é Valdir, eu tiro nove e meio na prova, tiro nove e meio no exame ou no vestibular ou no ENEM, enfim, e aí o negro vai e tira sete, a nota mínima, ou sete e meio aí por que 20% tem que ser destinada a minorias eu fico, eu corro o risco de tirar nove e ficar de fora, e o outro que tirou sete e meio vai para a faculdade.

Nós estávamos numa aula de economia, então a confusão foi generalizada por eram dois negros contra os restantes de não negros, aí brancos e enfim, e se consideram brancos. Então a minha solução foi o discurso de relativizar a nota. Ora, vejam bem, eu disse na sala quem é que tirou a maior nota? A classe média alta ou então classe AB, aquele que ficou com nove e que tem 24 horas para estudar ou aquele que tirou sete e meio e trabalha, pega dois ônibus, às cinco da manhã e chega no trabalho às sete horas, come de marmita esquentada, depois vai para a escola de noite sem tomar banho direto, e chega em casa às onze e meia e dorme em cima de um prato de comida com o livro do lado. Em números absolutos nove é maior que sete e meio, mas relativizando nesse contexto sete e meio é muito maior que nove porque aquele que tirou nove tem 24 horas por dia para estudar e mais o dinheiro do pai para garantir todos os livros, e assim por diante. E com isso eu e o colega negro ganhamos o debate, o professor ficou inerte porque não queria entrar em atrito. Agora esse relato que eu vou fazer bem rápido, vai servir para estimular muitas pessoas que chamo de não brancos, porque aqui no Estado de Rondônia a maioria de não brancos, assim como no Brasil. O IBGE pode até apontar que a comunidade negra é quase 50%, mas o que

reflete esses dados do IBGE é que por falta de consciência negra muitas pessoas com a cor da pele embora negra, um pouco mais clara, ele se declara branco, ao se declarar branco o resultado vai refletir lá no IBGE, mas esse evento aqui é importante para isso porque eu acredito que aqui é, as pessoas que estão aqui são multiplicadores, as pessoas comuns e mais simples nesse momento estão no cabo da enxada, ou empurrando um carrinho de concreto, na sua maioria negro.

Então a gente tem que sair daqui com esse processo de conscientização e levar essa mensagem para aquele que fura um poço, aquele que assenta o tijolo. Então em 1999 eu estava trabalhando num canal de televisão em Ariquemes quando de repente um Secretário Municipal daquela cidade, mas tarde Secretário de Estado do Governo anterior, ele tentou impedir o meu trabalho, a Jamyle já sabe dessa história, a Jamyle já sabe desse relato, ele tentou impedir o meu trabalho porque eu tinha escrito um artigo num jornal e ele ninguém fala sobre ele, ninguém falava, falava sobre qualquer um menos ele, e eu abordei ele como tema desse artigo. Então ele me chamou naquele momento, de safado, bandido, vagabundo, neguinho e tal e assim por diante, esses adjetivos. Então eu passei dez anos Geovani, passei dez anos lutando contra esse senhor na Justiça, condenei criminalmente, condenei civilmente dez anos e recebi uma indenização ínfima. Lá no começo,...

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Sr. Valdir um minutinho para a conclusão, por gentileza.

O SR. VALDIR ALVES – Então lá no começo a gente, eu perdi um pouco o raciocínio, o fato é que....

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Mas é a questão que o senhor estava falando da condenação civil e criminal em relação...

O SR. VALDIR ALVES – Então a gente condenou civilmente e criminalmente e ganhamos aí, no começo tentaram negociar para que a gente retirasse a queixa, não retiramos e ganhamos.

Por que a gente não deve bater com a mesma faca, ou seja, com a mesma arma, mas a gente não deve se fazer de coitados, mas precisamos enfrentar frontalmente de acordo com a legalidade. Obrigada.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Agradecer ao jornalista Valdir Alves, também por sua participação e como a Jamyle estava comentando aqui, costuma com toda a propriedade, com toda a razão se emocionar pelo preconceito sofrido, sentido na pele no dia a dia.

Passar a palavra para o Dr. Marcos Teixeira para utilizar a nossa tribuna e nos abrilhantar também com a sua participação.

O SR. MARCOS TEIXEIRA - Bom dia à Mesa, bom dia a galeria e bom dia a todos aqui presentes. É uma honra poder estar aqui e uma felicidade ver que esse evento está finalmente acontecendo no Estado de Rondônia. A Assembleia Legislativa, a Casa do Povo recebe a Comunidade afrodescendente e discute os seus problemas e as suas pretensões. É uma felicidade poder assistir isso. Então hoje nós estamos aqui

celebrando a liberdade, nós não estamos nos lembrando da escravidão. É uma tragédia que hoje celebramos o inverso, celebramos a liberdade, celebramos grandeza do povo, celebramos o Zumbi dos Palmares. E eu gostaria de nos lembrar também que celebramos a Tereza de Benguela, símbolo feminino da luta negra, uma rainha negra que viveu no nosso Guaporé, ainda precisa ser devidamente homenageada pelo Estado de Rondônia. Um dos grandes exemplos de mulheres negras que abundam na história de Rondônia, ao mesmo nível de Tereza de Benguela cita Dona Esperança Rita a fundadora do bairro do Mocambo a libertadora de 44 mulheres vendidas ilegalmente pelo Governo Federal 20 anos após a Abolição da Escravidão, as primeiras lavadeiras e as primeiras mães de família dessa cidade de Porto Velho. Então é uma honra poder falar disso tudo, eu gostaria de ser bastante breve para não fugir de nada do que eu coloquei aqui. Ao mesmo tempo em que comemoramos e intencionamos fazer o feriado do 20 de novembro que é justíssimo, eu proporia que nós criássemos uma comenda municipal ou estadual a Comunidade Negra, aos vultos da Comunidade Negra que ao longo desses séculos vem construindo a nossa história, personalidades que se destacam na luta pela causa étnico racial, personalidades que se destacam na atuação social. A comenda Tereza de Benguela, a Comenda Mãe Esperança, ou seja, o que for, mas que essas pessoas sejam homenageadas e que dia 20 de novembro seja para registrar essa luta que tem continuidade ao longo dos séculos.

E que começa nos terreiros, começa nas senzalas, mas que continua hoje uma Casa tão importante quanto esta. Este é um momento histórico em que a luta chega definitivamente ao fórum maior do poder social. Acho importante lembrarmos ainda que embora tenhamos conseguido muita coisa é necessário lembrar que estamos muito aquém do minimamente necessário, 100% das Comunidades Quilombolas de Rondônia estão com problema de regularização fundiária, 100% nenhuma está com a situação devidamente estruturada. Conversei agora com o Superintendente do INCRA e ele estava me falando de problemas em sociedades que julgava já estarem resolvidos: que era a Santa Fé e Jesus. 100% dos nossos Quilombolas estão com problemas e há problemas muito mais graves. A pobreza em Santo Antônio do Guaporé é do século XIX, é uma pobreza da escravidão, as crianças andam, viajam oito horas por dia para frequentar quatro escolas, isso é inadmissível.

Não há sistema de saúde, a eletricidade falta na maioria das casas, não há um programa de assistência agrícola, lotes reduzidos, precariedade habitacional. A FUNASA dispõe de recursos para isso é a questão de usarmos bem aplicados, há recursos federais destinados a Comunidade Quilombola, isso daria bons resultados na parte de saneamento, reduzindo problemas hídricos, doenças hídricas e uma série de outros.

Falo da questão da educação que foi citada aqui por Parlamentares, pelo próprio Orlando, por militantes que atuam como a Jamyle e coloco a Universidade na linha de frente, embora a UNIR hoje cumpra a Lei 10.639, cumpra a Lei 11.645 nós fazemos essa aí ainda uma coisa folclórica. Uma disciplina de história da África no curso de História, 85% dedicado a história geral, história da Europa quando se fala em história geral. Então esse cumprimento precisa ser repensado, mas ele tem que chegar à Escola também, e na Escola ele não está chegando. Nós tivemos uma rejeição maciça no meu grupo de

pesquisa ao oferecermos palestras às escolas sobre o 20 de novembro e a semana da Consciência Negra, a alegação é unânime, estamos em época de avaliação não podemos. Ora, se não podemos discutir a semana da Consciência Negra na semana da Consciência Negra por qual motivo for temos um problema educacional bastante grave. Proponho que nesse conjunto de reflexões sobre a questão do Negro se invista na pesquisa, nós não vamos defender aquilo que não conhecemos, nós não vamos falar bem daquilo que não sabemos, então é necessário que o Estado de Rondônia que tem recursos através da FATERO invista recursos no estudo das suas populações afrodescendentes que são mais de 62% do contexto total da população. Por fim gostaria de falar da Criação da Casa Barbados, Rondônia. Comemoramos os 50 anos da independência de Barbados o ano que vem, e temos uma comunidade de origem afro-caribenha importantíssima. Por isso tudo saúdo a todos os membros da Comunidade afrodescendentes, saúdo esta Casa de Leis que traz o debate para o espaço que lhe cabe, que é o debate da política, o debate do bom senso e espero que a gente possa ter resultados, tivemos bons resultados na última década, avançamos e chegamos até aqui. É necessário que as coisas se concretizem.

Muito obrigado.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Agradecemos mais uma vez ao Professor Doutor Marcos Teixeira que sempre quando convidado se faz presente aqui na Casa do povo, nos brinda com as suas ideias, com a sua militância e certamente nos encaminhará para a resolutividade que é também o que nós também procuramos, tanto procuramos que agora, iniciamos esta Audiência Pública já com a pré-deliberação que nós vamos votar e encaminhar ao final desta Audiência pública.

Passar a palavra agora para o Professor Everaldo Lins de Santana, de Rolim de Moura, Diretor de Cultura da GRESAL – Grêmio Recreativo Escola de Samba Acadêmicos da Liberdade. Professor a palavra é sua, cinco minutos.

O SR. EVERALDO LINS DE SANTANA – Bom dia! Eu sou Everaldo Lins Santana, de Rolim de Moura, e cumprimento o Presidente da Mesa, a Jamyle, o Orlando, através dessas pessoas cumprimento todos os presentes.

Bom, é uma Sessão importante, histórica e quero dizer que a Organização das Nações Unidas ela proclama a Década dos Afrodescendentes, começou este ano e concluiu no dia 31 de dezembro de 2024 e na minha visão a 1ª Instituição Política que observou a Década dos Afrodescendentes foi a Câmara de Vereadores de Alto Alegre dos Parecis, se alguém souber de outra parabenizo. E aqui está o Professor Luciano, Vereadores lá de Alto Alegre dos Parecis que formalizaram esse momento histórico.

Existe uma expressão em língua africana, “Malembe Malembe, significa devagar, a gente chega ao objetivo”. Estive em algumas vezes no Continente Africano, Angola, eu pesquiso essa área de cultura, filosofia africana que é a minha formação.

Sou Professor de Filosofia e o ano passado estive em Lubango/Angola a convite de uma instituição, creio que foi o único representante de Rondônia para auxiliá-los na criação do Centro de Antropologia de Lubango que é o interior de Angola e anos antes estive em Namíbia em pesquisa coletando material

para estudo, doutorado. Como aqui não existem línguas africanas, nenhuma, existem palavras e essas palavras perderam os tons tanto da língua Iorubá quanto das cercas de 500 línguas Banto. Então, não existe falante de língua Africana em nosso País é preciso ir lá Namíbia e Angola, e aí nós fizemos uma parceria importante para o Estado de Rondônia e essa parceria permite que os pesquisadores da nossa região desenvolvam um trabalho importante para tal coisa.

Então, o seguinte, é importante na minha fala que a Assembleia desenvolva atividade no sentido de valorizar respeitando e concretizando a observação da década dos afrodescendentes, esse momento é importante porque está ancorado na Lei nº 12.519, de 2011, que determina o Dia Nacional de Zumbi e o Dia Nacional da Consciência Negra. Então, Consciência Negra não é como dizia Steve Biko, não se faz referência tonalidade da pele, é uma questão de mente, ele diz em inglês “no pigmentation”, “It’s mind” é uma questão mental, de concepção.

Então, há alguns professores que dizem que a minha consciência não tem cor, induzindo os alunos amarela, vermelha.

Não se faz referência, nenhum livro tem, está escrito que negra que adjetiva a consciência faz referência à cor, é preciso a gente discutir isso particular, Jamyle e Orlando essas coisas mais profundas.

Então, a Educação, a SEDUC, eu sou Professor da SEDUC, propus para a Secretária duas ações. Primeira, que todas as escolas reconhecessem e observasse, eu acho que o meu colega da SEDUC pode lembrar a Secretária, fiz um Ofício entreguei, para que todas as escolas fizessem uma observação, sobretudo, no Primeiro Ano da Década, e também o Dia da África para ser reconhecido e ser trabalhado com todas as escolas. Não obtive ainda resposta dela, eu acho que o meu colega vai também dar uma resposta consistente para gente. E nós desenvolvemos atividades científicas para que todos os afrodescendentes, que cerca de 105 milhões de pessoas que se dizem, atualmente, afrodescendentes e nesse sentido, o nosso país que teve uma ação intensa e direta para que nessa década dos afrodescendentes se desenvolvessem. Entretanto, com a Lei 10.639, de 2003, que determina a história e a cultura africana, afro-brasileira, está bastante a desejar com relação a órgãos oficiais. A Lei 10.639, o esforço que se faz, eu estou envolvido nisso há um tempo considerável, e os órgãos, alguns não respondem com uma certa consistência, uma certa eficiência.

E aí, o que se pode fazer com isso? Dizer apenas, *malembe, malembe*, como dizia ou na língua umbundu, *tchapasoka*, que significa ‘está tudo bem’. Não. Não podemos dizer *tchapasoka*, como os colegas de Angola dizem. Nem *molo*, na língua de Mandela, *Tata Mandela, Tata Madiba*, como se diz também. *Tata* significa pai. Então é o seguinte, além disso, é preciso a formação, na minha visão, de pessoas que apenas não fique no exotismo de uma África que não existe. Você fala com os colegas de Angola, no interior, essa África que a gente contempla, brasileiros, não existe. Então é o seguinte, falo com os colegas de Zâmbia, a gente está sempre conversando, Namíbia e tanto de Angola, os colegas, que falam em língua, “Everaldo, vocês ainda estão assim com aquela África, mama África”. Pra gente, eu estive lá, para a gente encontrar as religiões, ou melhor, as religiões tradicionais africanas, cada vez mais desaparecendo no Continente Africano. Continente

Africano eu quero dizer o seguinte, Luanda, capital de Angola, você vai encontrar uma manifestação de uma religião tradicional africana, talvez no interior, Lubango. E lá eu estive, Orlando, a gente encontra, o que a Umbanda e o Candomblé.

Então, agradeço a gentileza dos que me ouviram e a gente continua em outro momento.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Bem, passar a palavra, rapidamente, para o Deputado Lazinho da Fetagro, antes de nós iniciarmos o encaminhamento desta Audiência Pública.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Só registrando, o Professor Marcos Teixeira, ele colocou com relação à legalização da documentação das áreas quilombolas do Estado. E ainda quando estava na Fetagro, nós percorremos o Estado todo, vou citar só um programa do governo federal. Nós já conseguimos fazer habitação rural aos indígenas e aqui no Estado nós não conseguimos fazer uma em área quilombola, por causa de documentação, por causa de reconhecimento dessas áreas. Então, veja bem, se a gente não consegue trazer a pauta para esse espaço, para esta Casa, para dentro do governo federal, estadual essas políticas nunca vão chegar, porque a forma de reconhecimento, você fazer o programa para um produtor rural como agricultor familiar, mesmo sendo ele um quilombola, não é a mesma coisa de fazer dentro da área e dentro do espaço quilombola, como forma de reconhecimento do que é essa população. Então, está muito distante a lei, o discurso e a prática. E a gente precisa, cada vez mais, aproveitar os espaços que a gente tem para fazer isso. Eu quero dizer para vocês que esta Casa, tanto o Deputado Léo, eu, o Deputado Cleiton Roque, os Deputados desta Casa, têm hoje a oportunidade de discutir temas como este aqui dentro que não se fazia. Isso também é uma forma de evolução nossa. É uma forma de evolução política, de concepção política e de necessidade política de tentar evoluir para essas questões.

Eu não vejo, não sei quem, acho que é o doutor que colocou com relação à Lei e aplicabilidade dela, e ela não está resolvendo, e não vai resolver enquanto o Brasil não efetivar isso na grade curricular. É lá, você quer que um jovem de 17, 18 anos, 15 anos comece a discutir temas que na sua infância nunca foi pautado e é isso que acontece hoje professor, e olha que muitas vezes a sociedade não sabe essa juventude não sabe nem distinguir, a população brasileira não sabe distinguir a cor de raça, não consegue fazer a separação, e aí é por isso que a população brasileira, a maioria não negra, mas discriminação do que isso aí é impossível você pautar em qualquer outro ponto. Então, Deputado Léo, vai fazer os encaminhamentos, eu quero dizer que esses encaminhamentos, não ficarão somente em documentos, nós temos o costume de cobrar isso à efetivação dessas ações e para que vocês façam a mobilização bastante forte para amanhã na posse do Conselho Estadual, pela primeira vez na história desse nosso Estado. Parabéns a vocês, nós, eu saio dessa Audiência com muito mais conhecimento sobre esse tema do que eu tinha até agora, com muito mais, só que isso precisa ser muito mais debatido com toda a nossa sociedade, porque tema que não é discutido, não evolui. Parabéns a vocês e muito obrigado.

Obrigado Deputado.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Bem dentro da nossa linha de resolução, eu solicitei ao Departamento Legislativo que elaborasse um termo de compromisso, assim como recomendação Legislativa, nós temos dentro do nosso Regimento Interno esses documentos, esses mecanismos de compromisso, compromisso legal. Eu gostaria de fazer uma leitura para caso tiver a maioria do apoio de vocês, nós passamos já deixar consignado, registrado e logicamente cumprindo o que está escrito aqui.

TERMO DE COMPROMISSO

Às nove horas do dia dezenove de novembro do ano de 2015, reuniram-se em Audiência Pública de Proposta Coletiva, presidida pelo Senhor Deputado Léo Moraes, com as seguintes autoridades integrantes da Mesa: Excelentíssimo Senhor Deputado Lazinho da Fetagro, também proponente desta Audiência Pública, o Senhor João Herbert, representante da SEDUC, a Senhora Jamyle Brasil, representante da Secretaria de Estado de Assistente Social, Doutor Valmir Júnior Fornazari, representando a Defensoria Pública, Doutor Walter Gustavo Lemos, representante da OAB, Senhor Orlando Francisco de Souza, Coordenador Integrante da Semana da Consciência Negra no Estado, Senhor Robinson Percy Holder, Gerente Regional da Eletrobras/Eletronorte, Senhor Gilson Queiroz, Diretor Sindical dos Urbanitários. Após as apresentações e discursos proferidos pelos participantes desta Audiência Pública o defensor público propôs o seguinte compromisso: de se instituir o feriado Estadual em Comemoração a Consciência negra, bem como ficou decidido que no próximo concurso a ser realizado para ingresso na Defensoria Pública seja utilizado o sistema de cotas para afrodescendentes, só que tem que deixar aqui registrado.

O SR. JUSCELINO AMARAL - Deputado, ele mencionou que é 20% da cota?

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Isso, conforme a Legislação Superior Federal, que será os 20%. Segue assinado pelos integrantes da Mesa e convidados participantes da Audiência Pública.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Deputado Léo Moraes, declarou encerrada a presente Audiência Pública, às onze horas e 30 minutos, do dia 19 de novembro de 2015.

Assinatura de todos os colegas participantes da Mesa, assim como os nossos convidados que possam consignar com as suas assinaturas esse documento que certamente é histórico e será um divisor de águas na discussão afrodescendente do nosso país e do nosso Estado de Rondônia. Deputado Lazinho.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Deputado Léo, o professor, o último professor.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Marcos Teixeira, não Professor Everaldo.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Ele falou com relação a instituir o dia da África é isso? Entendido, só para saber o que é da nossa competência e o que não é, o importante é abrir espaço para debate sobre o tema.

O SR. EVERALDO LINS DE SANTANA - Em relação ao processo da Defensoria Pública, que eu acredito que seja já um grande avanço e a gente parabeniza de fato essa iniciativa. E aí eu gostaria, porque aqui tem vários representantes de várias áreas da cultura do Movimento Negro, da sociedade civil como todo, Sindicato como outros aí. Que a gente desenvolvesse uma agenda mínima no sentido de a gente está tratando pode ser junto com a Comissão de Direitos Humanos desta Casa, e o Governo do Estado, fazer uma composição com o Movimento Social e Cultural, para a gente desenvolver uma agenda futura e aí a gente, pode ser em outro momento, mas já deixar registrado, que a gente desenvolveu uma agenda para falar das tratativas dessas outras coisas que foram trazidas a público aqui. Uma que é consolidação de fato da pressão sobre o 20 de novembro que a gente precisa está organizado porque até vai ter um conflito de interesses entre empresas, organizações e outros. Precisamos consolidar também a discussão relacionada aos concursos da Assembleia Legislativa e do Poder Executivo que a gente não vai dar para sanear aqui agora, mas que a gente faça uma agenda mínima para que nos próximos processos a gente tenha quem sabe uma resolução da Casa ou mesmo um Projeto de Lei construído junto com o Executivo Estadual no sentido de ampliar essa Legislação 12.990 para o Executivo Estadual e para o Legislativo e aí depois a gente vai discutir isso com as Câmaras de Vereadores.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Só assim, é importante saber que instituição do Conselho vai trazer para esta Casa todas essas pautas. Inclusive o calendário de ações e tudo. Então, a partir do Conselho e aí o Deputado Léo estava até falando aqui 'olha, é importante que a Assembleia tem uma vaga no Conselho', e aí é Comissão de Direitos Humanos, porque todas as pautas construídas lá serão encabeçadas dentro do contexto proposto de calendários, de ações e tudo dentro do Conselho da Casa.

O SR. ORLANDO FRANCISCO DE SOUZA – Tá, ok. Mas, não só viu, porque, por exemplo, que fosse ampliado, claro que o Conselho é fundamental para traçar as políticas públicas, é ele que dar o norteador. Mas, como por exemplo, nós temos empresas federais aqui que tem subcomitês de gênero e raças que não vão fazer parte do Conselho Estadual porque elas têm outro CNPJ a nível estatal federal. Nesse sentido, eu estou falando isso porque tem a Eletrobras Distribuidora aqui, tem o CPRM, têm várias empresas, Embrapa, Eletrobras Eletronorte, que elas têm subcomitês de gêneros e raças que elas não vão integrar o conselho em função que o CNPJ dela é um CNPJ da União, não é do Estado e que a gente queria que isso fosse aberto essas construções também.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Tá joia então. Agradeço o senhor Orlando e já deixo também mais uma vez aberto na condição de Presidente da Comissão de Direitos Humanos e certamente com o apoio hipotecado dos demais integrantes a nossa comissão para tudo e qualquer que possa ser feito e falado nesse Conselho e que nós, como eu já vi aqui o regulamento, é o Estatuto de vocês, é Jamyle? É o Decreto de criação, nós seremos observadores sem direito a voto, mas

faço questão também de encaminhar um membro da Comissão de Direitos Humanos para essas discussões. E que o senhor como já sabe, a nossa Comissão de Direitos Humanos, ela está aberta, a porta escancarada para fazer esses debates.

Como não temos mais nada a tratar e mais nenhum colega que queira falar, nós vamos encerrar a nossa Audiência Pública, o nosso colega quer fazer o uso da palavra, em dois minutos por gentileza antes de nós encerrarmos.

O SR. MÁRCIO FERREIRA - O nosso bom dia a todos.

Felizmente ou infelizmente o sindicalista, ele não se contém quando ele não fala. Então, aqui a gente quer agradecer a atitude desta Casa que hoje adere a verdade, porque nesse Estado quem fala a verdade é castigado, severamente castigado ainda, principalmente quando se trata da cor da pele. Nós temos aqui o companheiro Orlando que é o testemunho vivo de um trabalho que a gente realiza há mais de 30 anos, que é tirar do mundo das drogas, normalmente adolescentes que tem a nossa cor. Então, isso aqui tem que ficar registrado. Agora, a gente quer falar também do negro em rápidas palavras. O negro ele sempre tem que ser o melhor em tudo, vocês observem que altos executivos na Eletronorte só tem um negro na sua Mesa, o engenheiro Percy, nosso parente, nosso amigo, nosso parceiro. Tudo que foi dito aqui na minha cabeça passa um filme, porque a gente é oriunda do Vale do Guaporé, onde eu comecei a trabalhar aos 09 anos, muito cuidado, muito cuidadoso meu pai, ele monitorava tudo isso e hoje a gente está aqui vendo a evolução dos tempos e a gente quer dar um toque político no que tudo que foi dito aqui. Nós temos aí a 4330 é muito famosa, hoje 43 no Senado Federal, se a gente der uma bobeada nós vamos voltar para os idos de 1900 que é a primeira revolução dos trabalhadores foi em 1903 através da Central Geral dos Trabalhadores, a CGT. Então daí para cá a gente sempre tem lutado e está aí a famosa terceirização. Hoje trabalhador terceirizado na sua grande maioria é negro, e a função é ajudante múltiplo, isso é terrível, ele vai desde a limpeza de uma latrina até outros serviços piores, nunca ele é promovido, ele entra e sai como ajudante múltiplo, isso do ponto de vista das relações do trabalho. E quero agradecer aqui ao deputado Léo Moraes, a Jamyle, o Orlando, o Percy e ao deputado Lazineho que é prova da união do campo e da cidade, deputado. Eu acho que isso é fundamental nas nossas relações políticas trabalhistas, a gente ter um representante aqui nesta Casa que une o campo e a cidade. Muito bem colocado por Vossa Excelência. Obrigado.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Agradecemos a participação também do nosso amigo.

E invocando a proteção de Deus, encerramos essa Audiência Pública. Só um minutinho, um aviso da minha amiga Jamyle. Aviso; Hoje às 14 horas começa o Fórum da Promoção de Políticas de Igualdade Racial e a amanhã, às 9 horas será a posse do Conselho Estadual de Promoção de Políticas de Igualdade racial, às 14 horas. Local Rondon Palace Hotel sintam-se todos não convidados mais intimados a participarem.

E Invocando a proteção de Deus encerramos essa Audiência Pública com o fito de debater Consciência negra e todos os direitos a ela inseridos aqui nesta Assembleia Legislativa. Muito obrigado e fiquem com Deus.

(Encerra-se esta Audiência às 11 horas e 31 minutos).

ATA DA 57ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SOBRE A SITUAÇÃO DAS RESERVAS EXTRATIVISTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

(Em 19 de novembro de 2015)

**Presidência dos Srs.
LAZINHO DA FETAGRO - Deputado
DR. NEIDSON - Deputado**

(Às 15 horas e 15 minutos é aberta a audiência)

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) - Senhoras e senhores, boa tarde. A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, atendendo ao Requerimento do Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Lazineho da Fetagro, realiza Audiência Pública com o objetivo de Discutir a situação das Reservas Extrativistas do Estado de Rondônia.

Convidamos para compor a Mesa o Excelentíssimo senhor Deputado Lazineho da Fetagro, proponente desta Audiência Pública; Excelentíssimo senhor Deputado Estadual Doutor Neidson; Excelentíssimo senhor Francisco Sales Oliveira, Secretário Adjunto da SEDAM, representando o Governo do Estado; Excelentíssima senhora Doutora Gisele Dias de Oliveira, Procuradora do Ministério Público Federal, da Procuradoria da Republica em Rondônia; Excelentíssima senhora Doutora Aídee Maria Mozer Torquato Luiz, Promotora de justiça 6ª Promotora, Curadora do meio Ambiente; Excelentíssimo senhor Renê Luiz de Oliveira, Superintendente do IBAMA; Excelentíssima senhora Mari Braganhol, Secretária Adjunta da SEAGRI; Excelentíssimo senhor Erasmo Silva, Ouvidor Agrário Regional do INCRA; Excelentíssimo senhor Ataíde Santos, Presidente do Conselho Deliberativo das Reservas Extrativistas de Machadinho do Oeste e vale do Anari – CDREX; Senhor Antônio Teixeira, Presidente da Organização dos Seringueiros de Rondônia – OSR; Excelentíssimo Senhor Paulo Henrique Garcia, Coordenador Substituto do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta a 57ª Audiência Pública com objetivo de discutir a situação das Reservas Extrativistas do Estado de Rondônia.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) - Convidamos a todos para de pé cantarmos o hino Céus de Rondônia, letra de Joaquim de Araújo Lima e música de José de Melo e Silva.

(Execução do Hino Céus de Rondônia)

Senhoras e senhores Sua Excelência o Deputado Lazineho da Fetagro, antes dos cumprimentos iniciais de V. Exª permita-me registrar aqui as presenças das demais pessoas que nos honram com suas presenças. Queremos aqui, inclusive ler o ofício encaminhado ao Presidente da Assembleia pela promotora de Justiça Doutora Andrea Damasceno F. Engel, 'que de acordo e a par de cumprimentá-lo acusou o recebimento do convite para que o Ministério Público do Estado

pudesse também participar desta Audiência Pública, mas o senhor Procurador Geral de Justiça Doutor Airton Pedro Marin, em razão de compromisso institucional anteriormente agendado para a mesma data não pode comparecer'.

'Também, cumprimentando acuso o recebimento do convite para participar da Audiência Pública para debater a situação das reservas Extrativistas do Estado de Rondônia, que ocorrerá neste dia 19 de novembro, às 14h30min no Plenário das Deliberações da Assembleia Legislativa.

Honrado pela deferência em razão de compromisso institucional anteriormente assumido não será possível o comparecimento de Sua Excelência o senhor Desembargador Daniel Ribeiro Lagos, Corregedor Geral de Justiça do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia'.

Registrar também a presença do Excelentíssimo senhor Nilson Akirá, Prefeito do Município de Vale do Anari; senhor Tenente Coronel PM Rogério Torres aqui representa o Conselho Estadual de Proteção Ambiental, CONSEPA; e também o senhor Comandante Geral da Polícia Militar do Estado de Rondônia Coronel PM Kisner; o Major PM James Alves Padilha, que representa aqui a Secretaria de Segurança Defesa e Cidadania - SESDEC, da Sra. Sueli Nunes, representante do Projeto Homem e Natureza Sustentável; Sr. César Afonso da Fonseca Salomão, representante da Secretaria Municipal de Projetos Especiais – SEMPRE; Srs. Presidentes e Membros das Lideranças Extrativistas do Estado de Rondônia, Sr. Marcelo Ferronato, Presidente da Associação Ecológica Guaporé do Estado de Rondônia – ECOPORÉ; Exmº. Sr. Joel Mauro Magalhães, Vice-Presidente do CREA/RO; Sr. Oscar Dias Neto, representando a Federação de Agricultura e Pecuária do Estado FAPERON; Sr. Francisco Mendes Sá, Vice-Presidente da EMATER; Sra. Iris Ferreira da Silva, representando ou representante do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis; Sr. Edilson Cândido, representante da CONAB; Sr. Osvaldo Pitaluga, Coordenador de Unidades de Cooperação da SEDAM; Senhora Ivaneide Bandeira Cardoso, Porta Voz do Partido Rede Sustentabilidade e da Canindé, aqui no Município de Porto Velho; Raica Esteve Xavier, representante do IFRO – Instituto Federal de Rondônia; Sr. José Tarcísio da EMATER; Senhor Genecí Bessert, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Buritis; Sra. Eliana Cardoso, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Campo Novo; Sr. Manoel Carlos Dantas, Coordenador da Agricultura Familiar – SEAGRI; Sr. Vanderlei dos Santos, Diretor Presidente da Cooperativa dos Extrativistas do Município de Guajará- Mirim – COOPVIDA; Sra. Vera Lúcia Nepomuceno, Secretária de Mulheres do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Machadinho; Dr. Anderson Felipe Bauer, representante da OAB; Professor Nilson Santos, representando a UNIR – Universidade Federal de Rondônia; Sr. Amauri Guedes, representando o IDARON; Srs. Presidentes e Membros dos Sindicatos e Associações dos Seringueiros do Estado de Rondônia; Sr. Fábio Menezes, Presidente da FETAGRO; Srs. Presidentes e Membros dos Sindicatos; registrei agora a pouco, saudar mais uma vez membros dos sindicatos, Associações dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Estado de Rondônia; Srs. Membros do Movimento dos Pequenos Agricultores Rurais do Estado de Rondônia; Francisco Kelvin, representante do Movimento dos Atingidos pelas Barragens;

Sueli Nunes, representante do Projeto Homem e Natureza Sustentável, falei agora a pouco; Exmº. Sr. Vereador Clebson Gonçalves, Presidente da Câmara Municipal de Costa Marques; Sra. Maricarla de Oliveira, representante da Associação dos Açaizeiros; André Alexandre, Microempresário do Município de Machadinho d'Oeste.

Também saudar o Elizeu Berçacola, Porta Voz do Povo da Mata, decorei tanto que errei, seja bem-vindo também.

Pronto Sua Excelência Senhor Deputado Lazinho da Fetagro.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado Lenilson, eu quero antes de cumprimentar a todos pedir uma salva de palmas para o nosso amigo Lenilson, que deixou de acompanhar a filha hoje na apresentação do seu TCC e recebeu aqui uma mensagem dizendo que ela recebeu nota 9.3, uma salva de palmas. Muito bem, parabéns.

Quero cumprimentar a todos e a todas, agradecer pela presença; cumprimentar o nosso Deputado Dr. Neidson, da região de Guajará-Mirim a Pérola do Mamoré. Dr. Neidson é uma pessoa, entrou comigo nesta Casa tem um carisma muito grande uma responsabilidade em tocar junto com essa equipe um mandato que tem trazido para esta Casa algo novo e algo muito forte doutor. Obrigado por Vossa Excelência está junto com a gente.

Cumprimentar o Sales, Secretário representando aqui o Cel. Wilson, Secretário da SEDAM, o Sales, representa o nosso Governador, pessoa que tem conhecimento da área que estamos debatendo aqui hoje; a Dra. Gisele Dias de Oliveira, Procuradora do Ministério Público Federal e Procuradora da República em Rondônia e um agradecimento especial doutora pela senhora ter adequado um monte de agendas e estar conosco, é uma satisfação tê-la com a gente tenho certeza que poderá contribuir muito. Eu acho que eu estou com a folha trocada aqui, mas vamos lá. Não liga não porque isso aqui é ao vivo e em cores... E agora apareceu um monte. Vou ver qual delas está certa aqui. A doutora Aídee também, obrigado Dra. Aídee, pela senhora, Promotora de Justiça, Coordenadora da Coordenadoria de Meio Ambiente. Também tinha um monte de agendas, até hoje de manhã ela adequando essas agendas para poder estar conosco. Obrigado, Doutora. Senhor Renê, Superintendente do IBAMA; a Mary, senhora Mari que é Secretária Adjunta da SEAGRI; o Erasmo, Ouvidor Agrário do INCRA; Senhor Ataíde Santos, Presidente do Conselho Deliberativo das Reservas Extrativistas de Machadinho d'Oeste e Vale do Anari; Antônio Teixeira, Presidente da Organização dos Seringueiros de Rondônia–OSR; Senhor Paulo Henrique Garcia, Coordenador substituto do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio. Agradecer também ao Tarciso e em nome dele todos os funcionários da Emater aqui presentes, do Incra; aos Prefeitos, em nome do Prefeito de Anari que está aqui conosco. E dizer para vocês que para nós é uma satisfação poder debater esse tema, embora com muita tristeza. E tristeza pela atual situação em que se encontram essas Reservas no Estado.

Nós estivemos fazendo uma visita em algumas áreas e pudemos detectar que o Estado de Rondônia tem muito responsabilidade no que está acontecendo, que o governo federal tem, em muito, responsabilidade no que está

acontecendo. E esta audiência, com a finalidade de debater toda essa conjuntura e sair daqui com uma proposição de ações que a gente possa solucionar os problemas que vêm ocorrendo.

Nós vamos inverter toda a pauta. Eu sempre, quando faço Audiência Pública aqui, e Audiência Pública já tem o nome de Audiência Pública, fala primeiro o povo, os interessados, os envolvidos e depois fala a Mesa. E conversando com o Deputado Dr. Neidson, eu peço desculpa a nossa Mesa, para que a gente possa agilizar os trabalhos, ouvindo o relato desse povo que está envolvido com esse setor, o relato de todos os que participam no dia a dia, e posteriormente a gente ouve a Mesa já tirando os encaminhamentos que nós precisamos tirar para poder solucionar o problema.

Então e quero desde já, só em igualdade com o Deputado Dr. Neidson, passar a palavra para ele e nós já vamos organizar a lista de autoridades do campo que estarão usando a palavra.

Eu tenho que agradecer a todas as outras autoridades que foram citadas e um agradecimento especial ao meu Presidente da Federação dos Trabalhadores da Agricultura, o Fábio, em nome dele todos os trabalhadores ligados à agricultura e ao meu amigo Tijolão, que está lá na plateia, no público, em nome dele todas as outras organizações sociais, o MPA, o Mab, que está presente, enfim, o Padre, o Zezinho da CPT; esqueci o nome do Barbudo lá, o mais feio da turma ali, mas é também da nossa luta, ligado as nossas organizações.

Passar a palavra ao Deputado Dr. Neidson, e a gente já organizar as falas iniciais. Antes das falas, nós vamos ouvir, acho que tem um vídeo de 03 minutos e em seguida já ouvir as autoridades do campo aqui presentes.

O SR. DR. NEIDSON – Obrigado, Deputado Lazinho. Quero parabenizar Vossa Excelência por esta Audiência Pública de suma importância e parabenizar cada um de vocês que estão aqui presentes, porque sabemos que o deslocamento de seus municípios até aqui a nossa Assembleia é porque vocês devem estar realmente sofrendo um pouco nas suas Reservas. Nós temos aqui também alguns representantes lá da Resex, do Rio Ouro Preto e Pacaás Novas, lá de Guajará-Mirim, e creio que vão fazer uso da palavra também, sobre a questão dos excluídos que estão lá naquela região, na qual o governo também quer retirar algumas pessoas das Reservas. Então só parabenizar a todos vocês e sem me alongar muito, queremos escutá-los também. Parabéns, Deputado, por esta grande Audiência Pública. Obrigado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado, Deputado Dr. Neidson. Nós temos algumas pessoas que vão fazer a fala e algumas indicadas pelas organizações que também irão fazer a fala. A partir daí nós ouviremos mais cinco representantes da sociedade que estão aqui, todos esses primeiros que falarão são representantes das organizações, da sociedade envolvida com o tema, e a partir daí, nós passamos para encaminhamento da Mesa. Vamos ver o vídeo então agora, para a gente abrir as falas.

APRESENTAÇÃO DO VÍDEO

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – A Vera estará aqui fora colhendo nomes de mais cinco representantes das

reservas que queiram fazer uso da palavra e nós temos inscritos aqui o Elizeu, o Edson, Giselda, José Pinheiro, Antenor ou Elenilson, Ataíde, Antônio Teixeira, Erasmo Silva, além das outras autoridades representando a Kanindé, representando as outras organizações que posteriormente serão chamados.

Quero começar então, com o senhor Elizeu, e seu José Vilanedo, procura a Vera ali para nós, para fazer sua inscrição tá.

Vamos lá Elizeu. Uma coisa que eu tenho bastante liberdade e sempre fui meio sem educação, é cortar quando ultrapassa o tempo, então, nós vamos marcar isso aí a gente faz com bastante democracia, acabou a hora, acabou o tempo, Elizeu.

O SR. ELIZEU BERÇACOLA – Para otimizar o tempo e não ser cansativo. Eu quero saudar na pessoa de uma mulher, de uma guerreira, de uma senhora que vem honrando as causas das minorias do Estado de Rondônia. Eu saúdo a Mesa, as autoridades militares, eclesiásticas, pastores, irmão de todas as congregações, irmãos católicos e todas as autoridades que constitui essa Mesa, na pessoa da Doutora Aídee Maria Mozer, Deus a abençoe e mantenha na trincheira. Eu venho na qualidade de porta-voz do povo da mata, eleito numa plenária de noventa e dois associados em Machadinho d'Oeste, representando aqui também o colegiado gestor das unidades de conservação de Machadinho d'Oeste o CDREX. A minha fala está construída num decurso de cinco anos, está construída, embasada em pelo menos cento e oitenta documentos protocolizados no Ministério Público, no IBAMA, na Corregedoria, no Governo, na SEDAM, na Polícia Ambiental, e estão todas aqui. A carta de Machadinho d'Oeste, protocolizada no DPROR, e nas Instituições Federais de 2005, ela retrata essa situação apresentada pela Maríndia Moura, no ano de 2009, quando na época eu chefe do Escritório de Gestão Ambiental, com a companhia de Ataíde de Jesus dos Santos e de Sales que hoje nos honra nesse plenário, eu tive oportunidade de comandar pessoalmente todas as incursões que aconteceram na Rio Preto Jacundá, e foram mais de 240 km percorridos a pé para construir um mapa que a Coordenadoria de Unidade de Conservação não conseguiu apresentar para nós, mesmo eu sendo chefe do escritório. A minha fala é construída na fala de mais de 400 guerreiros de Machadinho d'Oeste que estão nas trincheiras das florestas sendo ameaçados. Para minha fala, eu chamo ao Francisco de Sales como testemunha ocular de uma situação em que fomos recebidos a bala lá no Igarapé Belo Horizonte, quando íamos fazer os relatórios de constatação de danos ambientais.

Pois bem senhores, o WWF retrata essa história em 2007, está disponível no link do WWF. No Ministério Público do Estado de Rondônia tem quase todas as situações descritas anunciadas com riqueza de detalhe, é a única Instituição que tem honrado as comunidades extrativistas, as outras, embora tenham tentado fazer isso, tem ficado muito distante do nosso povo e da nossa realidade de sofrimento e martírio. Os mapas, eles foram construídos em plenárias do Conselho Deliberativo das Unidades de Conservação de Machadinho d'Oeste, todas as Atas estão aqui e agora com base nesse monte de documento, a comunidade extrativista determinou que fosse escrita com base nesses documentos a Carta Fraterna, dando

uma resposta encíclica Papal escrita e publicada pelo Papa Francisco fazendo o chamamento da sociedade do planeta para fazer a sua parte relacionada à preservação do planeta. Então, resumindo a nossa fala para concluir, a polícia ambiental tem a melhor equipe para trabalhar as estatísticas e nós em momento nenhum viemos aqui confrontar as estatísticas da Polícia Ambiental. A Sedam, embora tenha se esforçado tem apenas dois servidores em Machadinho d'Oeste, num município que tem 16 Unidades de Conservação Extrativista das 19 do Estado. Machadinho d'Oeste é um campo de sangue, nós apresentamos uma estatística com 16 nomes que tombaram, manchando as nossas florestas de verdes em vermelho, é o Chicó, é o Popó, é o Pacó, é o Laquera, é o Durões, é o Batista, tantos outros.

Não bastasse essa estatística de 16 mortes executas com requintes de crueldades, como decapitação, mutilação dos membros superiores, corte do tronco ao meio, queima dos membros inferiores, ocultação de cadáver, pontada de facão em número acima de 40, todas essas informações são manifestadas pelo povo da mata; aquele membro da comunidade extrativista de Machadinho d'Oeste que endossa essa estatística, por favor, se manifeste quando eu falar Pátria Livre; responda: livre. Pátria Livre. Pátria Livre. Pátria Livre.

Concluído a fala senhor Presidente, a comunidade extrativista de Machadinho d'Oeste, aponta hoje um número de 08 lideranças comunitárias que estão vivendo sob ameaça diuturna de morte. Elizeu Berçacola. Eu sou uma pessoa que sofreu um atentado no dia 06 de fevereiro, durante o dia numa das principais avenidas da cidade, 40 minutos depois o Ministério Público ficou sabendo e a Doutora Maíra nos atendeu, chamando os comandantes da polícia. Todas as informações que nós colhemos todas elas foram disponibilizadas a P2 através de email; praticamente 08 audiências nós fizemos com a SESDEC, com o Dr. Reis, com o Dr. Lindomar, com o Dr. Albuquerque, com o Dr. Elizeu, com o Coronel Pretz, com o Coronel Santos, com o Coronel Wilson, com o Deputado Ezequiel Júnior e com a Dra. Marlúcia e pasme os senhores; o Estado de Rondônia conseguiu condenar dois homicidas agora quando a Dra. Marlúcia assumiu a Comarca. Então, a nossa fala aqui consiste em pedir pelo amor de Deus a Dra. Gisele que é interceda por nós junto ao Governo Federal, que construa uma força de atuação tarefa com o Governo do Estado, que ajude a Polícia Ambiental a fazer o enfrentamento na base do fuzil se precisar, mas para fazer a desintração das Unidades de conservação. As unidades de conservação existem não é para morar gafanhoto não, nem sapo, é poder preservar o ambiente onde os bichinhos e os sapos possam viver numa cultura de paz, de interação com o homem; os nossos homens, mulheres, jovens, crianças estão vivendo com medo e estão evadindo das unidades de conservação. Eu concluo a minha fala rendendo a Deus graças por estar vivo, porque de um punhado de tiros disparados eu me amparei no Salmo 91 e nenhuma seta que voa de dia me foi atingida. Todos os elementos, todas as informações, todas elas sem exceção sem falar no depoimento de mais de 40 pessoas das nossas comunidades apontam para o que eu falei.

Mas não é só, o Ederson está sob ameaça, Pinheiro ficou dez dias foragido em Porto Velho, escondido, correndo, com medo, a Giselda teve a sua casa invadida, mataram nove criações e com sangue eles tingiram toda a casa da Giselda em afronta a família de Giselda que está neste plenário. Esses

companheiros fazem parte dessa lista de oito, e eu quero fazer um pedido encarecidamente ao senhor que preside essa Audiência, o senhor aqui representa para nós um homem de Deus capaz de garantir que o Estado democrático de direito seja verdadeiro, porque se o Estado fosse só democrático, nós estávamos perdidos porque somos minoria, mas o Estado democrático de direito garante a nossa sobrevivência. E nós conclamamos os senhores e as autoridades presentes para fazer justiça a esse povo e proteger o bem maior que há no planeta que é a vida humana e decorrente dela todas as outras vidas. Um abraço fraterno a todos. Deus nos abençoe.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado Elizeu.

Vamos ouvir agora um extrativista, o Sr. Ederson, não veio. Dona Giselda.

A SRA. GISELDA – Eu gostaria de cumprimentar a todos da Mesa, principalmente a Dra. Aídee que está aqui presente, é uma honra conhecer a senhora doutora, e a Mari também que na última semana a gente acabou virando amigas não é Mari? Eu gostaria de agradecer todos os deputados presentes, os representantes políticos aqui presentes. Mas também gostaria de deixar o meu repúdio, enquanto o governador do Estado não está aqui, por que ele merecia estar aqui para ver esse povo, esse povo que está ali gente, povo sofrido. Eu gostaria que as autoridades presentes vissem estas crianças, crianças estas que estão sendo expulsas das reservas. A Mari, assim como ela disse que eu poderia chamá-la, esteve presente comigo nessa comunidade e pode presenciar e ela conhece essas pessoas as quais eu estou mostrando aqui, estas crianças são da reserva Rio Preto Jacundá, crianças estas que não vão ter o direito de continuar nas reservas vivendo, sabe por quê? Por que as autoridades do Estado e do país não estão tendo responsabilidade conosco, não reconhece a gente como povo, a gente não tem direito a nada, e acesso a nada. O Sr. Sales é uma pessoa lá do nosso município, pessoa essa que eu honro muito, que já conheço muito antes dele ser da Sedam aqui de Porto Velho, pessoa honrada no nosso município. O Sr. Ataíde aqui presente, Gerente da Unidade de Machadinho d'Oeste homem honrado, mas infelizmente dentre esses são poucos, pouquíssimos servidores estão realmente preocupados conosco.

Aquele povo ali gente, aquele povo é fruto daquelas florestas que estão sendo invadidas, florestas estas que estão sendo saqueadas. A Rio Preto Jacundá nesse último final de semana tinha mais de duzentas pessoas loteando elas, e pasmem vocês a fiscalização está lá dentro, porém não funciona, não basta! Chega de violência no nosso município, chega! Esse final de semana, há quinze dias teve um jovem extrativista morto. Quantos terão que morrer para acabarem com essa violência, quantos? Quantos gente? O Pinheiro está sentado ali naquele cantinho chorando, pessoa que ficou escondida, pessoa que está proibida de voltar para a casa dele, por quê? Porque simplesmente ele está ajudando fazer o papel dele como cidadão, cidadão esse que está protegendo uma Reserva, uma Floresta que não é dele, não é minha, não é dessas pessoas que estão aqui não, é do mundo todo, é um patrimônio do mundo, da humanidade, e que as nossas autoridades do Estado, infelizmente, não está fazendo muito pouco ou quase nada.

Gostaria também de lembrar que nessa última, há alguns dias, há alguns meses, o Presidente desta Assembleia disse que não existia Reserva Extrativista em Rondônia. E esse povo vive onde? Da onde, da onde vem esse povo, gente? Chega de violência, nós estamos morrendo, desculpe a minha fala expressiva e alta e brava, porque eu vim hoje envenenada de ódio, ódio da falta de competência desse governo que infelizmente, não é só esse o último governador, mais os outros anteriores também que fez muito pouco ou quase nada. As nossas fiscalizações de reservas é brincadeira, brincadeira de criança, isso não existe. Colocar lá 10, 12 policiais para cuidar de um monte de reservas e foram tirando, tirando, tirando, hoje gente, algum de vocês extrativista aí tem confiança de ir à Polícia Ambiental fazer alguma denúncia? Nem eu senhores, nem eu, sabem por quê? Porque mal a gente sai de lá, a gente tem o nome da gente dito aos quatro ventos e isso não é uma demagogia, isso é uma realidade, que o senhor Sales está aqui e conhece essa realidade, o senhor Ataíde está aqui como testemunha que também conhece essa realidade. Quando nós precisamos fazer denúncias, nós temos que ir secretamente.

Gente não somos bandidos, não somos. Somos cidadãos de bens, queremos as nossas reservas; representantes das leis enquanto a segurança do Estado me conhece, vocês já me conhecem, eu já estive com vocês, já denunciei, já gritei junto com a outra comissão e infelizmente, infelizmente desde janeiro muito pouco ou quase nada, repito, não tem sido feito nada ou quase nada porque a violência continuar crescendo. Nós não podemos sair de casa. Chega gente, basta. E eu gostaria de pedir as autoridades aqui presentes olhem pelas nossas reservas tanto Machadinho, Vale do Anari, Costa Marques, Guajará-Mirim, precisam, precisam ser vistas, precisam ser ouvidas, precisa ser reconhecida. Gente as reservas foram criadas desde o ano de 94 e até hoje elas não foram regularizadas, isso é um absurdo, é uma vergonha para esse Estado e eu estou aqui e vou dizer a vocês, talvez amanhã eu não esteja mais nessa terra, porque com certeza quando isso aqui cair na mídia eu vou ser mais um pescoço cortado em cima de um toco. Basta, chega de violência no nosso município, chega.

Doutora Aídee, eu queria fazer um pedido especial para senhora, pelo amor de Deus, eu sei que a senhora deve ser uma pessoa cristã, eu sinto isso. Por favor, olhe por esse povo, porque a senhora está vendo essas crianças, elas vão deixar de existir em pouco tempo, porque a Reserva na qual elas moram em menos de um ano não vai existir mais, sabe por que doutora? Por que ela está sendo toda loteada. Aquela reportagem que a senhora viu aqui não chega nem perto do que a gente foi. A gente foi fazer uma reportagem lá dentro, fomos recebidos à bala. Essa semana alguns dos companheiros da Rio Preto Jacundá foi tirar óleo de copaíba, que eles são copaibeiros e eles foram impedidos de entrar na casa deles para tirar a copaíba deles, que nós consideramos as Reservas Extrativistas como nossa casa. Por favor, leve esse recado ao Governador, faça, faça ele nos ouvir, faça ele nos atender. E eu vou dizer uma coisa para você aqui, e sem medo de errar que eu tenho certeza que todo mundo ali está com o mesmo pensamento: se esta Audiência não surtir um resultado necessário, esperado nós vamos ter que morrer, mas vamos defender aquela Reserva na bala. E aí os governadores, o senhor governador que não está presente porque teve um milhão de

problemas para resolver. Gostaria muito que ele estivesse aqui, por que nós vamos morrer, mas vamos matar também, e não vamos deixar, o nosso sangue vai correr, mas queremos o nosso povo vivo.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado Dona Giselda.

É o desespero de quem está lá dentro e não vendo o resultado tomado aqui fora, a gente tem que entender isso. É o grito, segundo eles, o último grito de socorro.

Vamos ouvir o senhor José Pinheiro.

O SR. JOSÉ PINHEIRO – Senhoras e Senhores muito boa tarde, eu gostaria de primeiramente agradecer a Deus por nos proporcionar este momento e tenho um como um dos momentos mais especiais da nossa existência como extrativista. Eu gostaria de cumprimentar a Mesa presidida pelo Deputado Lazinho da Fetagro e gostaria de agradecê-lo pelo fato de ter abraçado esta causa com ímpeto e com muita ousadia, posso dizer assim, nós vivemos uma história com muitas vírgulas e eu acho que hoje chegou a hora de colocar um ponto final em tanto vai e vem em tanta conversa sem resultado. Esse momento é o momento de tirarmos daqui encaminhamentos que possam trazer resultados de fato favoráveis para o povo que vivem na floresta, esse povo que não migrou para lá, um povo que nasceu ali, cresceu ali, vive ali até hoje não tem nenhum plano de sair de lá a menos que não tenha o controle de tirar aquela situação que estamos vivendo. Eu gostaria de enfatizar uma coisa, esse vídeo que foi apresentado a essa plateia presente esse vídeo é uma matéria de 2010 e isso não representa nada em relação à situação atual das nossas reservas. Nós vivemos em uma Unidade de Conservação com 95.300 hectares onde pelo menos 80% do seu potencial madeireiro já foi saqueado ilegalmente e não bastasse isso também nós temos hoje essa unidade toda fatiada em lotes pelo crime organizado e nós estamos ali vivendo sobre pressão dia após dia. Já fui contemplado pela fala da companheira Giselda em alguns momentos aqui, mas gostaria de raciocinar um pouquinho em relação o que ela tem falado aqui. Hoje, nós vivemos em Rondônia intimidados e humilhados porque nós não temos uma Política de Governo que nos favoreça e aí meus queridos eu gostaria de enfatizar o seguinte: essa vinda nossa aqui nós estamos desde às 02h00 fora da nossa cama, caminhando, alguns nos volantes com sono, mas com uma esperança de sair daqui com alegria embora nós já temos chorado muito, embora já temos gastado lágrimas, já temos muitas vezes fugir da nossa própria casa por causa que somos ameaçados constantemente. Recebemos no nosso telefone mensagens via SMS nos dando tempo, limitando tempo para nós, nos dando dias, dizendo: “olha você tem tantos dias para tomar uma atitude ou então a coisa vai ser do meu jeito”.

Então meus irmãos eu gostaria de conclamar ao governo do Estado de Rondônia e as autoridades federais presentes que deem um passo à frente rumo ao extrativista do Estado de Rondônia e que nos defenda de fato e que trabalhe uma política que favoreça esse povo que está ali sofrendo, esse povo que vive no meio da floresta também precisa de energia elétrica, esse povo também faz parte da sociedade desse País, embora seja uma minoria, não dá reduto eleitoral para eleger

alguém, mas pode fazer a diferença, esse povo clama, nós temos aqui hoje o nosso último grito de socorro, a nossa esperança é tirarmos daqui encaminhamentos que nos deem esperança de continuarmos vivendo ali com dignidade porque até hoje meus irmãos nós não precisamos matar ninguém, as matérias que surgem por aí geralmente o desfavor é do seringueiro, o desfavor é do extrativista, nunca se vê dizer que o seringueiro matou alguém, mas que ele foi vítima foi assassinado, são assim as matérias dos jornais, mas como disse a companheira aqui, a partir de agora nós precisamos estar mais dispostos a defender porque nós não temos mais potencial madeireiro, mas nós queremos honrar o território que nós moramos. O Governo criou e deixou para lá, mas ali tem um povo e sabe por que ainda tem reserva porque tem gente morando lá dentro, senão não tinha mais. Nós estamos concentrados em grupos pequenos e é exatamente nesses locais isolados que ainda não tem o índice da grilagem, ainda não tomaram, mas o lado que nós não temos domínio, esses territórios estão todos saqueados, estão todos dominados pelo crime.

Então, eu gostaria de deixar aqui pra concluir a minha fala já que não fiz nenhum esboço, as nossas autoridades de segurança, de Segurança Pública, eu gostaria de registrar que nós temos oito extrativistas, lideranças extrativistas só na nossa região de Machadinho d'Oeste, listados para morrer. Mas nós também sabemos matar. Nós também temos armas, nós também sabemos atirar. Só que não é esse o nosso lema, nós não esboçamos isso para viver com dignidade. Nós queremos trabalhar e nós queremos vencer, com integridade e com dignidade. Para concluir, que Deus possa está iluminando cada autoridade presente para que pense bem nesse povo que está aqui. Nós temos aqui crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos, que precisam do governo. Nós não queremos sair daqui hoje com acordo político, nós queremos sair daqui com compromisso de governo para o nosso setor extrativista. Essa é a minha palavra. Esse é o meu clamor.

Muito obrigado.

O SR. LAZINHO DA FETABRO (Presidente) – Obrigado, José.

Só salientar que as Audiências Públicas que nós fazemos aqui, ao final faz-se, a relatoria está preparando, faz-se um Termo de Compromisso, e aí as autoridades são conclamadas a assinar esse Termo de Compromisso. Serve para registro e para encaminhamento em outros espaços de deliberação de governo, tanto estadual quanto federal, ok?

Senhor Antenor ou o senhor Elenilson. Alguns dos dois vieram? Elenilson está aí?

O SR. ELENILSON – Boa tarde ao Presidente da Mesa. Eu não tenho muito a falar porque os meus companheiros já me contemplaram na palavra. Eu sou o Elenilson, morador da Reserva Rio Preto Jacundá, Presidente da Cooperativa e estou aqui com meu povo e eu só tenho um testemunho a dizer. Em 2004, eu e mais o meu companheiro Adair, fomos extrair copaíba da Reserva Rio Preto Jacundá e ficamos, fomos sequestrados dentro da nossa casa e ficamos por 04 dias presos lá, sem poder sair porque os caboclos achavam que nós estávamos dentro da propriedade deles. Eu fico indignado até hoje, porque a gente está dentro de casa e não pode usar a nossa cozinha.

A gente tem como mantimento a nossa floresta, tirando a castanha, a copaíba, a seringa, a gente não extrai ouro nem pedra preciosa, é só o produto da floresta. A gente não tem pasto, na Rio Preto Jacundá nenhum dos moradores da nossa Reserva tem boi. A gente só cria cachorro, mas não caça. Os cachorros são só para comer resto de comida, enquanto isso tem um monte de gente me ameaçando, ameaçando meus companheiros e impedindo dos colegas extraírem a copaíba.

O meu pedido aqui para vocês autoridades. Olhem por nós. A gente, querendo ou não, nós somos obrigados a votar em vocês, enquanto isso ninguém dá um pingão de suor. Porque eu falei ontem na minha casa, com um companheiro meu, que o melhor adubo da nossa terra lá, é o suor. Quando a gente está trabalhando na nossa roça, a gente produz. Por que é que vocês não poderiam olhar pela gente? Só porque a gente é minoria? A gente também é filho de Deus, a gente também é eleitor, e a gente também faz a diferença para vocês. Querendo ou não a gente vota e a gente vota com prazer. A gente lá não vende voto. A gente vota de coração, quando a gente fala assim 'vou votar no fulano', a gente vai votar no fulano e pronto, não tem negócio de, seu menino vai me dar cem reais para a gente votar nele. A gente já elegeu pessoas de nossa cidade que aqui não está presente, mas eu só preciso conhecer quem é o político honesto. Porque a gente vai a tudo que é canto o cara fala 'ah, o seu fulano me mandou entrar aqui dentro'. Hoje mesmo, quando nós chegamos a Cujubim, o cara veio receber nós lá, querendo saber qual é o limite nosso, da nossa Reserva.

Onde que nós estamos morando para nós marcar nossa terra lá, que ele tem uma terra lá, a mil e quinhentos metros da nossa colocação. Pode uma coisa dessas? Eu preciso saber se vocês têm interesse naquela Reserva para o Estado, porque para nós ela é muito importante.

Eu nasci numa colocação aonde uma pessoa de grande nome político, chegou lá, desmatou, derrubou todo castanhal e nós fomos obrigados a sair de lá. Só que hoje nós estamos do outro lado do rio, na Reserva Rio Preto/Jacundá, onde nós estamos lá, eu estou lá desde quando nasci, tenho 33 anos lá, não tenho estudo por quê? Porque na Reserva estadual não tem escola. Todos aqui não têm mais que a 4ª série na Rio Preto Jacundá, por falta de educação, mas a gente tem na educação dos pais que diz: planta meu filho em um hectare e deixa ela descansar por dez anos, planta mais dez hectares, a gente. O meu avô morreu em 1990, e ele morou lá por mais de cinquenta anos e não tinha mais de cinco hectares derrubados, criou os filhos, me criou por um tempo. Aí chega um senhor Amorim lá, e derruba meio alqueire no ano só e tirou nós de lá. Eu não quero sair da Represa Jacundá não.

Muito obrigado a vocês.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Muito obrigado Elenilson. Eu queria para adiantar o processo, nós temos alguns ainda para ouvir. Chamar aqui o Francisco Kelvin, do MAB, para vir aqui para frente, José Avilhaneda, Presidente já está aqui, Presidente da Câmara de Costa Marques, Clê Gonçalves, Romerito Pantoja, Vera Lúcia Nepomuceno, a Ivaneide e o André Alexandre, são esses que vão fazer uso da palavra por no máximo cinco minutos cada um para a gente fechar, e passar para Mesa. Então, primeiro Kelvin.

O SR. FRANCISCO KELVIN - Boa tarde companheirada, eu sou o Kelvin, e em nome da Mesa, quero saudar a todos os nossos companheiros que estão aí, em nome do Deputado Dr. Neidson, que eu cito também, eu sou lá de Guajará, queria saudar aos seringueiros da Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto, que estão lá na luta e que estão passando por muita dificuldade e que hoje estão aqui para denunciar o que está acontecendo nas Reservas Extrativistas de todo o Estado. Hoje, eu estou aqui com uma missão que é denunciar o que já aconteceu no nosso Estado e o que vai acontecer em Machadinho, uma usina hidrelétrica que vai ser imposta pelo Governo Federal na região e se chama Tabajara, a mesma coisa que vocês viram acontecer em Jaci-Paraná, que Aconteceu na Resex de Jaci-Paraná, que tinha seringueiro lá, que a castanha morreu e antes ele marcava, a castanha, ela ficava verde, ele sabia por onde que ele tinha passado, eles agora estão se perdendo lá porque as castanhas estão todas mortas e a mesma coisa que aconteceu aqui, vai acontecer lá. E vocês companheirada, lá das Reservas Extrativistas de Machadinho, vão sofrer como os daqui sofreram.

Eles vêm, tiram o nosso peixe, nossa castanha e lucram com ela, empresas que vem de fora, que vem da Europa e de outros países para fazer a mesma coisa que eles fazem desde a ditadura militar aqui. Companheirada, eu aprendi com um seringueiro lá na Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto, e o que tenho a dizer a vocês, que se for preciso a gente tem que manejar canhão, que a gente vai proteger as nossas Reservas Extrativistas, que elas são nossa, esse povo que está aqui, esse povo aqui foi o povo que construiu o Estado, esse povo aqui, ajudou a construir a Amazônia, e hoje estão do jeito que estão, estão tendo que vender estacas, está tendo que vender estacas para fazendeiro, para poder sobreviver, isso deveria ser crime, e é isso que o Estado está fazendo, e lá na RESEX Jaci-Paraná, vai acontecer à mesma coisa, parece que um filme passou na nossa cabeça. A gente pede que MPF, para a Gisele, para o MP, para a Aídee, para tentar fazer alguma coisa, para impedir que isso aconteça gente, porque é muito cruel o que eles fazem.

Meu avô, ele era seringueiro lá no Acre, lá em Cruzeiro do Sul, e lá parece até que o governo deu Reserva Extrativista para a gente, mas foi à conquista, e a gente teve que lutar por ela, assim como a gente lutou no passado para ter nossas Reservas Extrativistas, hoje à gente vai lutar para manter elas, seja brigando com fazendeiro, seja brigando com grileiro, seja brigando com quer fazer usina aqui na Amazônia e tirar o que a gente tem. Aquela área ali, a área que vão construir Tabajara, é cercada de unidade de conservação e ainda no termo de referência que é o que vai nortear o EIA/RIMA, que são os estudos de impacto ambiental da hidrelétrica, eles desconsideraram, desconsideraram a Reserva Extrativista de vocês lá em Machadinho, eles pediam para eliminar todos os termos, o nome da reseva, foi eliminado de tudo, o nome da SEDAM, foi eliminado de tudo, que até então, não se posicionou sobre a construção da obra lá. A gente precisa fazer com que pelo menos os direitos de vocês sejam garantidos, no mínimo companheirada, de exercer os direitos fundamentais ser violados durante a construção de uma hidrelétrica. O que aconteceu em Jaci vai acontecer lá no Dois de Novembro, vai acontecer na Vila Tabajara e vai acontecer em Machadinho. Lá em Belo Monte, eles citam várias vezes no termo de referência Belo Monte, por exemplo, para usar os parâmetros de lá aqui

com as Reservas Extrativistas de Machadinho. Vocês sabem o que aconteceu lá? Desde o começo da obra 40%, aumentou 40% do desmatamento nas unidades de conservação ao redor da hidrelétrica e é o que eles querem fazer aqui.

Então companheirada, uma coisa que eu também aprendi a luta social, é que político só funciona no feijão, e aí depois funciona igual a feijão, só na pressão. Eu aprendi isso de novo no mato com as hidrelétricas. Companheirada, o que vai garantir, o que vai garantir que as reservas extrativista de lá se mantenha em pé, é a luta social, a luta dos seringueiros, vocês tem que lembrar lá de Chico Mendes, o que eles fazia lá, vocês tem que fazer a mesma coisa aqui, se for preciso a gente pega a arma, se for preciso a gente maneja o canhão.

É isso que eu tenho a dizer companheirada, obrigado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado Kelvin. André Alexandre. Senhor André, por três minutos, Senhor André.

O SR. ANDRÉ ALEXANDRE – Boa tarde a todos. Sou de Machadinho d'Oeste, também vim aqui em defesa da reserva extrativista. Quero aqui deixar uma frase para todos os presentes que diz assim: 'que quando a última árvore for derrubada, quando o último peixe for pescado, quando o último rio for contaminado, todos nós vamos entender que dinheiro não se come e não se bebe'. E é a grande verdade, dinheiro não se come e não se bebe. E eu vim aqui falar para vocês a respeito do que vem acontecendo em Machadinho d'Oeste, principalmente agora eu tenho acompanhado de perto. Eu vi in loco a mochila do seu Elizeu no dia do atentado que ele sofreu, totalmente perfurada de bala, ele machucado, porque caiu de moto durante a fuga enquanto ele era perseguido e tudo que aconteceu até hoje foi palavras, ele é da minha família, não só pela questão da família, mais por questão de justiça que eu zelo muito e eu falo com ele, ando minha irmã, com meus sobrinhos que moram junto com ele e me preocupo muito e falo com ele: Elizeu a causa que a gente luta, a causa que você luta vale realmente a pena? Ele sim deu a vida a troco de nada. Muitos Promotores de Justiça, políticos dão a vida deles em troco de trinta mil reais por mês, vinte e oito mil ou mais. Pergunta para o senhor Elizeu Berçacola o que ele ganha por mês, a questão não é o dinheiro, a questão é a honra, a questão é causa em que se luta e que ela não vale a pena para defender a floresta para o mundo, é uma causa pessoal da qual ele defende. Então, eu queria pedir a vocês, principalmente a vocês Deputados, porque o Governador já é ciente, eu queria que vocês tivessem a mesma agilidade em mandar as blitz de Lei Seca em Machadinho d'Oeste, para atender todos os sitiante que às vezes com o capacete vencido, tem o seu veículo tomado, tomado na rua, tivesse essa mesma agilidade de mandar policiais para lá para defender esses homens aí, mandar para lá, porque a ordem de vocês que sair daqui, pode sair daqui com uma ordem hoje, enviar guarnição lá para proteger a vida de cada um deles, mas chega lá a palavra, mais é o corpo deles que vão chegar lá primeiro e a gente não sabe se amanhã vai amanhecer vivo ou morto e para quem achar que isso é pressão, simplesmente pressão da sociedade, está convidado a ir lá e participar do dia a dia de cada um desses cidadãos de Machadinho d'Oeste e ver o

que realmente acontece, como é dolorido. Eu antes de vir falar Senhor Deputado, mas hoje em dia eu vejo, eu sinto na minha família como o Elizeu, é triste falar, porque não é uma causa de um, é uma causa da humanidade, vimos a causa de Minas Gerais o que está acontecendo lá e agora Rondônia está indo para o mesmo caminho. Obrigado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado.

Senhor José, Presidente da Associação de Seringueiros da Resex de Rio Preto, Rio Ouro Preto.

O SR. JOSÉ – Boa tarde Senhores e Senhoras; boa tarde Deputados e autoridades presentes. Satisfação participar desta Audiência e parabenizo o Deputado por ter promovido a Audiência para que nós pudéssemos vir até aqui para tentarmos, tentarmos resolver problemas, vários problemas que nós enfrentamos dentro das unidades de conservação aqui no Estado de Rondônia. E agradecer também o meu parceiro, que eu chamo parceiro Deputado Dr. Neidson, de Guajará, que deu apoio para que nós pudéssemos chegar até aqui e eu fico triste, posso iniciar a minha fala nesse tom; são 24 Deputados, não é isso? E só tem 02? Só 02 aqui presentes? Só 02.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Só 02, os outros estão chegando da Bolívia ainda pela agenda de lá.

O SR. JOSÉ – Mas, eu acho que seria interessante que houvesse mais, porque priorizar uma Audiência que nem essa seria também tão importante quanto está na Bolívia fazendo alguns trabalhos, desenvolvendo algumas atividades. Mas, lá em Ouro Preto e também na Pacaás que são duas unidades de conservação lindíssimas e que precisam também ser levada em consideração pelo Estado de Rondônia, não temos tais problemas críticas como está acontecendo em Machadinho d'Oeste. Lá o nosso problema é mais uma questão fundiária para resolvermos junto a uma área que desde que nós criamos a reserva do Rio Preto nós viemos enfrentando o que é uma proposta de exclusão, que de certa forma vem travando algum desenvolvimento, tanto para o lado dos que estão habitando a área proposta de exclusão, quanto para nós extrativistas, por que se nós resolvermos IBAMA, Associações e Instituto Chico Mendes, tentarmos resolver esse problema alguma coisa a mais vai ser feita no município de Guajará-Mirim pensando em questão de produção e questão financeira mesmo para aquelas famílias que habitam a Resex quanto as outras que habitam a área proposta de exclusão. Então na questão do Rio Preto seria isso, pequenas invasões de pescadores, caçadores, mas lá graças a Deus ninguém está tombando e nem precisa também tombar, por enquanto, mas é necessário nos atentarmos porque se realmente vier acontecer o pior em Machadinho como está acontecendo em Jaci, pode acontecer na RESEX de Ouro Preto que isso é um efeito dominó, e a gente não quer realmente que isso aconteça mais do que já vem acontecendo na Resex Extrativista lá de Machadinho. E nós estamos aqui realmente parceiros de Machadinho, pronto para ajudar a vocês também a fazer qualquer coisa que impeça alguém tomar esse território de vocês, por que somos uma família única que representa o segmento extrativista no Estado de Rondônia e precisamos realmente nos juntar para que possa impedir, frear alguns que

pensam que é possível tomar o nosso território que foi criado com tanta luta, com tanta dedicação. Então é necessário que as autoridades ajudem-nos a resolver tais problemas que são sérios, são sérios! Aqui tem várias vidas que amanhã podem várias delas tombar, chegarem ao fim por falta de responsabilidade de um Estado tão bonito, que é o Estado de Rondônia que nós acreditamos, tanto no governador quanto nos deputados e nas autoridades, o IBAMA, SEDAM e outras.

Então é preciso assumir as tais funções com responsabilidades, são servidores, estão aí para isso, para ajudar a população a cuidar de territórios tão importantes como são as Unidades de Conservação nesse Estado. Na questão Pacaás Novas, que eu estou aqui representando os nossos colegas do Pacaás, que é a Associação Primavera, Associação Seringueiras da RESEX Pacaás Novas, também estou representando aqui as ASAEX, a Associação dos Seringueiros do Baixo Rio Ouro Preto, que é outra associação irmã aqui que nos ajuda a administrar aquela unidade, e também a Associação de Mulheres Agroextrativista de Guajará-Mirim, quanto a Cooperativa que nós também temos lá. Então a Pacaás Novas tem a questão de terras da União que deveria passar para o Estado, que é também um gargalo que atrapalha determinadas atividades a serem implantadas. Então é necessário que os deputados, as autoridades do Estado resolvam isso de uma vez por todas que é passando as terras da União para o Estado que fica mais fácil para implantar determinadas atividades, para que as famílias daquela Unidade possam desenvolver algumas atividades. E as invasões também a de pescadores, pessoas que não respeitam o espaço dos outros e precisa realmente a SEDAM chamar para si mais a responsabilidade, resolver tais problemas e passar a cuidar melhor de um patrimônio da comunidade quanto também da SEDAM. Então é necessário que a Sedam seja mais responsável nesse sentido, que cuide melhor das Unidades estaduais, principalmente a nossa lá o Pacaás. E era isso, para fechar a minha fala agradecer mais uma vez e me colocar, nos colocar no geral os companheiros lá de Guajará e das Unidades Resex Rio Ouro Preto e Resex Pacaás Novas e Barreiro das Antas, junto aos companheiros de Machadinho para lutarmos juntos contra essa situação. Medo que não tem que ter, aquilo que vocês falaram.

Medo não tem que ter. Então a gente está disposta para ir, se vocês me convocarem eu vou, eu honro muito o que eu assumo e tenho coragem de me juntar a vocês e formar grupos como o Chico fazia, para fazer os empates, empates fortes para mostrar para eles que quantos homens eles são nós também somos, e que temos coragem de defender o nosso território como eles defendem o dinheiro deles e a casa deles.

Então estamos aí para mostrar isso. E é isso, Dr. Neidson, Lazineiro muito obrigado, obrigado a todos e que Deus nos abençoe.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado José.

Chamar Clê Gonçalves, Presidente da Câmara de Costa Marques, nós estamos diminuindo o tempo por causa da quantidade de pessoas inscritas. Três minutos só senhor vereador. V. Excelência é autoridade e sabe como funciona isso, né?

O SR. CLÊ GONÇALVES – Boa tarde a todos, gostaria aqui de cumprimentar o deputado Neidson, recentemente nos visitou em nosso município e tenho certeza que vai sair algum resultado aqui em benefício desse povo. Gostaria também de cumprimentar o Antônio Teixeira, que conheci hoje, aí com os companheiros de Costa Marques, e todos os companheiros da reserva lá de Costa Marques. Na verdade fomos convidados para representar este povo que também em nosso município sofre pressão constantemente de invasores, Doutor Neidson. E é difícil conviver com essa situação, deputado, porque estão se afastando da Reserva, no nosso município não é diferente senhoras e senhores, que lá também o setor madeireiro pressiona cada dia mais os coitados lá dos seringueiros. Não pode ir para Costa Marques que é acompanhado ou perseguido, se está lá tocam fogo na casa. E aí, como é que vamos viver? E aí eu cito o que o companheiro falou aqui que nós gostaríamos que o Estado tivesse a mesma agilidade como tem com a força do DETRAN, que vai a Costa Marques rapidamente e autua todo mundo lá e às vezes com falta de respeito, deveriam também mandar a Sedam e mandar esse pessoal militar com a mesma agilidade lá para resolver os problemas, porque não é fácil ficar lá aguardando quando tiver efetivo e aí o povo sofrendo. Então eu gostaria de registrar isso aqui, deputado, porque não só o povo de Machadinho como de Costa Marques, de Guajará-Mirim sofrem esse tipo de pressão. E a gente gostaria que esse povo tivesse que viver com mais dignidade no seu lugar podendo trabalhar, pescar e viver com as suas famílias. Esse é o meu recado, que nós possamos sair daqui com algum resultado mais próximo possível com as instituições federais porque o povo não está acreditando no Estado. Tem hora que o Estado vai lá e quer demarcar as terras e tirar os seringueiros, hora muda de opinião, então, a nossa opinião deixada aqui é que os órgãos federais, os senhores deputados, eu acredito muito ainda nas instituições públicas. E quero que esse povo também permaneça acreditando, que muitos já não acreditam que aqui vai sair o resultado. Muito obrigado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) - Obrigado Presidente.

Senhor Romerito Pantoja, Presidente da Associação de Seringueiros do rio Cautário, no município de Costa Marques.

O SR. ROMERITO PANTOJA – Boa tarde a todos. Para mim é uma satisfação muito grande poder estar aqui nesta Assembleia, nesta Audiência Pública, como Presidente da Associação dos Seringueiros do rio Cautário no município de Costa Marques.

Também quero agradecer a presença de todos que estão aqui de Machadinho e outras Reservas, que é gente de liderança que estão de frente. Hoje está complicado, ameaça para todos os lados, enfim. Quero agradecer também a Mesa, eu não vejo só o lado ruim, vejo o lado bom também, o pessoal da ambiental, está fazendo o trabalho, só que eu quero falar uma coisa que os ambientalistas teriam que ir mais direto nas serrarias, porque os madeireiros enquanto eles estão fiscalizando a noite os madeireiros estão ameaçando os seringueiros e os grandes empresários estão lá quietos. Então se a fiscalização chegasse mais para as serrarias, eu creio que os madeireiros não iriam lá dentro mexer na Reserva, porque tem essa força de estar roubando madeira. Outro lado também

os grandes fazendeiros que moram em torno da Reserva, a escavação teriam que ser mais próximo a eles, que eles têm que cuidar também da Reserva porque eles estão de amortecimento e deixam os madeireiros invadirem a Reserva.

Então eles teriam que ver o nosso direito de cada seringueiro, porque a gente não quer brigar, a gente só quer brigar pelos recursos naturais que existem, nós nascemos lá e nos criamos, é por isso que eu falo senhores parlamentares.

Que a gente precisa deste apoio quero dizer ao pessoal da SEDAM, o Pitaluga está ali, esteve diretamente no rio Caltário tem uma base hoje construída lá, mas só que a fiscalização tem que ser mais direta nas serrarias. Porque eu tenho certeza que lá vai ser solucionado os problemas. Quero agradecer também ao Clê Gonçalves, Presidente da Câmara de Vereadores de Costa Marques estarem dando esse apoio para a gente até aqui; o Presidente Antônio Teixeira, da Organização de Seringueiros, é uma satisfação muito grande.

Então essa é a minha fala, gente. Eu tenho certeza que hoje vão sair alguns esclarecimentos daqui. Muito obrigado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) - Obrigado Romerito.

Dona Vera Lúcia, de Machadinho do Oeste, Secretária de Mulheres do Sindicato de Machadinho D'Oeste.

A SRA. VERA LÚCIA – Quero cumprimentar a Mesa presente, todas as nossas autoridades. Parabenizar o nosso Deputado Lazinho da Fetagro, o qual a gente também colabora com o mandato dele em Machadinho D'Oeste, tenho a honra de ter um deputado que representa agricultores e povos da Floresta; cumprimento a todas as autoridades aqui presentes também que estão entre o pessoal; e dizer a todos os companheiros e companheiras que estou aqui não para criticar, e não para denunciar, mas para cooperar e colaborar com aquilo que for preciso. Agradeço ao senhor Aldenor Firmiano que fez o convite, ele que é o Presidente da Cooperativa COOPERMAN, que representa os seringueiros, parte dos seringueiros de Machadinho do Oeste.

Quero deixar aqui um poema que diz assim:

Cumprimento minha gente
Sou daqui não sou de fora,
Não vou tomar muito tempo
Vou dizer sem ter demora,
Porque meus versos têm rima
Mas para rimar tem hora,
Gostei muito desta terra
Não quero mais ir embora,
Eu nunca vi coisa tão linda
Como eu estou vendo agora
Os nossos campos são verdes,
As nossas manhãs tem aurora
Com os lindos cantos dos pássaros
Maior que trilha sonora,
Machadinho é um recanto
De riquezas verdadeiras,
Tem cachoeiras 2 de novembro,
Cachoeiras das andorinhas
E tem garotas cachoeiras,

Tem agricultores guerreiros
E tem povos da floresta
Que conhecem bem de perto
Onde os animais fazem festa,
Não podemos esquecer
De todos os ribeirinhos
E os rios que banham
As matas Machadão e Machadinho
Ó Amazônia! Quanto intruso e invencioneiro
Somos em ti um vigilante
Das florestas brasileiras”.

Eu quero agradecer, quero dizer que sou agricultora com muita honra e garra, gosto do que faço, mas quero também dizer que sou vizinha desse povo da floresta e também já cortei seringa já trabalhei e gosto, respeito muito. Então nós lutamos pela inclusão social e igualdade. Esse povo tem que ser visto Deputados e senhoras doutoras e doutores com mais respeito e dignidade a gente até pensa, eu não sei se isso é possível, mas se for possível levar essa demanda até o Senado Federal, até a bancada dos Deputados e até a nossa Exm^a. Presidenta para que entenda que esse povo está cooperando, eles estão ajudando a proteger as florestas. Hoje, nós lutamos por água, nós lutamos por vida, nós lutamos por qualidade de vida. Aqui na área da Amazônia nós ainda temos bastante graças a povos com garra e qualidade quanto a esses que ainda tem coragem de estar preservando porque em muitos lugares não tem água nem para beber. Então deveria até fazer, como se dizem bolsas verdes, cartão verde, vê uma situação para melhorar a qualidade de vida desse povo para eles permanecerem na floresta e também proteger a vida deles contra intruso e invencioneiro. Também cumprimento o Presidente da FETAGRO, meu amigo o nosso companheiro Fábio, com muita garra ele também luta por nós. Meu abraço a todos.

Muito obrigada.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado Dona Vera.

Vamos então agora a algumas organizações que estão aqui.

Sra. Ivaneide Bandeira Cardoso; posteriormente o Sr. Fábio Menezes, Presidente da FETAGRO; depois Ataíde Santos, Presidente da CDREX; o Antônio Teixeira e assim sucessivamente nós vamos até chegar aos responsáveis que vão nos dar solução, o Sales está aqui vai sair daqui com a solução resolvida não é Sales? Ivaneide é com você.

A SRA. IVANEIDE – Boa tarde povo da floresta. Boa tarde povo da Mesa!

Eu estou aqui falando em nome da Canindé e da Rede Sustentabilidade é um novo partido que foi criado agora e da qual eu faço parte e que nós vamos expressar o que nós pensamos a respeito das reservas extrativistas.

Os meus companheiros que estão aqui da Resex do Jaci-Paraná sabe que a reserva foi diminuída sem que eles tivessem sido consultados. A reserva extrativista do Rio Preto Jacundá era um milhão oitocentos e cinquenta e cinco mil hectares e foi reduzido em 89%, ok Elza! Em 89% indo para noventa e cinco mil e trezentos hectares, imagina o tanto que se perdeu de

terra e o tanto que não se consultou nenhum extrativista se ele queria perder a terra, ninguém fez essa consulta.

Quando a Rede GTA o Grupo de Trabalho Amazônico junto com Canindé, ECOPORÉ e outras entidades lançaram este documento, este documento é resultado de anos de pesquisas onde é um documento denúncia do que estava se explorando os seringueiros e as outras unidades esse Estado reduziu a Floresta Nacional do Bom Futuro para atender interesses que não era do povo e dizendo que o Estado estava ganhando mais unidade, o Estado não estava ganhando unidade nenhuma porque as áreas eram federais, eram da União. Então, o povo de Rondônia foi enganado, nós aqui queremos e isso é encaminhamento que tem que sair daqui com esses Deputados que aqui estão aqui, infelizmente, só tem dois, mas graças a Deus que temos dois e acreditamos que os dois vão levar o que a gente pensa para os demais. Nós precisamos que tenha, saia compromisso daqui de garantia da vida dos seringueiros por todas as denúncias que cada um que subiu aqui fez. Então nós temos que ter essa garantia, nós precisamos que saia daqui a garantia que nenhuma reserva extrativista, nenhuma seja reduzida, nós não podemos permitir redução de reserva extrativista de nenhuma forma, muito menos com argumento de que está desmatada, porque não foi seringueiro que desmatou, foi invasor, foi grileiro, incentivados por políticos e que todos nós sabemos quem são. Então não podemos mais admitir isso. Não podemos admitir que abram estrada em Unidade de Conservação, como abriram no Parque de Guajará-Mirim, com argumento que era para atender emergência, que não era emergência nenhuma. Que se passa uma estrada que só serve, gente, para uma única coisa, para traficante, para roubo de carro, para madeireiro, para boiadeiro e população, o pequeno trabalhador, o extrativista, o índio, o seringueiro não tem cabeças de gado para ficar passando por dentro de uma Unidade de Conservação. A gente tem que parar de permitir que nesta Casa de Leis, esta Casa de Leis que é com voto de cada um de vocês, eles promovam a redução das Unidades de Conservação. Nós não podemos permitir que a famosa 3ª aproximação do zoneamento, que estão fazendo aí sem nos consultar, a nenhum de nós, venha reduzir Unidade de Conservação, porque por trás disso, dessa 3ª aproximação, é redução de Unidade. Nós não podemos permitir isso. Então é isso, gente. Obrigada.

(Às 16 horas e 44 minutos o senhor Lazinho da Fetagro passa a presidência ao Dr. Neidson)

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Queremos chamar agora o Fábio da Fetagro, para que faça uso da palavra.

O SR. FÁBIO MENEZES – Eu queria saudar a Mesa em nome do Deputado Lazinho e saudar aqui o plenário, em nome da dona Vera, que a dona Vera fala melhor do que a gente porque ela combina melhor as palavras, ajuda a gente a refletir.

Esse é um tema que nos remete a rever a garantia dos nossos direitos constitucionais e aí Deputado, parabenizar Vossa Excelência por mais uma vez ter aberto este espaço da Assembleia para discutir um assunto, que por muitas vezes ficou fora deste plenário. Nós estivemos aqui discutindo já os conflitos agrários, discutindo os resíduos sólidos e agora

discutindo as comunidades extrativistas. É uma prova de que o vosso mandato é sensível àqueles temas que a maioria se nega a discutir. O que mais me chama a atenção, é que eu me senti ali, eu não estava nem querendo falar, mas parecia que eu estava nas sessões da Ouvidoria Agrária, ouvindo os relatos aqui dos nossos companheiros, a gente escuta, meu grande parceiro da Polícia Militar, a gente escuta o mesmo clamor de pessoas ameaçadas e quem está falando aqui hoje é uma pessoa que recebeu uma mensagem que se eu pisar no Cone Sul de Rondônia, a minha cabeça vai rolar. Esse foi o teor da mensagem que eu recebi Deputado. Disse que sou eu, o Vice-Presidente da Fetagro Udo e o Adilson da Comissão Pastoral da Terra, não é, Zezinho? Então a sensação que a gente tem é que nós vivemos em um Estado, e que bom que esteja o Ministério Público, o Ministério Público Federal, em que a lei, os rigores da lei só vale para quem não tem posses, para quem não tem dinheiro. E a gente não pode permitir que isso se espalhe, nós não podemos voltar à época em que a gente defendia as nossas convicções na carabina.

Então eu queria chamar a atenção aqui, que tem um espaço que é importante, que foi um Comitê criado para discutir os conflitos agrários. Eu acho que esse Comitê, Mari, que é coordenado pela Casa Civil tem que ser, inclusive, modificado.

Um Comitê agrário e florestal, porque eu acho, e só do extrativismo, porque eu acho que também esses problemas que vivem os extrativistas têm que ser discutidos nesse Comitê onde está lá o Judiciário estadual, o federal, o Ministério Público.

Eu acho que é, nós queremos nos unificar a essa luta que também preserva um direito fundamental. Então nós fazemos parte desse Comitê, a gente tem conseguido encaminhar coisas importantes junto com esse Comitê. Inclusive ações que protegeram a vida de vários companheiros. E mais uma vez pedir para que seja implantado aqui no Estado o Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos.

Se o Estado, hoje tem um programa específico para isso.

Tem recurso que disponibiliza recursos, policiais, treinamento, para proteger essas pessoas. Porque se a gente não proteger aqueles que lideram, aqueles que coordenam os processos, a gente não consegue fazer a luta espontaneamente.

Então só queria reforçar aqui, me solidarizar com os companheiros que estão enfrentando essa luta que é pela humanidade. Obrigado.

(Às 16 horas e 50 minutos o senhor Dr. Neidson passa a presidência ao senhor Lazinho da Fetagro)

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado, meu Presidente.

Senhor Ataíde Santos, Presidente da CDREX.

O SR. ATAÍDE SANTOS - Boa tarde a todos. Em nome do seu Firmiano, seringueiro mais antigo aqui presente, seu Firmiano, 89 anos. Meus parabéns seu Firmiano. Quero cumprimentar todos os companheiros e companheiras seringueiros aqui presente e os que não puderam vir ou está aqui. Em nome do seu Sales, companheiro da Sedam, cumprimento toda a Mesa, quero parabenizar o Antônio Teixeira, Presidente da OSR Antônio Teixeira, parabéns pelo trabalho; parabenizar o Deputado Lazinho da Fetagro; cumprimentar toda a Mesa. Eu

sou Presidente do CDREX, CDREX, significa Conselho Deliberativo das Reservas Estaduais Extrativistas de Machadinho d'Oeste e Vale do Anari. Portanto, é uma exigência legal prevista na Lei do SNUC, daí eu não ser eleito pelos senhores, porque a Lei diz que: a Unidade de Conservação será gerida pelo Conselho Deliberativo, e esse Conselho Deliberativo, é representado pelo órgão gestor, e aqui estou, por ser SEDAM. Muito bem, mas Antônio Teixeira, eu me sinto um seringueiro, inclusive eu acho que já tenho direito a Green Card viu, estou com vocês há trinta anos. O que eu quero dizer é o seguinte: é que é bom está aqui, eu vejo que avançou muito Elizeu, daí essa reunião, eu acho que é um avanço, estão de parabéns os seringueiros por ter se mobilizado e chegado até aqui e fazer com que essa Casa, criasse essa Audiência Pública, nunca aconteceu isso nessa Casa. Então, a Assembleia Legislativa está de parabéns, eu acho que é uma causa de todos nós, por quê? Porque esse povo aqui defende o patrimônio que pertence ao Estado de Rondônia, patrimônio importante que são os recursos naturais. E quanto a SEDAM, eu quero dizer o seguinte: que um dos maiores problemas hoje de invasão e furto de madeira em Resex é a legislação muito branda, ela não pune com rigor infrator, compensa roubar madeira, compensa, por quê? Porque deu certo gente. Deu certo grilar terra lá em Buritis, deu certo grilar terra não sei aonde, as pessoas que grilam terra estão ganhando muito dinheiro, isso está dando muito certo. Então, a legislação é muito branda gente, vamos aprimorar a legislação, isso cabe aos senhores Deputados e a bancada federal. Outra coisa que estamos carentes, Coronel Torres está aqui presente e ele sabe muito bem disso, eu sei que o senhor não tem poder de decisão coronel, mas nós precisamos fortalecer a Polícia Ambiental, infelizmente, nós temos, aliás, graças a Deus, nós temos a Polícia Ambiental lá em Machadinho, está instalada lá, foi um avanço graças a esse governo atual, foi o governador atual que levou a Polícia Ambiental para lá, porém, essa Polícia precisa ser fortalecida, ela foi como GP, hoje é PPA. Porém o efetivo é menos do que GP, nós precisamos de efetivo policial lá para fazer frente a essa pressão que tende a aumentar cada vez mais doutora Gisele, por conta dos investimentos previstos pelo PAC, porque não precisa ter bola de cristal não, todo mundo sabe que a pressão tende a aumentar lá cada vez mais e com maior rapidez. Fortalecimento também da Sedam.

Sales, o Sales foi companheiro nosso na Sedam, mas ele foi meu diretor também, mas realmente, nós precisamos fortalecer também a Sedam Machadinho com mais gente. E eu quero aproveitar a oportunidade e dizer: sabe Pitaluga, que seria importante que municípios que detêm unidades de conservações que eu acho que é o maior patrimônio do Estado, nós precisaríamos ter gerência exclusiva para essas unidades de conservação, porém com equipe. Nós precisamos também, isso aí tudo com encaminhamento redemarcar ou sinalizar todas as unidades de conservação, a maioria dessas unidades de conservação, elas foram demarcadas aproximadamente vinte e tantos anos e nunca mais recebeu o reavivamento de suas picadas e também sinalização. O problema maior na Reserva Rio Preto e Jacundá e na Reserva Angelim, a ausência infelizmente me desculpe à franqueza, eu estou aqui agora como Presidente do Conselho que defende as Unidades de Conservação, essa ausência do poder público no município de

Cujubim, Cujubim, está lá largado, o povo lá faz o que quer.

Toda aquela frente de invasão e furto de madeira que ocorre hoje na Reserva Angelim e na Reserva Rio Preto Jacundá, vem de Cujubim, Cujubim acho que é um dos municípios que mais sofre no Estado, ouvi falar que em um levantamento que foi feito aí, tinha sessenta e quatro indústria madeireira, fora as de pastinhas, enfim, nós precisamos fazer de fato proteção ambiental preventiva, de tal forma que a gente vá lá tomar cafezinho com os moradores do entorno e a gente não encontre nenhum problema. Enfim, agradeço pela oportunidade, obrigado a todos e que tenhamos um bom trabalho.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) - Obrigado José. Alex Bastos.

O SR. ALEX BASTOS - Boa tarde a todos. Bom, eu tinha uma apresentação mais técnica, mais dada às discussões que estão sendo feitas, eu ia falar um pouquinho sobre Red. Então, assim, segunda-feira está chegando o validador da certificadora internacional, eu queria dizer que a Resex Rio Preto Jacundá, é uma unidade de conservação, a única do Estado de Rondônia, uma das primeiras da Amazônia, salvo engano, a primeira que está tendo um projeto de pagamento por serviços ambientais implementados, ele vai para parte final agora de verificação e logo em seguida são liberados os créditos e isso se reverte depois de uma série de trabalhos que estão sendo feitos em benefício para comunidade. Então, o que eu quero dizer aqui, a gente está falando dos investimentos para os seringueiros na ordem de um milhão e duzentos mil reais por ano para as famílias daquela comunidade. Então, o recado que fica aqui para os Deputados principalmente e para aqueles que talvez desconheçam a importância das unidades de conservação, elas não são só transtorno, elas não são pesos, pelo contrário, elas precisam ser implementadas como a gente estava discutindo ali para que elas cumpram as suas funções sociais, ambientais e econômicas e elas possam sim gerar todos os benefícios, não só para as pessoas que moram dentro dessas unidades, mas também para as pessoas que moram no entorno, porque nos planos de trabalho dessas instituições que estão prevista lá, das instituições que eu digo, da ASMOREX que vai fazer lá tem construção, tem emprego para professores, tem emprego para saúde, tem implantação de infraestrutura de produção de derivado de mandioca, tem uma série de questões que vão gerar muitos empregos e vão fazer gerar dinheiro no município onde está sendo trabalhado esse projeto de Red. E uma outra questão importante para unidades de conservação aqui do Estado, que eu acho que é uma questão jurídica, até hoje, eu acho que salvo engano 03 reservas extrativista só foram repassadas as terras da União para o Estado, não sei qual o trâmite, o que acontece imagino que seja um trâmite complexo. Mas, sem esse repasse é difícil ter cessão real de uso para os seringueiros, para que eles possam de fato implementar as atividades que eles queiram, que eles resolvam uma série de questões fundiárias e possam inclusive desenvolver outros projetos que são extremamente importantes como esses de pagamento por serviços ambientais enquanto alternativa para geração de renda para essas comunidades. Então, o que eu gostaria de falar é isso, as unidades de conservação, elas tem um papel importante também para geração de renda e emprego nesse Estado e não só de ônus. Muito obrigado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado Alex.

O Sandro, o Sandro da ACM pediu três minutos também Antônio, deixar o Sandro e depois entra contigo, aí passar para as autoridades aqui presentes.

O SR. SANDRO – Boa tarde a todos. Quero agradecer ao Deputado Lazinho que marcou essa Audiência Pública que nós já tínhamos sentado anteriormente para nós fazer essa Audiência Pública. Eu só queria reforçar o que a Dona Giselda falou, esse é o último cartucho que nós temos na agulha, é a última bala que nós temos na agulha, esse é último porque nós já cansamos de fazer reuniões, reuniões, reuniões e reuniões e nada resolveu. Já tivemos até na Sesdec, Comando Geral em todos os setores, Sedam, o Secretário e nada resolveu.

E essa vai ser a última que nós estamos aqui, a próxima vamos fechar a RO 133 se for preciso, 364 porque aí as autoridades vão ver o peso, porque não dá, se é para cortar as reservas deixa que nós cortamos ela também, porque nós também precisamos de terra, se nós fossemos fazendeiro nós tínhamos já derrubado já toda essas reservas que o próprio seringueiro que tem aqui, que moram nessas reservas, já era para ter mil cabeças de boi por causa da seringueira lá. E hoje você vai lá e você ver uma roça de seringueiro que planta lá 05 hectares de mata para sobreviver. E quero agradecer a todos e é isso que eu tenho para falar para vocês que essa foi a última reunião que nós vamos ter com as autoridades, porque não dar a gente morar no meio do sufoco é complicado, a gente não consegue sobreviver desse jeito, por causa que você não consegue dormir, você não consegue sair, você não pode sair no bar, tomar um refrigerante, levar os meus filhos na sorveteria eu não posso que sou ameaçado. Pessoas vão à minha casa fazer perguntas; o que quê eu estou fazendo em Porto Velho? O que quê o Elizeu está fazendo em Porto Velho? O que quê a dona Giselda está fazendo em Porto Velho? Então chega desse negócio, chega disso gente, vamos tomar providência com isso, o governo manda a polícia passou ainda agora, manda a polícia para prender motocicleta, carro, para prender lá, multa meio mundo de gente que esta trabalhando e não atende os madeireiros que estão saqueando as reservas. Que ontem mesmo eu vi, fui ao Cujubim e encontrei caminhão carregado de madeira saindo de dentro da reserva, isso é um absurdo. Não pode acontecer mais isso. Muito obrigado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado Sandro. Por último representando a OSR, o senhor Antônio Teixeira, por último das organizações.

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA – Boa tarde a todos, quero agradecer ao deputado Lazinho por ter nos proporcionado esta Audiência Pública, agradecer toda a sua equipe de gabinete que não mediu esforço para poder nos acompanhar dentro dessa cidade durante esses dias, por sinal é um equipe muito competente e o Lazinho está bem representado. Quero agradecer aqui todas as autoridades da Mesa, todos os Secretários de Estado aqui presente, chefe de Governos. Quero agradecer a imprensa por nos garantir o direito de expressão e quero dizer meus amigos que o processo de fiscalização nas reservas extrativista não é apenas como foi colocado ali de 2009, o processo o governo do Estado em 1999 ele reduziu o

efetivo florestal em quase zero, colocando aqui no Candeias do Jamari uma equipe e isso só dificultou as ações da gente no interior, por que? Quando tinha o efetivo ambiental nos municípios a gente ia lá chamava o sargento Nascimento no outro dia estava lá na casa do bandido. Agora não você tem que fazer um requerimento mandar para cá e esperar 30, 60, 90, 100 meses e muitas vezes nem acontece. Outro problema que a gente encontra em Machadinho já foi citado aqui é a falta de responsabilidade do servidor da própria polícia, porque lá os próprios invasores sabem primeiro do que todos da reserva extrativista o que está acontecendo. Você leva um ofício daqui a pouco quem tem acesso a esse ofício é o bandido, isso aí ficou vulnerável. Por isso o José Pinheiro está aqui corrido, por isso que a Giselda está aqui corrido, por isso que está aqui o Sandro ameaçado certo? E quantos outros! Eu também já estive ameaçado de morte lá durante várias vezes, até que eu resolvi agir e graças a Deus não matei, mas os caras pararam de me perseguir. Eu sou um homem evangélico digo sempre que até em forma de brincadeira que pelo jeito a gente vai ter que revogar o decreto da salvação para defender as reservas extrativistas. O Governo do Estado criou as reservas extrativistas quase todas em 1995 e 96, só que o governo não precisa matar, o governo não precisa fazer nada, é só tirar o apoio que a gente não consegue trazer aqui nem o povo de Costa Marques, que tem o projeto ARPA despejando dinheiro lá dentro e pedimos apoio ao gestor do ARPA lá, não pagou uma passagem Sales, nem uma passagem de uma liderança para vir para essa Audiência Pública, vieram em cinco pessoas, mas vocês estão conosco, vocês não estão sozinhos certo? Quero dizer também que o INCRA vem fazendo vista grossa para o desmatamento principalmente na região de Machadinho, por quê? Porque lá o INCRA desapropria terra, deixa os caras invadir, depois vai lá e dá o título definitivo para um bandido, premia ele com o título definitivo. E a gente tem visto que a SEDAM precisa realmente assumir o seu papel de gestores dessas reservas. Não tem mais argumento para a gente colocar no papel, nós não sabemos mais o que escrever bonito, feio, torto, e etc, por que o Estado não faz, qualquer coisa que a gente fala para um agente, ele diz que gente está mudando a intenção e o planejamento deles, é e isso que vem ocorrendo. A reserva Angelim que vocês estão vendo nesse mapa em 2013 ela tinha esse desmatamento, não é de agora que a gente vem falando, aquela lista que esta roxa lá, é só desmatamento que vem acontecendo nos últimos anos, toda saqueada essa reserva. Aquele pontinho lá no canto é a casa do Seringueiro que está ali. Passa 2015 para vocês verem o quanto que essas reservas hoje estão sofrendo perseguição dos invasores.

Este quadro roxo dentro é tudo desmatamento novo, tudo de 2015. A Rio Preto Jacundá 2013, vocês veem que o desmatamento já estava lá, aquele verdinho cana lá é pastagens, etc. 2015. Essas manchas roxas aí são tudo desmatamento agora de 2015, mesmo com a equipe de fiscalização lá dentro os caras estão semeando semente de avião, Sales, semente de avião, e o povo lá assistindo de camarote, porque não é possível que essa Reserva não é tão, de 95 mil hectares não dar para esse povo passar dentro da Reserva. Por dentro da nossa comunidade os bandidos estão passando e acenando com a mão. Agora o restante, são as últimas, só um minuto de tolerância.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Até mais Antônio, fique tranquilo.

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA – Reserva Jaci-Paraná em 1996, na época da criação ela era esse jardim aí, agora vocês vão ver agora em 2015, para vocês verem. Olha aí a vergonha para o Governo do Estado de Rondônia, desmatou a reserva todinha, os seringueiros que estão aqui estão sendo expulsos de suas colocações, olha a desgraça que fizeram aí, isso é porque o governo abandonou aquele povo, o governo abandonou esse povo, o governo abandonou as organizações, o governo não tem ouvido o nosso grito. E a gente só tem clamado Deputado Lazinho em vão. Porque esse desmatamento roxo é tudo de 2015, os que estão rosinha é desmatamento antigo. Pensaram em fazer uma APA iria deixar um pedaço para os seringueiros, agora só sobrou aquele lá, lá em cima aquela beiradinha lá, só sobrou aquela beirada lá, e aquilo ali não vai dar de manter os seringueiros lá, vai ter que tirar esse povo daí de dentro. E nós não vamos abrir mão, se nós precisarmos nós vamos às últimas consequências da nossa vida, mas nós vamos ter que honrar a nossa casa. Eu quero dizer que não vim aqui pedir cestas básicas, nós somos fartos, nós somos alimentados, mas nós queremos a garantia da vida, nós queremos a integridade das nossas Reservas, porque sem ela nós não sabemos viver. Por quê? Nós chegamos aqui desde o ano de 1821 e tem a presença do seringueiro na Floresta Amazônica, até hoje, e o que a gente recebeu muitas das vezes só foi sair das nossas colocações e indo para frente, indo para frente. E só resta no Estado de Rondônia duas fronteiras que é a fronteira de Guajará-Mirim que tem mata e a fronteira de Machadinho. Mas o Charles já chegou a Calama com a estrada passando lá dentro lá, já chegando a Calama por detrás da Reserva que tem projeto de manejo aqui da Flona Jacundá, o Charles já está fazendo espinha de peixe em tudinho lá. E houve comentários, eu não tenho certeza, que o governo vai indenizar até as estradas dele. Agora por quê?

Por que é que não ajuda o seringueiro? Por que é que não ajuda o morador? Agora eu digo para vocês, isso aí Deputado Lazinho, todo mundo está com energia elétrica aí dentro. O seringueiro não tem o 'Luz Para Todos' não chegou ao seringueiro à luz chegou muito pouco porque nós temos colocado por conta própria.

Eu não quero me alongar, quero ouvir a Mesa também vai ter que falar. Eu quero, todo mundo falou bastante e a gente também se sentiu contemplado. Mas eu queria fazer um desafio aqui para as organizações não governamentais que se encontram nesse Plenário para que nós saíssemos daqui, para nós nos reunirmos para nós tirarmos encaminhamento para nós tocarmos o barco. Porque sozinhos realmente nós estamos fragilizados. Eu assim os agradeço.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado Antônio. Eu por enquanto não quero tecer nenhum comentário, eu quero só ouvir. E, aí nós vamos passar para o Erasmo Silva que é Ouvidor Agrário do INCRA, fazer as suas colocações. E a partir de agora o que nós tivermos aqui, além das proposições já sair e o que nós tivermos enquanto Estado, enquanto Judiciário de proposição a gente já ir tocando para poder ser documentada. Obrigado.

O SR. ERASMO SILVA – Boa tarde a todos. Boa tarde deputado, em seu nome eu agradeço ao convite de estar aqui representando a Ouvidoria do INCRA, bem como o Ouvidor Agrário nacional que em função da agenda dele ele ficou impossibilitado de vir a Rondônia para se fazer presente nessa Audiência Pública. O que a gente tem observado aqui deputado, nesta tarde, é um reclame geral das Comunidades que vivem dentro dessas Reservas estaduais. É lamentável que muito desses cidadãos vieram aqui agora, infelizmente, não falou nada que viesse, que fosse contra aquilo que ele falou. Foi apenas reclames da situação de calamidade que os mesmos encontram nessas reservas, é lamentável ouvir pessoas sendo ameaçadas eu digo aqui também ao Fábio da Fetagro que eu também estou ameaçado. Na última sexta feira eu recebi uma ameaça estou levando a Polícia Federal um dossiê onde menciono ameaça de agora e do passado que já sofri, infelizmente, a gente que lida com essa parte do conflito, infelizmente tem que enfrentar essas situações, mas eu espero que aqui Deputado, que o senhor seja a voz desse povo porque é um povo que necessita da voz do Estado, necessita de um representante que venha mudar esse quadro que é um quadro de calamidade, a gente vê pessoas emocionadas falando em ceder, ofertar a própria vida para defender uma floresta, mas não é só a floresta que ele quer defender, ele quer defender o seu junco familiar, as pessoas que residem nessas localidades.

E quando eu ouço falar em violência eu me preocupo na minha função como Ouvidor Agrário que a gente percorre todo o Estado de Rondônia limitado pela condição de contingente de pessoas que a gente não tem para nos acompanhar, mas quando eu ouço alguém falar de violência me preocupa porque essa violência pode custar à vida de muita gente e eu creio que aqui Deputado ninguém quer que alguma vida se perca em função do direito que eles têm de reivindicar aquilo que é justo para as suas sobrevivências. Eu quero colocar aqui os representantes dessas unidades que a Ouvidoria do INCRA está à disposição de vocês para ajudar naquilo que for possível ajudarmos, nós, infelizmente, nenhum de vocês aqui é conhecedor da nossa atuação no Estado porque nunca tivemos contato, mas eu digo uma coisa a vocês aquilo que for possível ajudarmos estaremos lá à disposição, não temos poder de polícia, mas temos poder de solicitar aos Órgãos de Segurança Pública providência para os casos que tiver tendo esse conflito.

Eu quero agradecer Deputado essa oportunidade de conhecer tanta gente aqui que estou vendo hoje, que eu acredito que nenhum destes aqui eu tinha visto antes, mas é uma oportunidade de conhecê-los também e dizer que estamos à disposição de vocês para qualquer momento poder ajudá-los naquilo que for preciso. Muito obrigado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado Erasmo.

Sr. Paulo Henrique Garcia, Coordenador Substituto do Instituto Chico Mendes.

O SR. PAULO HENRIQUE GARCIA – Boa tarde a todos! Em nome da Coordenação Regional do ICMBio, Instituto Chico Mendes e Conservação da Biodiversidade cumprimento aqui o Deputado Lazinho e em nome dele todos os demais da Mesa.

O Instituto Chico Mendes é o órgão responsável pela gestão das Unidades de Conservação Federais. Em Rondônia nós temos 14 Reservas Federais e dessas 14 quatro são Reservas Extrativistas, uma até foi citada aqui que é a Rio Ouro Preto em Guajará-Mirim, temos também a Barreira das Antas que fica em Guajará também, Rio Cautário em Costa Marques e aqui em Porto Velho o Lago do Cuniã. É um problema que vivemos também não nas reservas extrativistas, em outras categorias Unidades de Conservação temos, estamos vivendo esse problema também de pressão, de invasão e temos que nos virar com as nossas pequenas capacidades para poder fazer frente. Vejo o ICMBio como parceiro potencial para formar uma frente, eu vejo que só podemos vencer esses problemas se nós nos unirmos, se tivermos unindo forças de todas as esferas de Governo, Município, Estado, Órgãos Federais para poder fazer frente a essa situação.

Então eu coloco aqui, me coloco à disposição como representante do ICMBio, vejo que devida ao nosso escopo de atuação que é só para as reservas federais então para nós podermos atuar e ajudar a resolver a situação das estaduais teríamos que compor um grupo de órgão públicos para somar os esforços para podermos fazer frente a isso. Então o ICMBio é parceiro, somos parceiros da SEDAM e reforço aqui essa parceria eu acho que só assim conseguiremos fazer frente a isso. E nas Unidades Federais só para esclarecer também com relação a Rio Ouro Preto que foi citada aqui temos uma situação fundiária para resolver, mas que é um projeto de lei que está sendo encaminhado no Congresso Nacional e no mais, acho que as pressões são diferentes, são menores nas reservas extrativistas.

Vejo também, para finalizar aqui, temos o nosso papel como poder público é de proteger a população extrativista. As reservas extrativistas são criadas para beneficiar a população extrativista e não outra população qualquer ou público qualquer que vá fazer uso dos seus recursos. Então é nosso papel fazer isso. É nosso papel, como poder público federal, estadual e os municípios também.

Então, reforço aqui, para finalizar, Deputado, que o ICMBio é parceiro, não está no nosso escopo a atuação em áreas estaduais. Então, nós podemos fazer frente, compondo um grupo, compondo uma força-tarefa para ajudar o Estado a resolver essa situação.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – obrigado, Paulo.

Vai anotando essas proposições, que a gente documenta no final.

Senhor Renê Luiz de Oliveira, que é o Superintendente do IBAMA aqui no nosso Estado.

O SR. RENÊ LUIZ DE OLIVEIRA – Muito boa tarde a todos, cumprimentando a Mesa e já antecipando, parabenizando a oportunidade, Deputado Lazinho e eu estou em Rondônia há 10 anos, e é a primeira vez que eu vejo um coro dessa forma pró unidade de conservação, que é pró meio ambiente. Como foi dito aqui diversas vezes, o povo da floresta, pela característica natural, através do extrativismo usar os recursos ambientais, naturais disponíveis ali, eles protegem a floresta porque é dali que tiram o sustento. Geralmente a gente vê o contrário, geralmente a gente vê discurso de que não há necessidade

mais de ter Unidade de Conservação, 'já estamos cheios de reservas'. Pelo dia dia nosso lá fora, pela mídia que a gente vê, a gente vê que não é bem assim. Os recursos naturais em outros Estados, em outros locais, por estarem diminuindo e acabando, as sequelas desse desastre está chegando cada vez mais. As condições meteorológicas, a briga da mãe natureza com o ser humano está cada vez mais evidente, cada vez mais desastres acontecendo.

Eu queria demonstrar um pouquinho da situação do Estado de Rondônia hoje e falar qual é o papel do IBAMA perante essa situação e perante a questão dos crimes contra a flora em geral, dentro e fora de Unidade de conservação.

Rondônia tem uma característica um pouco diferente de outros Estados da Amazônia, pelo tamanho das áreas desmatadas. A gente vive num Estado onde o avanço da pecuária é visto diariamente, recursos e mais recursos direcionados para a atividade pecuária, principalmente, e atrás da pecuária, grandes culturas. Tudo isso é necessário para o ser humano, sem dúvida alguma. Ninguém discute isso. Eu como carne, alguns não comem, eu como. Entretanto, a forma dessa ocupação, a forma que vem acontecendo, esse desenvolvimento entre aspas, como é dito por aí, não vai trazer o benefício mesmo aos próprios produtores. A gente não vê a forma que isso vai trazer benefício. O benefício é momentâneo.

Hoje em dia, só para deixar claro aqui aos senhores. Do desmatamento que acontece no Estado de Rondônia, uma média dos últimos anos, desmatamento a corte raso, que é abertura completa da área, principalmente para transformação em capim, 25% deles acontecem dentro de assentamentos agrários.

Alguns com situação concreta, outros em fase; 0,5% desse desmatamento acontecem em terras indígenas, que tem um trabalho semelhante ao extrativismo, que eles também ocupam pequenos pedaços de área e isso vai, com o tempo, com os anos mudam aquela área. Depois, muito tempo depois retorna para lá e assim vai. É um uso sustentável daquele ambiente. 37% desse desmatamento ocorrem em áreas consideradas florestas públicas do tipo b. O que é isso? São aquelas áreas que são da União, que não foram destinadas ainda, que não foram transformadas em Unidades de Conservação, em assentamentos ou outra destinação. São áreas de domínio da União. O grande problema da Amazônia, a gente sempre diz, é a situação fundiária, porque pela ausência dela as pessoas se escondem, porque não sabem quem é o responsável por aquele desmatamento. Anos para descobrir quem é o responsável por aquele crime ambiental, por aquele dano. 20% desse desmatamento que acontece no Estado de Rondônia ocorrem dentro de Unidades de Conservação. Esse número é extremamente grave; 20% do desmatamento ocorrem numa área que jamais poderia ter desmatamento o corte raso.

Os extrativistas que utilizam pequenas áreas, isso não é danoso. Isso é para subsistência das pessoas, dos senhores e senhoras aqui dentro. O desmatamento que eu estou dizendo aqui é para pecuária, para criar boi, e como já foi dito aqui, não é o extrativista que cria boi. Desses 20%, apenas 2% disso ocorrem em Unidade de Conservação Federal, apenas dois, e uma das áreas mais graves é a Resex Rio Ouro Preto lá em Guajará-Mirim, é uma das áreas que mais chamam atenção, justamente pela problemática ainda fundiária que está passando, está um trâmite e creio que daqui a pouco se deva resolver.

Esses outros 18% digo aos senhores com muita dor no coração ocorrem dentro da conservação do Estado, dentro de unidades de conservação do Estado. E a pior delas hoje foi dita com muita propriedade aqui pelo senhor Antônio Teixeira, dentro da RESEX Jaci-Paraná, parece que depois que houve a desafetação da Floresta Nacional do Bom Futuro em 2009, olharam com bons olhos para aquela grande área da RESEX de Jaci-Paraná, muitos chamam de Minas Novas, e resolveram transformá-la numa espécie de ex-flona, de nova APA, Área de Proteção Ambiental que na realidade não comporta nem o que tem lá hoje de atividade, criação de boi daquela forma, quem que sai beneficiado com isso? Constantemente a gente discute nas nossas reuniões dessa problemática. Em 2011, o IBAMA deu um apoio a SEDAM, nós fizemos uma grande operação lá de seis meses, dentro da Resex de Jaci-Paraná, talvez foi a última grande operação que aconteceu lá dentro em 2011, quatro anos, repercutiu? Com certeza, ajudou? Sem dúvida alguma, mas e aí, enquanto são cinco, dez gritando, são mil do outro lado gritando mais, dizendo que não, que aquela área lá tem que ser transformada em área comum de uso, vamos desafetar, vamos transformar em área particular, isso não está correto, isso é um afronto direto ao estado democrático de direito, como foi dito agora pouco aqui pelo Fábio. Quando nós somos, nós, eu digo nós IBAMA, responsabilizados pelos crimes ambientais que ocorrem no Estado, que por incrível que pareça se aumentar o desmatamento aqui Deputado, a culpa é do Renê do IBAMA, é assim que é visto lá fora, como se a gente não tivesse fazendo a nossa parte. Como foi dito aqui também, dos diversos outros órgãos que eu comungo da mesma teoria, que se aumentar o desmatamento aqui no Estado, a culpa é do Coronel Wilson, do Sales, e do Coronel Torres a frente do BPA. Como se nós, não estivéssemos fazendo a nossa parte, será que é bem isso? Ou será que não, ou será que nossa força, não é suficiente para está lutando dessa forma? O IBAMA tem trinta fiscais no Estado, recebo um aporte mensal de servidores de outros Estados para poder está operando. E somos no Estado com esse minúsculo número, somos um dos Estados entre os cinco que mais lavram multa no país, multa resolve o problema? Não, não resolve o problema, por quê? Porque dentro de um processo administrativo, isso é moroso, não nós; como saiu na mídia aí reclamando que a multa aplicada a SAMARCO em Minas Gerais, duzentos e cinquenta milhões de reais, que aquilo é inferior aos danos ambientais, jamais uma multinha dessa pequeninha, que a empresa tinha que pagar muito mais, e que ela vai protelar, protelar e nunca vai pagar essa multa, que o processo vai prescrever e outras coisa como dizem por aí a fora. A multa é uma sanção, é uma pena aplicada administrativa por um crime ambiental, paralelo a ele, têm várias outras sanções aplicadas e uma dela é obrigatoriedade de reparação do dano ambiental, que é o mais importante de todos que é onde o Ministério Público aqui presente, talvez mais briguem pela questão da responsabilidade cível daquilo, que é a reparação do dano, quem comete um crime ambiental, tem que reparar de alguma forma. Dentro da Resex de Jaci-Paraná, não é Doutora Aidee, nós temos diversos processos judiciais para a retirada do boi lá de dentro, que foram alguns deles embasados em alto de infração do IBAMA, pela obrigação de reparar aquele dano. Agora, como o Paulo disse agora

pouco aqui, e digo da mesma forma um aqui sozinho, um ali sozinho, outra lá, não adianta, nós somos muitos poucos a frente de um grande problema como esse, aqui nós estamos tratando de um problema que ocorre dentro de uma área de conservação, de reserva extrativista. O Estado de Rondônia, como um todo, tem problemas seríssimos, seríssimos, seríssimos e instituições pequenas pouco preparadas para atuar a frente disso tudo, cobrança nós recebemos, fazer a nossa parte nós tentamos constantemente. Só que muitas vezes a gente esbarra não no querer, mas no poder, no que eu posso trabalhar naquele sentido, enquanto eu estou lhe dando atenção, que a Polícia Ambiental está dando atenção aqui, aqui atrás está acontecendo dano, enquanto tem uma equipe atuando na Resex de Jaci-Paraná, no Rio Preto Jacundá a coisa está acontecendo e assim sucessivamente, não apenas dentro de área protegida, mas em todas as áreas. Todas as terras indígenas do Estado de Rondônia estão com problemas ambientais e a maioria delas relacionadas ao furto, furto de madeira, esse é o nome, furto, todas elas. Unidade de Conservação, a sua grande maioria sofre problema ambiental, o que eu vejo para tentar até direcionar um pouquinho aqui mais Deputado, é e participar. A função do IBAMA hoje dita em Lei é para atuar em áreas consideradas federais e subsidiariamente ou supletivamente em áreas de responsabilidade do Estado. A responsabilidade em unidade de conservação do Estado, obrigatoriamente é do Estado, só que o IBAMA não é passivo quanto a isso, o que a gente poder fazer para auxiliar, para tentar minimizar esses discursos que nós ouvimos aqui, sinceramente eu me emocionei aqui e muita vezes já conversamos sobre isso, não é Elizeu, vendo a dor, o sofrimento dos senhores que são extrativista, que utilizam a floresta de uma forma sustentável, que vai garantir par todas as crianças aqui caso não invadam, não tomem, não transforme aquilo em pasto, que benefício nenhum os senhores vão ter, nem vender essas terras os senhores terão esse benefício, como a gente tem ouvido de vez em quando isso aí, são aliciados a ponto de vender, com os indígenas também, são aliciados a ponto de vender, que os madeireiros estão lá pressionando.

Têm alguns pessimistas, eu não sei se é verdade ou não que dizem que em cinco anos talvez a gente não tenha mais madeira no Estado de Rondônia para manejar, não sei se é verdade isso aí, mais é triste de ouvir, porque o próprio madeireiro não está pensando nele, o empresário tem que garantir a sua matéria prima, daqui cinco anos não tem mais, o que ele vai fazer? Vai falir? Vai mudar de ramo, ou vai fazer igual gafanhoto, vai sair dessa área aqui e vai para o Amazonas, como já vem acontecendo, já está acontecendo, quer dizer, só vai comendo. O grande receio de uma Instituição Pública Federal como o IBAMA, responsável por uma boa parte do licenciamento na Amazônia, como a questão da BR 319 que é extremamente crítico o que a gente ouve, é fundamental para o desenvolvimento dos Estados e não se discute isso.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Tempo Renê.

O SR. RENÊ LUIZ DE OLIVEIRA – Tá. Entretanto, se não fizer de uma forma bem feita, infelizmente o dano ambiental vai ser irreversível. Então, o que eu digo aqui aos senhores e me comprometo como Superintendente do IBAMA aqui Deputado,

a unir forças e sair daqui se for o caso unindo forças, nós somos poucos, mais podemos ser prioridades em alguns momentos. O que for considerado mais grave, nós temos que está atuando e pelo discurso aqui eu estou vendo que a situação está seríssimas nessas unidades e fico a disposição. Obrigado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado Renê, Dra. Gisele Dias de Oliveira, Procuradora do Ministério Público do nosso Estado, Federal e Rondônia.

A SRA. GISELE DIAS DE OLIVEIRA – Bom, cumprimentando todos os presentes, membros da Mesa, as autoridades presentes, principalmente os moradores das Reservas Extrativistas do Estado de Rondônia, meus sinceros cumprimentos. Bom a gente ouviu aqui muitos reclames dos moradores das Reservas Extrativistas, muitos até emocionados, todos que enorme razão de estarem pela situação grave que estão vivenciando atualmente, são pessoas que estão cumprindo a Lei, elas praticam o manejo desses locais de maneira, como está estatuída na Lei, são pessoas que preservam o meio ambiente, praticam o sustentável do meio ambiente, são responsáveis pela preservação desse meio para presente e futuras gerações. E nos entristece que essas pessoas estão sendo ameaçadas, passando por esses momentos críticos da vida por pessoas que estão a margem da Lei, pessoas realmente criminosos que estão colocando em risco a vida dessas pessoas que estão realmente colaborando para que a floresta fique em pé, porque o manejo sustentável, o uso sustentável das reservas extrativistas é sim a pessoa, os moradores se “sustentarem”, os ribeirinhos, as populações tradicionais e ao mesmo tempo preservar o meio ambiente que ali eles moram, que é a casa deles como a gente ouviu aqui várias vezes, várias pessoas falando que as reservas extrativistas são a nossa casa. Pois bem, o que me preocupa muito atualmente, foi até chamada atenção por um dos representantes que aqui falou, seria o empreendimento hidrelétrico que está para ser instalado, está em estudos, mais muito possivelmente vai ser empreendimento hidrelétrico que vai ser instalado lá na localidade de Tabajara, próximo a Machadinho d'Oeste e Cujubim, que é uma localidade que ocupa dezesseis unidades de conservação do Estado de Rondônia. Então, é um empreendimento que certamente impactará diretamente e indiretamente todas as reservas extrativistas, todas as unidades de conservação que estão naqueles, naquele local. Naquele local existe aproximadamente como eu já falei 16 Unidades de Conservações, algumas que são unidades extrativistas que são as pessoas que estão representadas pelas pessoas aqui presentes e a preocupação do representante que falou aqui, ela é completamente fundada e eu sou e eu posso falar com certeza para vocês que nenhum local do Brasil em que esteve uma instalação de um empreendimento hidrelétrico, a população que foi atingida, não existiu uma possibilidade de pessoas que não foram diretamente atingidas e não foram reparados o dano. Isso não existiu, apesar de nós reconhecermos que o Brasil precisa ter potencial de energia elétrica, enfim, para mover a economia, enfim, todas as necessidades humanas. Mas nós sabemos que impacta diretamente as comunidades atingidas, tanto diretas como indiretamente e causa todo esse caos que nós já vimos esse filme passar várias vezes tanto aqui em Porto Velho, como em

Belo Monte, em vários locais tanto no sudeste e sul do país. A preocupação do Ministério Público Federal e o que ele se compromete aqui é acompanhar de perto todo esse impacto desse grande empreendimento, acompanhar todas as etapas do licenciamento ambiental, enfim, todos os danos que puderem ser evitados nós vamos batalhar para que eles sejam evitados e, os que não puderem ser evitados, para que sejam compensados e mitigados para que, pelo menos nós poderemos evitar que essa catástrofe seja tão grande. Porque eu nunca vi um local que tenha um empreendimento hidroelétrico em que não existam mazelas sociais que ficam pendentes, como é pendente até hoje de Samuel. Eu fui a uma Audiência Pública faz mais ou menos uns quinze dias, e que existiam condicionantes da Usina de Samuel que não tinham sido implementadas ainda. Quanto tempo faz? Acho que mais de década que a Usina Samuel está funcionando. As do rio Madeira atualmente, nós vimos que tem sérias condicionantes que estão sendo inclusive cobradas na justiça pelo Ministério Público Federal em conjunto com o Ministério Público Estadual, que não foram cumpridas. Nós também temos várias pessoas atingidas por barragens que até hoje não tem um lugar para morar, pessoas que não recebem, foi tirado todo o seu ambiente de trabalho, atividade pesqueira, por causa de todo o impacto ambiental que causa esse tipo de empreendimento. Bom, então o que nós podemos dizer para vocês, nos comprometer, é que nós vamos batalhar firmemente para que a lei ambiental seja cumprida em seu rigor e as compensações ambientais e sociais sejam cumpridas para que nós possamos aliviar a dor do povo de Rondônia. Bom, essa é a minha manifestação.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Muito obrigado Dra. Aídee Maria Mozart, se quiser falar daí pode falar, se quiser usar lá a tribuna, fique a vontade. Promotora de Justiça – Curadoria do Meio Ambiente.

A DRA. AÍDEE MARIA MOZART – Excelentíssimo Senhor Deputado Lazinho, na pessoa de quem cumprimento todos os integrantes da Mesa; representante de todos os Extrativistas do Estado de Rondônia e a qual eu quero prestar uma homenagem apesar da sua ausência, ao seringueiro José Maria, ele que foi um dos precursores desse movimento aqui no Estado, hoje impossibilitado pela doença de continuar à frente desse movimento, mas a ele, eu presto as minhas homenagens. Demais autoridades presentes, senhoras e senhores.

Inicialmente eu parabenizo a iniciativa do Excelentíssimo Deputado Lazinho, de trazer para discussão, a situação grave por que passam as comunidades extrativistas e aqui temos a oportunidade de discutir e defender a manutenção desse povo que é muito esquecido e frequentemente alijado de suas próprias terras. Em nome do crescimento do Estado de Rondônia que basicamente hoje reconhece como atividade rentável o agronegócio e a pecuária. Muito se destaca sobre a colonização do nosso Estado, normalmente quando falamos na colonização, em muitos discursos, já ouvi inclusive nesta Casa se dar o destaque a partir da década de 70, quando vieram os agricultores do sul, do qual eu também sou originária, e que lá eu também presenciei o quanto lá foi desmatado e hoje, há trinta anos que estou em Rondônia, eu vejo muitos, inclusive da minha cidade estar aqui, praticando o mesmo tipo de

exploração predatória do meio ambiente. E, hoje eu pensei que poderia vir aqui falar das inúmeras ações que o Ministério Público já propôs, inclusive queria aproveitar aquela imagem que estava aí, da RESEX de Jaci-Paraná e só dizer que desde 2004 que nós temos decisões e não só uma, contra o Estado de Rondônia, para que ele fizesse a preservação dessa reserva de Jaci-Paraná. Quer dizer, já se passou tantos anos e nós continuamos aqui, descumprindo decisão judicial e fortalecendo a pecuária, porque lá ninguém reside, só existe hoje lá que não sejam os poucos seringueiros que sobreviveram, só existe é muito boi e isso a gente tem batalhado muito para resolver essa situação e agora, nessa gestão atual do governo, temos então, a parceria do Estado, junto com o Ministério Público, coisa que até então nós não tínhamos conseguido, nessa, nesse embate que nós conseguimos recuperar essa área da reserva de Jaci-Paraná. E, pensando nisso, eu fui buscar um pouquinho na história do Estado e, para minha surpresa eu pesquisando me surpreendi que os Seringueiros que chegaram ao nosso Estado eles vieram por volta de 1.794. Quer dizer, nós não podemos desconhecer e só reconhecer que esse Estado ele realmente teve o progresso e a colonização a partir da década de 70 como se propaga. E também me chamou a atenção que a primeira leva de Seringueiros que vieram para cá, lógico que atraídos pela seringa, se instalou no Vale do Jamari e que hoje é o município de Ariquemes. Eu me surpreendi muito com essa data, e também depois deste período 1.870 também foi um grande marco de vinda de Seringueiros para a Amazônia e que então a partir de 1.870 se consolidou a prática da exploração de seringa na Região Norte. Quer dizer, nós temos essa população toda, seja não só para valorizar aos senhores que hoje tentam sobreviver desta atividade tão nobre, mas também o respeito pelos seus antepassados que aqui chegaram, e imagina o quanto que lutaram para conseguir estabelecer em uma região tão inóspita, imagina naquela época. Então eu gostaria de destacar que nós temos que pensar um pouco na valorização das Comunidades Extrativistas, e dando a ela o valor que ela merece. E a Amazônia então ela, nós tivemos um grande avanço que foi a partir da década de 1990, quando o Estado buscou junto a União os financiamentos do banco Mundial. E hoje eu pergunto como é que nós vamos responder ao banco Mundial o tamanho, a quantidade do dinheiro que para aqui veio para serem criadas as Reservas, não só as Extrativistas, proteção integral, desenvolvimento sustentável. E hoje nós não temos implementado nem o primeiro, o zoneamento socioeconômico naquela época financiado. Já estamos tratando em uma primeira aproximação que jamais foi implementado, estamos falando uma segunda aproximação, que eu não vejo sentido para quê. Quando nós não tiramos do papel nem a nossa lei originária que é a lei do zoneamento socioeconômico. Acho que na defesa desta luta dos Seringueiros especialmente, muitos já morreram, poucas dessas mortes realmente foram investigadas, apuradas, e os seus responsáveis condenados. Outro fato que eu gostaria de ressaltar e de valorizar essa comunidade, é que o que nós temos ainda de floresta nessas Unidades de Conservação é realmente pela presença das comunidades tradicionais, porque se nós não tivéssemos as comunidades lá dentro ainda, por mais frágeis que os senhores se encontrem lá, mas é isso que faz a nossa floresta ainda estar de pé. Infelizmente a política

empregada para o desenvolvimento do Estado de Rondônia está fortemente atrelada à monocultura e a pecuária. Hoje a soja entra no Estado com toda força e a pecuária então já está mais do que ali estabelecida, esse nem a soja e nem a pecuária geram renda, emprego, e renda para poucos, emprego para poucos e de forma alguma essas duas atividades que são tão defendidas, elas trazem qualquer benefício a comunidades tradicionais, muito menos pela manutenção delas. Além de outras complicações que elas trazem. A soja hoje, o Estado de Rondônia hoje é o segundo maior consumidor de agrotóxicos da região Norte, sendo o Brasil o primeiro do mundo, e tudo em razão da soja. A soja no Estado ela necessita de uma grande quantidade de agrotóxico porque não se desenvolve outras técnicas e nós temos ali o grande mercado, o grande lobby dos produtores de agrotóxicos e nós já estamos sentindo isso.

Outro fato a pecuária ela causa desertificação das nossas terras. Nós temos já grandes áreas na Amazônia desertificadas pelo desmatamento. Então nós temos a obrigação de manter ao menos as nossas Unidades de Conservação criadas com dinheiro que nós fomos buscar fora do Brasil, e que veio, e que nós temos esse compromisso e ao menos dar uma resposta de manter as nossas Unidades. O Ministério Público tem batalhado muito pela preservação das Unidades de Conservação. Nosso papel nós não fazemos uma divulgação, mas temos ação em todas as Comarcas onde tem Unidade de Conservação nós estamos presentes e judicializamos sim até para dividir com o Poder Judiciário a responsabilidade quanto à preservação.

Eu gostaria de destacar nesse momento o trabalho do Batalhão Ambiental sim, é um Batalhão que tem 170 e poucos policiais para todo o Estado, realmente não tem a menor condição de ele exercer a contento, a proteção não só do meio ambiente, mas também da preservação das comunidades lá, reconheço que todas as reclamações e todos os protestos são legítimos e por isso que nós temos que mudar esse cenário no Estado. Não é possível que essa classe pecuarista e do agronegócio seja tão importante ou mais importante do que a manutenção das comunidades tradicionais do nosso Estado.

Nós não podemos repetir o que nós vemos em outros países, em outros Estados que é realmente vê as comunidades tradicionais e a população principalmente indígena, dizimadas.

Nós temos hoje Estados que ninguém nem fala em índio e ao contrário o índio é tido como preguiçoso; comunidades tradicionais nem se perguntar ninguém nem sabe o que é, e na realidade o Brasil ele tinha comunidades tradicionais em todos os Estados, nós temos que batalhar pela sobrevivência das nossas comunidades.

Eu gostaria de, não vou me estender, gostaria de fazer logo umas proposições e encaminhamentos à Mesa, mas antes gostaria de agradecer a oportunidade de que o Ministério público sempre possa e sempre convidado para ter voz nesta Casa de Leis demonstrando a grandeza do debate e esse debate sempre se faz quando há conjugação de esforços entre quem elabora o texto legal que é realmente a Assembleia Legislativa seja Federal, ou seja, Estadual e quem tem o dever de fiscalizar que é o Estado e sempre imbuídos em benefício do destinatário do bem maior e da proteção do nosso meio ambiente das comunidades que hoje aqui estão que eu me surpreendi inclusive com o grande número que vieram aqui prestigiar esse

momento tão importante. Acho que essa discussão vale, eu não acredito que essa discussão ela deve caminhar para incitação da violência, nós temos que fazer diferente, nós não podemos responder à altura de quem vive a margem da lei, do bandido, nós temos que buscar a legitimidade da nossa luta na legalidade e realmente pressionar todos aqueles que têm o poder de decisão a não só a editar leis realmente cada vez mais severas como também o Poder Judiciário de agilizar o seu julgamento sempre em benefício dessa classe que é tão realmente, tão esquecida e tão fragilizada.

Eu vou fazer um encaminhamento, o primeiro encaminhamento que eu faço como proposição é que realmente saísse daqui uma proposição ao Governo do Estado de Rondônia para o fortalecimento do Batalhão de Polícia Ambiental, não é possível ouvirmos isso eu já escuto, ao menos eu estou já em Porto Velho só na área ambiental há 20 anos eu escuto o mesmo discurso, não temos efetivo, isso não é mais possível, o Ministério Público ajuizou uma ação contra o Estado para estruturar não só o Batalhão Ambiental como toda Polícia, mas nós não podemos esperar, a nossa causa ambiental ela tem prioridade sim. Então, eu faço esse encaminhamento que saia como encaminhamento ao governo que realmente faça e dê prioridade ao fortalecimento do Batalhão Ambiental. Não é possível combater o crime organizado no interior das nossas unidades de conservação com efetivo que se tem.

Outra proposição que eu faço e peço as minhas desculpas por aproveitar deste momento, mas a Assembleia Legislativa no passado ela por Decreto Legislativo ela revogou o Decreto que criou a Unidade de Conservação em Jaci-Paraná. Nós ajuizamos uma Ação Civil Pública, uma ação, perdão de Arguição de Inconstitucionalidade, temos uma liminar que suspendeu os efeitos desse Decreto Legislativo e estamos aguardando o julgamento do Tribunal de Justiça. Eu proponho que esta Casa de Leis não aguarde a decisão judicial e revogue a decisão em suas sessões, porque eu não tenho a menor dúvida que judicialmente nós vamos obter êxito na revogação desse Decreto Legislativo. Até porque não se extingue uma Unidade de Conservação por Decreto Legislativo. Então, além do vício formal, nós não podemos ter o retrocesso de ver uma Unidade ser extinta dessa maneira.

Gostaria de registrar que especialmente na Reserva Jaci-Paraná temos lá sim, mais ou menos umas 80 famílias que realmente vivem da agricultura familiar e que realmente elas não causam dano à proteção das florestas da Reserva Jaci-Paraná. Por outro lado, nós temos lá 44 mil cabeças de gado, isso contado em 2013, e que agora, esta semana, nós fizemos uma verificação porque ajuizamos ação, temos a condenação de Estado para fazer a desintrusão que já temos o compromisso do Secretário e ele fará a desintrusão sim, o que está dependendo só realmente também de estrutura para isso, porque não é pouca coisa. Mas o Ministério Público ajuizou as ações individuais, contra cada criador de boi dentro da Unidade.

O que é que nós comprovamos? Ninguém reside lá dentro, que tem boi. Todos são empresários ou pecuaristas, mas que fazem da Unidade somente um local para exploração da pecuária. Ninguém foi encontrado lá. Até pista de pouso clandestina tem. Encontramos mais ou menos, grandes empresários, mais ou menos 07, 08 grandes empresários de Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo, dono de concessionária

de veículos que tem boi dentro da nossa Reserva Jaci-Paraná, que nunca pisaram em Rondônia. Não é possível que esse povo que não vem aqui nem para comprar nossa água, porque nós encontramos, inclusive lá, água de beber de frasco, que não é daqui, que só vem aqui, talvez, para verificar como é que está o seu capataz cuidando do seu boi. Não gera emprego, não gera renda, não gera nada para o nosso Estado. Como é que nós estamos protegendo e dando, enriquecendo essas pessoas? Então não é possível nós, eu, a Reserva Jaci-Paraná, pra mim, assim, é uma grande demonstração de todos os Poderes, do fracasso. É do Judiciário, apesar de nós termos decisões judiciais, ele não faz valer a sua decisão. Do Estado que tem liminar desde 2004, onde nós tínhamos lá pequenos pontinhos.

E desta própria Casa que extingue a Unidade. Extinguir a Unidade para quem, a quem? Eu estou fazendo essa reflexão para os senhores. A quem que interessa a extinção da Reserva Jaci-Paraná?

A outra proposição que eu faço já em vazão da Reserva Jaci-Paraná é que nós não podemos proibir a vacinação do gado que está em área ilegal. Ele está em área proibida, mas nós podemos dificultar e tornar público esta situação. O Ministério Federal tem já uma experiência com os frigoríficos de que eles não podem comprar boi criado em área proibida. Então eu faço mais um encaminhamento. Esse encaminhamento eu faço para que toda a programação de vacinação seja acompanhada pelo Idaron e que todo animal vacinado seja marcado como estando dentro de uma Unidade de Conservação. Acredito que com essa atitude eles não vão ter para quem vender o boi. Porque aí nós podemos trabalhar novamente em parceria com o Ministério Federal e proibir a venda, a compra e a venda desses animais.

Outro encaminhamento que eu faço é para que o Estado faça, acredito que a iniciativa tem que ser do Estado, do Poder Executivo do Estado, mas que ele proponha uma legislação mais rígida no momento da constituição de empresas do ramo madeireiro. Porque nós temos hoje grandes madeireiras cujos sócios ocultos, denominados laranjas, e cujos sócios de fato, nós não conseguimos identificar. Nós temos inúmeras ações ajuizadas e para nossa surpresa quando o nosso réu aparece, vem assim, uma senhora que nem é fato concreto, ela é dona de uma madeireira, ela tem 86 anos que jamais ela soube que ela era dona da madeireira. Então, nós temos que ter uma legislação mais rígida no momento da constituição dessas empresas, no momento do licenciamento a SEDAM, tem que obrigatoriamente e a Junta Comercial do Estado, e todos os envolvidos na constituição de uma empresa no ramo madeireiro; tem que identificar seu sócio. Eu acredito que de 2010 para cá, nós temos mais de cem processos a autoria cujos réus são laranja, e infelizmente nós estamos insistindo nas condenações dessas pessoas porque alguém para alguém foi dado o documento ou de repente, quando a gente consegue provar que ela é uma laranja inocente, se pede a absolvição, mas com essa absolvição, nós estamos fortalecendo o crime organizado na indústria do furto da madeira e nas nossas unidades de conservação. Então, eu faço essas três proposições a Mesa, para que a gente consiga cada vez mais dificultar essa classe que chega ao nosso Estado, faz uma tremenda devastação, e aqui não deixa nada, nós vamos ficar com as mazelas. E acredito que Rondônia, vem de várias eras, nós já

tivemos a era do ouro que nada ficou aqui, a da borracha que nada ficou aqui, a última nossa agora são as usinas, que nada vai ficar aqui, e não é possível que nós continuássemos assistindo isso, tendo decisões que também não surtem efeitos.

E mais uma vez, então, eu gostaria de parabenizar ao Deputado Lazinho, por essa iniciativa, tendo a certeza de que a união de todos fará com que nós tenhamos resultados bem diferentes do que temos presenciado até agora.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado Doutora. Na realidade, nós estamos relacionando as proposições e a Doutora fez quatro proposições de suma importância, assim como todas as outras que estão saindo daqui, depois nós vamos relacionar como eu disse, vamos fazer um documento das proposições e vamos tentar fazer um acompanhamento do desenrolar das ações que possam resolver o problema.

Agora com a palavra o senhor Sales, representante da SEDAM e do Governo do Estado aqui presente, em seguida Doutor Neidson, e nós fazemos o fechamento.

O SR. FRANCISCO DE SALES OLIVEIRA – Boa tarde, na oportunidade trazer os cumprimentos do Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia. Justificar todos os Senhores a ausência por motivo de tratar sobre o clima, é assunto relevante ou de interesse de toda a comunidade ambientalista.

Hoje, ele participa e amanhã, desloca-se a Manaus para tratar do fórum de Governadores do bioma Amazônico. E na oportunidade o Governador acompanha o Secretário Vilson, porque há uma discussão muito grande para que se busque o máximo de informações voltadas ao bioma e todos os senhores têm conhecimento, que agora entre, o início de dezembro até o dia dez, vai acontecer 21ª Conferência das Nações para discutir com referências as mudanças climáticas. Essa é a justificativa que eu estou trazendo aos senhores para que possam entender que a ausência, não é ausência premeditada, mas é uma ausência de busca, de soluções aqui para que os compromissos para que a gente, os compromissos do nosso bioma. Na oportunidade, os nossos cumprimentos ao Deputado Lazinho, proponente dessa Audiência Pública; os nossos cumprimentos ao Deputado Dr. Neidson, que representa Guajará-Mirim, é um município forte, pujante e aonde tem mais de 90% das suas áreas preservadas; a doutora Gisele, Procuradora do Ministério Público Federal; Dra. Aídee, Promotora de Justiça da 6ª Promotoria e Curadoria do Meio Ambiente; ao Renê, os nossos cumprimentos representa o Superintendente do IBAMA; a Senhora Mari, Secretária Adjunta da SEAGRI; o Senhor Erasmo, Ouvidor Agrário Regional do INCRA; Ataíde, companheiro do município de Machadinho d'Oeste, Presidente do Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista; o Antônio Teixeira, Presidente da Organização dos Seringueiros do Estado de Rondônia e enfim, o Paulo Henrique, Coordenador Substituto do Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade – ICMBIO; demais representantes de Instituições; Polícia Militar; BPA, Ordem dos Advogados; SEDAM; EMATER; representantes de ONG's; Senhores e Senhoras. Eu tenho uma vida de 31 anos no Estado de Rondônia e 27 anos foram dentro do município de Machadinho d'Oeste e o nosso maior orgulho sempre foram as Reservas Extrativistas

e hoje como Secretário adjunto que hoje não só fica a Reserva Extrativista do município de Machadinho d'Oeste, são inúmeras unidades de conservação do Estado de Rondônia e que é o maior orgulho para o Estado de Rondônia, porque sem essas unidades, sem essa cobertura vegetal nós teremos consequências graves na questão das mudanças de clima. Temos consequências graves de recursos hídricos e sem recursos hídricos nós não teremos vida. E para todos aqueles que me conhecem, o meu trabalho no município de Machadinho d'Oeste como servidor público desde 1984 até 2011, onde tive a oportunidade de assumir não só o cargo diretamente ao Executivo Estadual, mas tive a oportunidade de ser Prefeito e ser Vereador. E quando Prefeito em 1996 que foi o meu último ano de mandato, os senhores podem levantar que já fazia denúncias da retirada de madeira ilegal da unidade de Conservação Rio Preto Jacundá, naquela época já se fazia retirada. Então, eu queria deixar claro a todos os senhores, eu não mudei o meu comportamento, é o mesmo, é o da verdade, da busca e primo pela justiça, e primo pelo direito, o direito do que tem e nós não podemos deixar acontecer o que está acontecendo hoje a devastação dentro das Unidades de Conservação. Deixando claro aos senhores que não é vontade do governo do Estado de Rondônia, o que o governador quer é o que os senhores querem também, ela tem que manter comunidade de conservação, temos que manter a cobertura vegetal e temos que trabalhar as áreas degradadas que já existem que são muitas, que a devastação todos os senhores tem conhecimento que ela não é uma devastação para o cultivo de fato de uma agricultura racional e sim de um desenvolvimento irracional, porque se os senhores chegando dentro dessas, de onde está sendo feito esses estrago, a gente ver milhares e milhares de árvores mortas. E não é vontade do governador. O Comandante do BPA está aqui, o representante também do Comando da Polícia Militar está aqui e eu tenho certeza e outros representantes aqui do governo do Estado que trabalham junto as Unidades de Conservação, como o Pitaluga, eu desafio qualquer um dizer que o governador pediu para abortar alguma operação ou algum trabalho voltado as Unidades de Conservação que não for simplesmente para defender o meio ambiente. Então, eu sim, eu queria deixar aos senhores que muitas vezes as pessoas, é o governo do Estado de Rondônia, mas o governo do Estado de Rondônia, Presidente Lazine, somos todos nós, é uma responsabilidade de todos nós, é um compromisso de todos nós e precisamos de fato unirmos forças, a Assembleia Legislativa, o Executivo e a sociedade como um todo e fazer defesa de fato, porque lá dentro tem pessoas, tem gente que precisa de viver, de criar e viver dignamente. E, portanto, eu queria deixar para os senhores, não é o Governador Confúcio ele quer que todos trabalhem, ganhem dinheiro, vivam em paz, desenvolvam riqueza inclusive, mas respeitando o direito de cada um. É dessa forma. Eu conheço o governador não é de agora, é de muitos anos, e a grande maioria dos senhores conhece, alguns, até muito mais do que eu, porque eu cheguei em 1994 e aqui ele já estava. Então, ele tem esse compromisso, esse compromisso em defesa do meio ambiente, do verde para o Estado de Rondônia, e as operações dentro da nossa unidade, elas continuam. Talvez possam não estar dando respostas à altura, para que venham atender de fato aos interesses, mas

está saindo operação todos os dias e a obrigação de todo aquele servidor, ou da polícia militar ou do nosso órgão ou de outras instituições é para fazer o combate ao crime que possa encontrar na sua frente. Gastamos muito com diárias e mesmo diante dessas dificuldades, sem orçamento, sem financeiro, mas quando vamos a SEPOG ou a Secretaria de Planejamento buscar o recurso necessário para pagar as diárias, elas não são negadas. Então, o governo tem colocado toda a sua força, todo o seu poder, justamente para combater esses crimes. O nosso atual Secretário, o titular, o Coronel Vilson, confiem nele, ele está fazendo um trabalho comprometido com os senhores, em defesa do meio ambiente. Ele está tomando todas as providências necessárias para que de fato a gente, que se possa ter uma instituição digna, em defesa das questões ambientais. No ano de 2014, pelo menos o René está aqui, não é coisa, não é nada de esconder, na verdade, foi liberada em torno, mais de cinco milhões de metros cúbicos de madeira.

Legal ou ilegal, virtual, mas essa é a verdade que circulou no Estado. Até então, foi liberado um milhão e seiscentos. Então, esse papel, ele está enxugando no mercado, a cada dia. Mas entendemos também, que a madeira, ela está concentrada é nas unidades de conservação ou nas áreas indígenas, e vai chegar o momento em que não vai ter de fato, ter madeira para se trabalhar. Então, todos os cuidados estão sendo tomados, sendo regulamentados dentro da instituição, para que a gente possa ter uma instituição forte e possa prestar de fato, um trabalho melhor para toda a sociedade. Não está inerte.

Não está se fechando aos olhos absolutamente a nada.

Estamos buscando toda a força, todo o poder, todo o conhecimento, respondendo a todas as denúncias e, tomando as providências necessárias para o combate do crime. Agora, é difícil. É necessário René, Ministério Público Federal, Estadual, Polícia Ambiental, Polícia Militar; que muitas vezes o efetivo da Polícia Ambiental diminuiu, mas hoje nós fazemos, utilizamos Polícia Civil, utilizamos outros batalhões como a COE no apoio ao combate do crime organizado. Mas eu teria assim, uma preposição senhor comandante, para que o senhor pudesse levar também ao comando geral. Hoje a PRF, ela, a Polícia Rodoviária Federal, ela faz um trabalho muito forte. Ela tem também coibido os crimes que passam ao longo das BR's. Que também, a Polícia Militar, independente do BPA Ambiental, que pudesse, todos os, por exemplo, dentro dos municípios que também comessem a trabalhar o processo de, por exemplo, de acompanhamento, e algumas fiscalizações, no transporte, principalmente ilegal de madeira. Principalmente quando se identifica suspeitos. Talvez não se possa aplicar a legislação, mas ali pode fazer a comunicação ao escritório mais próximo ou ao BPA, e aí faz os procedimentos legais. Isso ajuda muito, se porventura houvesse essa participação.

Então meus senhores, aqui fico com as minhas palavras e assumindo um compromisso, que vamos continuar fazendo o nosso trabalho com mais segurança, regulamentando todos os processos para que a gente de fato possa contribuir e possa erradicar os crimes ambientais no Estado de Rondônia. Agora a SEDAM, sozinha não é possível resolver o que está acontecendo no Estado, nós precisamos do apoio da sociedade ela como todo. Precisamos mudar a cultura, derrubar, desmatar, criar boi, do sistema extensivo como tínhamos na década de 1970, de 1980 ela não existe, ela não cabe mais ao Estado de

Rondônia. Inclusive, Deputado Doutor Neidson, nós sentamos com o governador essa semana e ele preocupado assim e levamos para ele que os municípios que preservam como Guajará-Mirim, como Costa Marques, são municípios que sofrem. Principalmente Guajará-Mirim que tem 93% da sua cobertura vegetal ou mais de 90% da sua cobertura vegetal.

Que a gente encontrasse brecha na legislação para que a gente pudesse melhorar o ICMS, ICMS verde. É necessário, porque se você se faça uma comparação com o município de Guajará-Mirim e o município de Jaru que tem mais de 80% da sua área desmatada. Você chega hoje em Guajará-Mirim as condições de vida da população é muito diferente, é mais sofrida.

Então nós temos uma equipe, um grupo que estamos sentando na SEDAM, vamos sentar com a SEFIN e gostaríamos de contar com o eu apoio e com o apoio aqui do Presidente desta Audiência Pública para que a gente possa trabalhar de uma forma a melhorar o ICMS aqueles municípios que tenham a sua cobertura principalmente original, intacta, que é o caso de Guajará-Mirim, Costa Marques e outros municípios ao longo do rio Guaporé. Então essas são as nossas palavras e continuem confiando no governador que ele não está omissa nessa causa.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado Sales.

Elizeu? 10 segundinhos para eu passar para o Doutor Neidson.

O SR. ELIZEU BERÇACOLA – Senhores, a fala do senhor Sales contempla o governador em dignidade e a pessoa dele também.

Mas é uma demonstração clara de que o crime organizado está mais poderoso do que o governo, ficou claro para nós a fraqueza, e vou dar prova disso para que o Deputado Lazinho possa fazer encaminhamentos futuros com forças federais. O Alcântara é um Policial Militar e outro companheiro que atuava conosco na Polícia de Machadinho D'Oeste foi morto em plena cidade de Machadinho tendo uma viatura desmanchada na bala 7625.56,9mn.40, mais de 70 tiros deflagrados contra a viatura de dois companheiros nossos da Polícia Militar. Então a Polícia Militar nesta Casa ela é tratada com a dignidade que merece da nossa parte, são irmãos, mas estão sendo colocados também contra nossa irmandade. O governo precisa admitir a sua fragilidade institucional e pedir forças federais no caso da propositura que está na carta fraterna. Obrigado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado Elizeu. Deputado Doutor Neidson.

O SR. DR. NEIDSON – Realmente o que nós vimos hoje aqui nessa Audiência Pública é uma sensação real aqui de insegurança. Principalmente nessa reserva que é Rio Preto Jacundá, no qual as pessoas muitos reclamavam até de possíveis confrontos armados para defender as suas terras e para defender uma coisa que é nossa, que é nossas Reservas.

Então Deputado Lazinho, nós temos também aqui só temos um Vereador que é o Clê Gonçalves, lá de Costa Marques, que morou também lá em Guajará-Mirim. Nós temos a omissão aqui também dos Poderes Municipais aqui das Prefeituras dos Municípios. Porque nós temos o ICMS ecológico que é comumente chamado como o ICMS verde que é 5% do ICMS arrecadado destinados aos municípios em área de preservação

no qual as Prefeituras têm também de fazer investimentos para preservar o meio ambiente e conservar essas Reservas.

Então aqui nós não temos nenhum, tínhamos um Prefeito.

Parabenizar aqui o Vereador Clê por estar aqui presente.

Que nós possamos Deputado Lazinho pedir informações aqui pelas Comissões Pertinentes, Direitos Humanos, Fiscalização e Controle, desses municípios que são beneficiados com esse ICMS Ecológico no que eles estão investindo nos municípios para preservar essa natureza que está sendo devastada.

Também fica outra, a primeira seria essa, fica outra aqui também pedir por uma Força Tarefa, porque sabemos que o efetivo da polícia militar é muito reduzido e a polícia ambiental faz parte da polícia militar. Então nós pediremos aqui também, através dessa Assembleia Legislativa uma Força Tarefa para que possa atuar rapidamente, principalmente no Rio Preto Jacundá que foi o mais, as pessoas que mais reclamaram aqui foram sobre essa Reserva de Machadinho d'Oeste, mas que não seja uma força tarefa de um momento só, que possa ser realmente aplicada várias vezes enquanto necessário e que se aumente, nós vimos aqui uma deficiência na fiscalização.

Às vezes a Lei de Responsabilidade Fiscal nos atrapalha, atrapalha o governo também para que possam realmente realizar essas fiscalizações pelo efetivo que lhe são pouco, mas vamos pedir através desta Casa essa força tarefa para que possamos também tentar dar uma, diminuir esses problemas e aumentar a fiscalização nessas reservas. Nós temos aí o Rio Ouro Preto, as reservas de Guajará-Mirim são 93% de reserva que é responsável pela metade das reservas aqui do Estado de Rondônia, felizmente, nós não temos esses problemas aí por enquanto lá naquela região, mas se continuar da forma que estão colocando essa devastação da natureza aí, provavelmente daqui alguns anos possa se alongar até aquele município. Então é melhor prevenirmos já o mais rápido possível e tentar ajudar o mais breve possível essas pessoas que estão sendo aqui até ameaçadas de morte.

Obrigado Deputado e parabenizá-lo também por essa grande atuação que tem feito aqui nesta Casa de Leis que vem realmente trabalhando pelo anseio da população do nosso Estado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado Nobre Companheiro. Nós estamos fazendo a redação final ali do documento, do Termo de Compromisso, já está sendo colocado lá a força tarefa, está sendo colocada também a proposição do encaminhamento junto a Polícia Federal em Brasília, como propositura aqui e as outras propostas que saíram.

É importante salientar que no dia que eu fiz a reunião com a OSR, eles disseram: “Deputado você vai mexer numa caixa de maribondo e que essa caixa de maribondo não dá muito voto não”.

Eu quero afirmar para vocês que o nosso mandato não foi construído pensando em solucionar problema pelo fim finalmente somente do voto, esse tema ele não é importante só para as famílias que estão lá dentro e pela quantidade de voto que está lá dentro esse problema precisa ser solucionado porque ele é importante para as famílias, importante para o

Estado de Rondônia, importante para o Brasil, portanto, o Brasil precisa saber o que está acontecendo aqui no Estado de Rondônia e essa Audiência ela está sendo ouvida lá fora, assistida lá fora do Brasil porque ela é transmitida para o mundo todo, e hoje à tarde nós comunicamos organismos internacionais para poder assistir essa Audiência lá. Então, se o Estado não tomar as providências que precisa tomar será tomado de fora para dentro porque lá fora também está sabendo e lá fora colocou dinheiro aqui, lá fora colocou dinheiro aqui e está provado nessa Audiência também que o Estado, o conjunto, nós, não estamos dando conta de resolver esse problema, está provado aqui. Portanto, precisa que outras atitudes sejam tomadas, porque se nós ficarmos aqui somente na boa vontade vai continuar acabando com as reservas e essas atitudes foram propostas aqui, uma delas é criar aqui um grupo de trabalho do governo, dos órgãos Federais, do Ministério Público Federal, do Ministério Público Estadual para criar um plano de trabalho, um plano de ação para resolver o problema das reservas no Estado, uma nova frente de ação e também foram citadas algumas atitudes que precisam ser tomadas.

Quando alguém rouba uma bicicleta e vai vender e a polícia pega a polícia pega quem roubou e quem comprou.

A produção das Reservas Extrativistas elas são produzidas pela natureza, Reserva Extrativista não produz boi, se produz boi é ilegal, tem que ir preso quem produz e quem compra. Essa atitude precisa ser tomada, isso foi proposta aqui, foi proposto na vacinação dentro da reserva que vá a polícia junto e marque, e marque esse gado que está lá dentro quando for vender quem comprar também vai preso porque acaba o crime de gado lá dentro, alguma atitude pode ser tomada diferente do que está sendo. Eu acho que a junção das ações da Polícia Federal, Polícia Florestal, Polícia do Estado em termo de fiscalização, os fiscais do IBAMA, os fiscais da SEDAM tem que criar um grupo de ação juntos no Estado. Não adianta meia dúzia para um lado, meia dúzia para o outro porque enquanto tiver meia dúzia de um lado outra meia dúzia tem que descansar porque não aguenta pagar diária, não aguenta pagar fiscalização. Então, tem que criar grupos e aí essa proposição que está saindo aqui, eu tenho pouca convicção de que nós com algumas proposições que saíram aqui, nós vamos enfrentar problemas aqui dentro da Casa. Nós temos convicção disso, que aqui também já foi feita Audiência Pública com os empresários do ramo da madeira. E eu tenho certeza que a maioria dos empresários do Estado de Rondônia, são sérios, empresários honestos e que pensam no Estado. Mas eu tenho certeza que tem no meio aqueles que produzem os 149 caminhões de madeira que foram apreendidos lá no Mato Grosso, o ano passado, dados do Idaron. Então temos que saber por que é que essa madeira está saindo do Estado de Rondônia e tem que passar por uma saída e não está sendo fiscalizado, e tem que ser preso lá no Mato Grosso. Tem que ser preso aqui no Estado. Então, esse grupo, que eu tenho certeza que quer resolver, quer começar a resolver o problema, esse grupo vai ter a incumbência de discutir tudo isso. E aí, além das proposições que saíram aqui, criar realmente um plano de ação do poder público para resolver definitivamente o problema das Reservas. Nós estamos discutindo o zoneamento nesta Casa, zoneamento socioeconômico. E o que mais se debate aqui é resolver problemas de ocupações

irregulares, em áreas 2.2, o que vai ter que ser resolvido. E daqui uns dias nós vamos trazer o zoneamento novamente para discutir a readequação do zoneamento para as áreas de Reserva ocupadas e deterioradas. E nós temos que acabar com isso. Nós temos responsabilidade com o Estado. Não é mais sinônimo, o desmatamento não é sinônimo de aumento da produtividade. Há 04, 05 anos, a produção, o número de cabeças de boi no Estado é a mesma e está se aumentando o desmatamento. Então está errado. E nós, eu estou dizendo nós, Poder Legislativo, Poder Executivo, Ministério Público, Judiciário, Polícia, todos nós temos uma parcela de culpa com relação a isso e temos que admitir que nós estamos fracassando nos compromissos assumidos com o Estado, com essa comunidade que está aqui presente e com o Brasil. Nós temos que admitir. Nós não podemos generalizar em nenhuma das atitudes tomadas, das falas feitas. Em todos os lugares tem o bom e o ruim. Agora, me cabe aqui, Deputado Dr. Neidson, fazer uma análise de que o ruim está vencendo o bom. É o que a gente está vendo e isso não pode acontecer. Então nós precisamos tomar uma atitude. Eu vi aqui a boa vontade do IBAMA, do ICMBio, da SEDAM, nós não colocamos nem o representante da Secretaria de Segurança aqui Mesa. Está aqui ouvindo atentamente, eu acho que foi até estratégico não colocar, porque ele está ouvindo ali sentadinho. E a gente precisa criar tudo isso. Agora, não sou eu quem vai criar esse grupo.

Eu quero aqui encarregar a SEDAM, Sales, para montar esse grupo o mais rápido possível, uma reunião de governo, uma reunião com o governador Confúcio, com os Deputados, para a gente tirar, encaminhamentos para resolver o problema. Se for preciso via federal, nós vamos, aonde for, mas nós temos a responsabilidade de resolver esse problema porque essa é uma das últimas Audiências que será feita nesta Casa ou no Estado de Rondônia para discutir as Reservas se nós não tomarmos outro rumo de ação aqui nesta Casa e no governo do Estado. Lamentações não cabem mais. Quem tem que lamentar é o povo que está lá. Nós temos a responsabilidade de assumir, resolver o problema e é por isso que nós estamos aqui.

O Termo que foi elaborado só em três folhas, mas tem aqui tratativas com as pessoas que fizeram parte da Mesa, que não precisa ser lido e temos as propostas: A número um.

O acompanhamento das licenças ambientais para diminuir ao máximo os danos, que seja cumprida a legislação; isso aqui é no caso do Ministério Público. Também proposto o fortalecimento do trabalho do Batalhão Ambiental em parceria com a Polícia Rodoviária Federal para maior rigor na fiscalização do transporte ilegal de madeira. Que a Assembleia Legislativa revogue o Decreto que extingue a Reserva Jaci-Paraná. Que seja feita um programa de vacinação sendo acompanhado por fiscais do IDARON, garantindo que cada animal das reservas seja marcado como originários de áreas de preservação, não podendo ser comercializado. Fiscalização mais rígida na preservação das unidades e que a SEDAM identifique os reais proprietários das madeireiras, isso aqui é no caso da liberação de novas empresas, é para caçar aqueles limões não é? Limão, não é? Que laranja é doce. Que o Estado, solicite reforços de Polícia Federal, garantindo operações mais eficientes. Sétimo, através das comissões técnicas da Assembleia Legislativa,

cobrar dos municípios como estão sendo empregadas as arrecadações dos ICMS verde.

Faltou criar a força tarefa imediata, uma propositura que nós fizemos. Implementação definitiva das unidades de conservação e a força tarefa imediata como proposição dessa Casa ao Governo para in loco verificar o que está ocorrendo em cada reserva.

Já deve está quase vindo corrigido, só implementando isso aí lá. Só avisando que nós temos aqui um negócio que aqui na Casa chama coffee break, eu falo que para nós é merenda, tem uma merenda aqui atrás para nós comer, pode ficar tranquilo, antes de vocês viajarem. Salientar aqui e registrar que nós tivemos aqui a presença do professor Nilton Santos, autor desse livro aqui olha, "Seringueiros da Amazônia, sobreviventes da Fartura", ele trouxe para mim o livro, esse é para mim viu Doutor Neidson, salientar e agradecer a presença dele aqui. E agradece desde já a presença de cada um e cada uma de vocês, das mães, das crianças, eu sei muito bem o que é isso que vocês fizeram hoje, porque isso nós já fizemos a vida inteira e posso garantir para vocês, que se vocês não fizerem isso, aí é que não vai funcionar o problema mesmo, com vocês fazendo isso, também garanto que vai dar muito trabalho para a gente solucionar, mas vocês fazendo dar força para a gente, não é Sales, poder encaminhar essas ações.

Então, nós só vamos agradecer todas as lideranças, dizer que o mandato nosso, que esta Casa, está à disposição para que as demandas de vocês cheguem até nós. Eu o Doutor Neidson, os outros Deputados, nunca se negaram a fazer o debate, nós temos uma facilidade hoje, porque nós conhecemos a mesma linguagem e conseguimos fazer esse debate, quem conhece a área tem mais facilidade. Mas em nenhum momento, vocês podem ter certeza que os outros vinte e dois Deputados, irão se recusar a fazer a discussão e dá o apoio que a comunidade precisa.

Portanto, invocando a proteção de Deus, declaro por encerrada esta Audiência Pública. Muito obrigado.

(Encerra-se esta Audiência Pública às 18h40min).

ADVOCACIA GERAL

Extrato SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 015/2010

Processo Administrativo nº 01876/2009-ALE/RO

Contratante: Assembleia Legislativa Do Estado

Contratado: Publicenter Informática, Comércio e Locação Ltda.

OBJETO: Referente à prestação de serviço de Locação de Software para Superintendência de Recursos Humanos, envolvendo a instalação, configuração, atualização de versões, transferência de conhecimento (treinamento) e suporte técnico, para atender as necessidades da Contratante.

PRAZO: O prazo de 90 (noventa) dias, a contar de 12 de novembro de 2015, ultimando-se em 09 de fevereiro de 2016, conforme manifestação da Secretária Administrativa às fls. 3052

VALOR: Foi autorizado o valor de R\$12.362,01 (doze mil, trezentos e sessenta e dois reais e um centavo), correspondente ao valor do software e última atualização IGP-M (6,34%), sendo emitida Nota de Empenho para atender o corrente ano no valor de R\$8.241,34, devendo, no início do exercício seguinte, ser emitida a complementação do valor.

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: As despesas decorrentes do presente **TERMO ADITIVO** correrão à conta da seguinte Programação: **Evento 400091 - UO 1001 - Programa de Trabalho 01122102020620000 - Natureza de Despesa 339030 - Fonte de Recurso 0100000000. Nota de Empenho nº. 2015NE01183 de 10/11/2015 no valor de R\$8.241,34.** Para firmeza e como prova do acordado foi lavrado o presente **SEXTO TERMO ADITIVO** às fls. 32 (trinta e dois) do Livro de Registro de Termos Aditivos do ano de 2.015.

Porto Velho, 11 de novembro de 2015.

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia
Deputado Mauro de Carvalho - Presidente
Arlido Lopes da Silva – Secretário-Geral

Contratado: Publicenter Informática Comércio e Locação Ltda
Cláudio Humberto Gomes
Representante Legal

Visto:
Celso Ceccatto
Advogado-Geral –ALE/RO

Extrato SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 020/2010

Processo Administrativo nº 01876/2009-ALE/RO

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia

Contratada: ÁTIMO SOFTWARE LTDA

OBJETO: Referente à prestação de serviço de Locação de Software para Secretaria Administrativa, envolvendo a instalação, configuração, atualização de versões, transferência de conhecimento (treinamento) e suporte técnico, para atender as necessidades da Contratante.

PRAZO: O prazo de 03 (três) meses, que corresponde aos 90 dias solicitados, a contar de 10 de dezembro de 2015, ultimando-se em 09 de março de 2016, conforme manifestação da Secretária Administrativa às fls. 3122

VALOR: É de R\$ 53.142,21 (cinquenta e três mil e cento e quarenta e dois reais e vinte e um centavos), sendo emitida Nota de Empenho para atender o corrente ano no valor de R\$

11.809,38 (onze mil, oitocentos e nove reais e trinta e oito centavos), devendo, no início do exercício seguinte, ser emitida a complementação do valor para dar cobertura até 09.02.2016.

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: As despesas decorrentes do presente **TERMO ADITIVO** correrão à conta da seguinte Programação: Evento 400091 - UO 1001 - **Programa de Trabalho 01122102020620000 - Natureza de Despesa 339038 - Fonte de Recurso 0100000000. Nota de Empenho nº. 2015NE01365 de 02/12/2015 no valor de R\$ 11.809,38** Para firmeza e como prova do acordado foi lavrado o presente **SEXTO TERMO ADITIVO** às fls. 38 (trinta e oito) do Livro de Registro de Termos Aditivos do ano de 2.015.

Porto Velho, 10 de dezembro de 2015.

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia
Deputado Mauro de Carvalho - Presidente
Arildo Lopes da Silva – Secretário-Geral

Contratada: Átimo Software Ltda.
Dilson Marcos Benetti
Representante Legal

Visto:
Celso Ceccatto
Advogado-Geral –ALE/RO

SUP. DE RECURSOS HUMANOS

ATO Nº0024/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

N O M E A R

MARCELO FALCAO DA SILVA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-30, no Departamento de Engenharia, a contar de 05 de janeiro de 2016.

Porto Velho, 06 de janeiro de 2016.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº0079/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013, resolve;

E X O N E R A R

A servidora **CÁRMEM SOUSSEN AGUIAR DE ZÚNIGA**, matrícula nº100000620, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Casa Legislativa, do Cargo em Comissão de Diretor Administrativo, código – DGS-2, da Escola do Legislativo, a contar de 1º de janeiro de 2016.

Porto Velho, 11 de janeiro de 2016.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº0080/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013, resolve;

A L T E R A R

A Função em Comissão para Diretor Administrativo, código DGS – 2, da servidora **IARLEI DE JESUS RIBEIRO**, matrícula nº 100019572, ocupante do Cargo de Auxiliar Administrativo, a contar de 05 de janeiro de 2016.

Porto Velho, 11 de janeiro de 2016.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº0081/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

A L T E R A R

O Cargo em Comissão do servidor **VALDEREZ SILVA SOUZA**, para Chefe de Divisão de Projetos Pedagógicos, código DGS-3, da Escola do Legislativo, a contar de 05 de janeiro de 2016.

Porto Velho, 11 de janeiro de 2016.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral